

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

LILIAN DE ALMEIDA SILVA

MUSEU E TURISMO: INSTRUMENTOS DE  
NEGOCIAÇÃO DE CIDADANIA?  
ESTUDO DE CASO DO MUSEU DE FAVELA  
– MUF/ RIO DE JANEIRO-RJ

Recife, 2012

LILIAN DE ALMEIDA SILVA

MUSEU E TURISMO: INSTRUMENTOS DE  
NEGOCIAÇÃO DE CIDADANIA?  
ESTUDO DE CASO DO MUSEU DE FAVELA  
– MUF/ RIO DE JANEIRO-RJ

Dissertação apresentada, como requisito  
parcial para obtenção do título de Mestre,  
ao Programa de Pós-Graduação em  
Antropologia da Universidade Federal de  
Pernambuco –UFPE

Orientador:  
Antonio Carlos Motta de Lima

Recife, 2012

Catálogo na fonte

Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva CRB-4 1291.

S586m Silva, Lillian de Almeida.

Museu e turismo : instrumentos de negociação de cidadania? : estudo de caso do Museu de Favela - MUF/Rio de Janeiro / Lillian de Almeida da Silva. - Recife: O autor, 2012.

93 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Motta de Lima.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, 2012.

Inclui bibliografia.

LILIAN DE ALMEIDA SILVA

MUSEU E TURISMO: INSTRUMENTOS DE  
NEGOCIAÇÃO DE CIDADANIA?  
ESTUDO DE CASO DO MUSEU DE FAVELA  
– MUF/ RIO DE JANEIRO-RJ

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, à banca examinadora do PPGA, em 16 de Março de 2012, formada pelos professores:

Orientador: \_\_\_\_\_

**Antonio Carlos Motta de Lima**

Doutor pela EHESS - Paris

Examinador: \_\_\_\_\_

**Tânia Kaufman**

Doutora pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Examinadora: \_\_\_\_\_

**Emanuela Sousa Ribeiro**

Doutora pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Examinadora: \_\_\_\_\_

**Maria Elisabete de Arruda Assis**

Doutora pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Recife, 2012

*À Deus e aos meus pais, Maria de  
Lourdes e Valter Silva*

## AGRADECIMENTOS

A Deus por estar comigo todas as noites;

Ao meu pai pelo exemplo de seriedade e retidão, pelas diversas conversas e momentos de reflexão e principalmente por ter me dado oportunidade de trilhar esse caminho;

À minha mãe pela imensa sabedoria e ternura, pelas contagens de laranjas na fruteira, por me cobrar à tabuada e, sobretudo, por ter aguentado a distância, ainda que com o coração apertado;

Ao meu irmão, mais distante ainda, que também me acompanhou nas angústias e dúvidas;

Ao meu namorado pela compreensão, respeito, carinho e por ter aturado meus devaneios;

Às minhas primas Daiane e Natalia pelo companheirismo de sempre; particularmente à minha prima Priscila, que não me deixou desistir desse sonho, só eu sei o que sua fala amiga representou para a minha trajetória;

À minha família pernambucana, Dulce, Sergio, Larissa, Serginho e Maria, que abriram as portas de sua casa e de sua família para que eu pudesse vir a Recife e estabelecer minha carreira. Sem palavras para agradecer todos os momentos que passamos juntos;

A todos os meus amigos de turma: Ismael, Érica, Eduardo, Neila, Vânia, Luciano e Marjones. Em especial as amigas Paulinha, que com sua alegria e disciplina me motivou na escrita desse trabalho e a Virginia, que me acolheu em sua casa e me deu oportunidade de conhecer sua família, sem falar nas longas conversas sobre a vida, angústias, desafios e felicidade;

À Abel, que não tenho categoria para encaixá-lo, amigo, padrinho, professor ou irmão de outra vida? Acho que todas elas juntas. À ele devo grande parte do meu amadurecimento durante minha estada em Pernambuco. Agradeço a Deus por ter colocado essa criatura querida em minha vida e espero tê-lo sempre ao meu lado;

Aos amigos Celia, Fatima Tigre, Mary (*in memoriam*), Fatima Silva (*in memoriam*), Erica, Renata, Eduardo, José, Patrícia, Diomedes e Glena que me

acompanharam durante todo o percurso e que deram força e palavras amigas para continuar;

Agradeço também a André, que me ajudou na fase final da dissertação, dispensando seu tempo para ler e reler meu trabalho.

Em especial à Lenira, Márcio, Mercês e João pela força e pelos momentos de descontração que possibilitaram que o tempo fosse menos árduo. João, obrigada pelas dicas, ajuda e conselhos, eles me ajudaram a definir os caminhos que essa pesquisa poderia tomar. Mercês, agradeço por me aturar dia à dia, por me acalmar nas crises e ter me dado a oportunidade de conhecer uma grande amiga;

Agradeço também a Silmara, Juliana, Michele e Jemima que mesmo longe estiveram presentes e torcendo por essa minha trajetória;

Meus agradecimentos também aos professores da UFPE, Bartolomeu Figueiroa, Aparecida Nogueira, Renato Athias e Francisco Sá. Agradeço também a todos os funcionários da universidade que possibilitaram que eu desenvolvesse esse curso;

Em especial as professoras Tânia Kaufman, Emanuela Ribeiro e Elisabete Assis, por terem disponibilizado seu tempo em fazer parte da minha banca examinadora, e sobretudo, por terem acompanhado, cada uma à sua maneira, o percurso da pesquisa com muito carinho e respeito

Aos professores, considerados por mim hoje grandes amigos, Prof. Reinaldo Pacheco, Reinaldo Teles e Regina Perussi, que de longe me apoiaram nessa decisão;

Agradeço ao meu orientador Antonio Motta, por ter acreditado no meu potencial e ter me incentivado a relizar esse curso, e nos momentos de angústia e desespero por ter me dado suporte e apoio;

A Mario Chagas por ter me recebido prontamente para conversas e entrevista; a Amanda Tojal da Pinacoteca de São Paulo, que me recebeu tão carinhosamente e me ajudou a expandir meus horizontes de reflexão.

E, sobretudo, agradeço a todos que carinhosamente me receberam no Rio de Janeiro. A Maíra e Mariah que abriram as portas de sua casa para me acolher e que se tornaram também grandes amigas para vida. As pessoas do MUF e moradores do morro, Sidney, Katia Loureiro, Marcia, Valquiria, João, Antonia e Rita, Helô e Ligia;

Agradeço em especial Antonia, Rita e sua irmã Marcia, por terem aberto a porta de suas casas e me acolhido tão carinhosamente.

## RESUMO

Esse trabalho propõe uma discussão sobre o papel dos museus e da atividade turística como instrumentos de inclusão social de grupos até então marginalizados dos processos de representação, reconhecimento e reivindicação de seus “direitos culturais”. A partir da construção e uso do conceito de “cidadania cultural” nas Políticas Públicas de Cultura no Brasil, e da análise das atividades desenvolvidas pelo MUF – Museu de Favela junto à população dos morros do Cantagalo-Pavão-Pavãozinho na cidade do Rio de Janeiro, este trabalho oferece alguns dados à discussão sobre os processos de musealização de memórias periféricas e inserção de localidades tidas como marginais aos roteiros de turismo. Transformando-se, efetivamente, em arenas de negociação de cidadania e direitos culturais, entendidos como espaços de direitos à participação, informação, fruição, reconhecimento, produção e visibilidade cultural

**Palavras-chave:** Turismo. Museu. Cidadania. Favela.

## **ABSTRACT**

This project proposes an argument about the role of the museums and the tourism activity as instruments of social enclosure of groups, that are up to this point marginalized of the trials of representation, recognition and claim of its "cultural rights". From the construction and use of the concept of "cultural citizenship" in the Public Politics of Culture in Brazil, and of the analysis of activities developed by the MUF – Museum of "Favela", located in the slums called Cantagalo-Pavão-Pavãozinho, in the Rio de Janeiro city, this project offers some facts to the argument about the processes of musealization of ghetto memories and insertion of marginal localities in tourism. Transforming itself, effectively, in citizenship and cultural rights negotiation arenas, as spaces of participation, information, fruition, recognition, output and cultural visibility rights.

**Keywords:** Tourism. Museum. Citizenship. Slum.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**BISU** – Base de Inserção Social Urbana  
**CBDF** – Campanha Brasileira de Defesa do Folclore  
**CNC** – Conferência Nacional de Cultura  
**CNF** – Comissão Nacional de Folclore  
**CNPC** – Conselho Nacional de Política Cultural  
**DAM** – Departamento de Antropologia e Museologia  
**FNC** – Fundo Nacional de Cultura  
**Funarte** – Fundação Nacional de Arte  
**IBECC** – Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura  
**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**IBRAM** – Instituto Brasileiro de Museus  
**ICOM** – International Council of Museums  
**IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
**MNES** – Muséologie nouvelle et expérimentation sociale  
**MUF** – Museu de Favela  
**OITS** – Organização Internacional do Turismo Social  
**OMT** – Organização Mundial do Turismo  
**ONG** – Organização Não Governamental  
**PAC** – Programa de Aceleração do Crescimento  
**PEC** – Proposta de Emenda à Constituição  
**Pronasci** – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania  
**SESC** – Serviço Social do Comércio  
**SNC** – Sistema Nacional de Cultura  
**SPHAN** – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
**UNESCO** – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization  
**UPP** – Unidade de Polícia Pacificadora  
**WEF** – World Economic Forum

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|                                                                                                                                                    |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Figura 1</b> - Tridimensionalidade da Cultura.....                                                                                              | 34 |
| <b>Figura 2</b> - Modelo de Gestão .....                                                                                                           | 37 |
| <b>Figura 3</b> - Elementos constitutivos do SNC .....                                                                                             | 38 |
| <b>Figura 4</b> - Relações existentes entre as diversas culturas e variações culturais. Os encontros como eixo do sistema (SANTANA, 2009:74) ..... | 47 |
| <b>Figura 5</b> - Mapa de visitação ao Campo de Concentração de Aushwitz na Polônia. (foto: Abel de Castro, 2008) .....                            | 57 |
| <b>Figura 6</b> - Frota de jeeps da agência Jeep Tours .....                                                                                       | 59 |
| <b>Figura 7</b> - Mirante da Paz .....                                                                                                             | 69 |
| <b>Figura 8</b> - Painel no Mirante da Paz .....                                                                                                   | 69 |
| <b>Figura 9</b> - Tela de Projeção no terraço da ONG Fonte: autora, 2011.....                                                                      | 70 |
| <b>Figura 10</b> - Passagem Cantagalo – Pavão-Pavãozinho .....                                                                                     | 71 |
| <b>Figura 11</b> - Vista do plano inclinado no Pavão-Pavãozinho .....                                                                              | 73 |
| <b>Figura 12</b> - Vista frontal do plano inclinado no Pavão-Pavãozinho .....                                                                      | 73 |
| <b>Figura 13</b> - Lógica da Construção das lajes .....                                                                                            | 78 |
| <b>Figura 14</b> - Apresentação da UPP-Social.....                                                                                                 | 82 |
| <b>Figura 15</b> - Roteiro Casas Tela MUF.....                                                                                                     | 84 |
| <b>Figura 16</b> - Visita do grupo ONU - Habitat.....                                                                                              | 85 |

# SUMÁRIO

|                                                                                                      |           |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>APRESENTANDO O CAMPO.....</b>                                                                     | <b>12</b> |
| <b>1 QUANDO A CULTURA MIGRA PARA OUTROS CAMPOS DISCIPLINARES .....</b>                               | <b>18</b> |
| 1.1 Conceituando Cultura .....                                                                       | 19        |
| 1.2 Turismo e apropriação do Folclore e Patrimônio Cultural .....                                    | 22        |
| 1.3 Patrimônio Imaterial e suas abordagens.....                                                      | 27        |
| 1.4 Políticas Públicas de Cultura no Brasil.....                                                     | 30        |
| 1.5 Sistema Nacional de Cultura.....                                                                 | 35        |
| <b>2 CIDADANIA E TURISMO SOCIAL .....</b>                                                            | <b>41</b> |
| 2.1 O uso do conceito de Cidadania Cultural pelas Políticas Públicas de Cultura .....                | 41        |
| 2.2 O turismo possibilitando a promoção da Cidadania .....                                           | 45        |
| 2.3 Turismo na Favela .....                                                                          | 55        |
| <b>3 MUSEU: INSTRUMENTO DE NEGOCIAÇÃO DE CIDADANIA? A EXPERIÊNCIA DO MUF - MUSEU DE FAVELA .....</b> | <b>61</b> |
| 3.1 Museus e Função Social.....                                                                      | 61        |
| 3.2 Novas formas de ver a Museologia.....                                                            | 63        |
| 3.3 Museus de Favela - MUF.....                                                                      | 66        |
| 3.4 Campos de Observação .....                                                                       | 67        |
| 3.5 Percepções do Campo.....                                                                         | 83        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                    | <b>88</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                             | <b>92</b> |

## APRESENTANDO O CAMPO

### Em busca de uma temática

A escolha do tema da pesquisa não é uma coisa simples. Pode se dizer até que é a parte mais complexa do trabalho, que demanda tempo, sobretudo capacidade de articular interesses científicos à personalidade do pesquisador. Quanto à esta última é necessário um processo de autoconhecimento e habilidade para entender seu próprio trabalho de construção acadêmica

Meu interesse em pesquisar sobre inclusão social deu-se durante o curso de bacharelado em Turismo na cidade de São Paulo em meados dos anos 2000. Lembro-me que no primeiro semestre do curso fomos motivados a desenvolver um folder de um roteiro turístico. O roteiro era livre, o interesse era na formatação de materiais gráficos de turismo. Dentre muitas possibilidades de roteiros, dos mais comuns aos mais pitorescos, pensei como seria um roteiro dentro de uma favela, em que os turistas pudessem vivenciar uma rotina diferente da sua, e que, sobretudo, fosse uma oportunidade de diálogo entre culturas e mundos diferentes.

Naquela época eu não tinha conhecimento sobre esse tipo de iniciativa turística em favelas ou em áreas de exclusão social, mas algo me dizia que era possível essa realidade. Durante o percurso da graduação meus interesses estavam voltados para a área do patrimônio cultural. Todavia, optei por trabalhar na monografia aspectos da responsabilidade social da atividade turística. A pesquisa tratou do papel dos profissionais de turismo perante a exploração sexual infantil nos destinos turísticos, contrariando alguns colegas e professores que acreditavam que não cabia ao Turismo discutir esse tema.

O desejo em trabalhar patrimônio cultural e inclusão social permaneceu após a conclusão do curso quando fui para Hartford, realizar um intercâmbio na *Central Connecticut State University*. Visitando alguns museus dos Estados Unidos que possuem propostas diferentes e inovadoras quanto a interpretação do patrimônio, comecei a aprofundar meus estudos nessa área. Mais importante foi a leitura do livro de Freeman Tilden “*Interpreting our Heritage*”,

de 1957, um dos precursores das discussões da Nova Museologia. Essa obra possibilitou-me entender o vasto universo de possibilidades e interpretações que um museu pode proporcionar, provocando os mais diversos sentimentos de identificação, atemporalidade, indignação e conflito, além de outras sensações a partir do contato com objetos dentro de um espaço de socialização e ressocialização de produções simbólicas. A partir da análise da *trajetória* dos objetos e sua circulação é possível interpretar seus contextos humanos e sociais, como sugere Arjun Appadurai<sup>1</sup>.

Acrescenta-se a isso o encontro com o autor Hugues de Varine no Seminário “Museologia, Arqueologia e Resistência Política” que ocorreu na Estação Pinacoteca do Estado de São Paulo, no mês de setembro de 2009, fato decisivo que me despertou a inquietude sobre o papel do museu na sociedade contemporânea e da necessidade de estudos interdisciplinares que dessem conta, justamente, das relações sociais promovidas por essa nova perspectiva museológica.

O segundo passo estava dado. Interessei-me por essa nova proposta museal e gostaria de vê-la acontecer na prática. Muitas foram as experiências que cogitei analisar, mas a escolha pelo MUF - Museu de Favela nos morros do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho na cidade do Rio de Janeiro, deu-se por agregar em um só projeto as experiências – museal e turística –, vivenciando na prática novos paradigmas para ambas as atividades.

Acrescenta-se à isso o fato das favelas do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho estarem localizadas na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, região nobre da cidade. Cantagalo refere-se aquela parte do morro que fica voltada para a praia de Ipanema<sup>2</sup>; já Pavão-Pavãozinho trata-se daquela face do morro que fica defronte à praia de Copacabana. Essa localização confere um caráter diferente à experiência, se comparada à outras iniciativas de museu em favela em outras regiões, como por exemplo, o museu da Maré, inserido no Complexo da Maré na Zona Norte do Rio de Janeiro.

Por estar localizada em um dos mais famosos cartões postais do mundo, a região que será analisada possui um caráter específico para os interesses do

---

<sup>1</sup> Para essa discussão ver Arjun Appadurai em *La Vida Social de las cosas – Perspectiva cultural de las mercancías*, 1986

<sup>2</sup> Origem do nome, datas de criação e demais informações serão discutidas à seu tempo.

Governo, de projetos e empresas privadas da área do turismo, bem como da forte especulação imobiliária do território ocupado por uma população de mais de 20 mil moradores.

Dessa maneira, em 2007, os projetos do Governo Federal do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – dão início à suas atividades, que visavam ao crescimento acelerado e sustentado do país. Nesse contexto surge também o PAC Urbanização de Favelas na tentativa de um processo de reurbanização das favelas do Rio de Janeiro. Esse projeto, por meio de sua Base de Inserção Social Urbana, conhecida como BISU, amparou em 2008 o grupo de trabalho pró-Museu de Favela e criou-se o MUF – Museu de Favela.

O conceito MUF era transformar os morros Cantagalo-Pavão-Pavãozinho em um “monumento turístico”. Baseando-se nas premissas de uma nova maneira de ver os museus, a Museologia Social, seria possível, a partir da musealização de todo o morro, criar roteiros de turismo nesse grande “museu à céu aberto”.

Quando tomei conhecimento dessa iniciativa, soube que aquele deveria ser um exemplo paradigmático para o exercício do meu olhar antropológico sobre as relações sociais, conflitos, interesses e, sobretudo, o processo de inclusão e exclusão social que essa experiência museal agregada a atividade turística e a interpretação patrimonial poderia proporcionar.

A opção por desenvolver esse projeto na Universidade Federal de Pernambuco se deu por meio do professor Antonio Motta, fundador do Curso de Museologia de Graduação em Museologia com enfoque sobre a Museologia Social, vinculado ao recém criado Departamento de Antropologia e Museologia (DAM), também iniciativa do professor Antonio Motta, que abriga o curso de museologia e a pós-graduação de Antropologia. No dia 21 de outubro de 2010 era inaugurado o Departamento de Antropologia e Museologia (DAM), que se propunha a abrir um novo e inventivo diálogo com as duas áreas e outras afins.

Fruto desse contexto, este trabalho pretende contribuir de forma pioneira, no Departamento de Antropologia e Museologia (DAM), para a reflexão e o debate sobre as relações teóricas e metodológicas entre antropologia e museologia, tomando como base a pesquisa de campo e a interlocução com

áreas afins, como é o caso do turismo. Assim a contribuição mais original desse trabalho reside provavelmente no próprio objeto que é a pesquisa de campo realizada entre a população dos morros do Cantagalo, Pavão-Pavãozinho, com o foco analítico sobre a experiência de processos de musealização e turismo na comunidade, isto é, o MUF (Museu de Favela). Trata-se, portanto, de uma das primeiras contribuições acadêmicas sobre essa comunidade do Rio de Janeiro, desde já assinalando que a pesquisa não pretendeu esgotar o campo de possibilidades que a comunidade oferece, nem tampouco exaurir o objeto em questão.

### **Delineando o objeto**

No contexto mundial e regional, “universal e local”, de efervescência de discussões a respeito de novas perspectivas sobre a Museologia e, no vácuo da recente aproximação de estudos inter e transdisciplinares da Antropologia e Museologia é que a presente pesquisa pretende se estabelecer. A proposta é trazer à tona aspectos e nuances das relações sociais que estão presentes nas experiências museais e turísticas do MUF (Museu de Favela).

A partir da análise das atividades desenvolvidas pelo MUF junto à população dos morros do Cantagalo, Pavão-Pavãozinho, este trabalho oferece alguns dados à discussão sobre os processos de musealização de memórias periféricas e inserção de localidades tidas como marginais aos roteiros de turismo. Esses programas, efetivamente, tornam-se arenas de negociação de cidadania e direitos culturais.

Como toda comunidade, considerada de baixa renda, Cantagalo, Pavão-Pavãozinho apresentam diversidades intrínsecas quanto a origem de seus moradores, níveis de renda, escolaridade, entre outros indicadores possíveis. Um ponto comum a destacar é a localização geográfica privilegiada na cidade do Rio de Janeiro, situada entre Copacabana e Ipanema, bairros nobres da cidade.

Além disso as comunidades foram beneficiadas pelas ações do PAC e obras de expansão do Metrô Rio, que 30 de junho de 2010 inauguram elevador (intitulado Mirante da Paz), composto por duas torres, de 64 e 28 metros,

interligadas por uma passarela, que possibilita o acesso do “asfalto” ao “morro” e vice-versa. Além disso, o trabalho procura situar e articular tal experiência no campo das políticas públicas de cultura no Brasil, destacando, entre outros aspectos, a noção de cidadania cultural.

### **Percurso metodológico**

Para entender o papel do museu na atualidade, como um instrumento de inclusão social de grupos periféricos no processo de representação e reconhecimento, faz-se necessário compreender primeiro de que maneira se deu o desenvolvimento da “democracia cultural” no Brasil, e como isso reverberou nas Políticas Públicas de Cultura e Museais. Dessa maneira o primeiro capítulo estrutura-se no entendimento da trajetória das Políticas Públicas de Cultura no Brasil e da inserção da discussão acerca de outros aspectos do patrimônio cultural, como por exemplo, a valorização do denominado patrimônio imaterial, que contempla as formas de expressão, saberes e modos de fazer, lugares e celebrações.

Assim, as Políticas Públicas de Cultura passam a reconhecer indivíduos e grupos, até então afastados desse planejamento. Para tal, buscou-se realizar uma análise documental das convenções, leis e tratados que versam sobre a temática de patrimônio cultural, cultura popular e diversidade.

Terminado esse primeiro momento de contextualização das Políticas Públicas de Cultura, buscou-se compreender a utilização do conceito de “cidadania cultural” no planejamento de ações e programas do governo dentro da área cultural e de que maneira o turismo se posiciona nesse cenário. A partir do entendimento do encontro cultural dentro da atividade turística e das relações sociais, econômicas e políticas que esse encontro proporciona, foi possível compreender o conceito de Turismo Social que passa a vigorar em programas e instituições públicas e privadas. Nesse contexto inserem-se também novas possibilidades de desenvolvimento da atividade turística, como por exemplo o turismo em favelas.

A partir da compreensão desse tipo de turismo em locais tidos como de exclusão social, inicia-se o terceiro capítulo. Esse último, mas não menos importante, trata da análise do projeto MUF, do processo de sua criação, dos sócios participantes e suas atividades.

Sendo assim, foi necessário traçar um breve relato de campo, das visitas realizadas aos morros do Cantagalo, Pavão-Pavãozinho em agosto e novembro de 2011 e também das entrevistas e conversas tidas com moradores, líder comunitário, proprietária de uma pousada em Cantagalo, policiais da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) e dos próprios idealizadores do MUF.

As análises levaram-nos a compreender a fusão de dois novos paradigmas colocados em prática no MUF, o da museologia e o do turismo. Deste modo, buscou-se entender como essas atividades são capazes de provocar sentimentos e relações das mais diversas, que vão da interpretação do patrimônio cultural à questionamentos sobre as próprias representações que a população gostaria de transmitir para os turistas e visitantes.

Por fim, a pesquisa pretende mostrar de que maneira o MUF e suas atividades se tornam palcos para discussões e reivindicações de direitos e cidadania que pertencem a uma esfera maior da problemática das desigualdades na sociedade.

## 1 QUANDO A CULTURA MIGRA PARA OUTROS CAMPOS DISCIPLINARES

O planejamento de Políticas Públicas de Cultura demanda um conhecimento aprofundado e crítico do processo político, econômico e social pelo qual estamos vivendo. Sobretudo o pós-guerra suscita importantes reflexões acerca da cultura, da tolerância e respeito à diferença, trazendo para o debate temas como cidadania, diversidade e personagens até então marginalizados da cena político-social.

O capítulo que segue pretende trazer à tona questões sobre como a noção de cultura migra das Ciências Sociais, principalmente do campo de atuação dos antropólogos, para outros campos disciplinares como Economia, Política, Turismo, Moda, além de buscar entender de que maneira o Estado se apropria de conceitos como: cidadania, cultura, diversidade e patrimônio para desenvolver estratégias para as Políticas Públicas de Cultura no que toca à criação de secretarias, projetos e programas específicos para o desenvolvimento de ações práticas que visem à transformação e ressonância na sociedade.

A mudança da concepção de cultura erudita *versus* cultura popular, ou ainda a alteração do foco preservacionista do patrimônio consagrado de *cal e pedra*, que valorizava as grandes construções arquitetônicas, para o aspecto imaterial dos bens culturais, na valorização dos saberes e modos de fazer ou das formas de expressão, evidenciam como o aparato estatal está tendo que se ajustar a novas demandas que surgem no contexto atual, em que cada vez mais indivíduos e grupos são estimulados a reivindicarem direitos e a se posicionarem como sujeitos ativos do processo histórico da sociedade.

A partir da análise da trajetória percorrida pelo conceito de Cultura e do crescente discurso de direito à participação, produção e fruição cultural de indivíduos e grupos que até então circulavam na órbita dos processos de tomada de decisão, será possível compreender os obstáculos e desafios que a Gestão Cultural no Brasil ainda tem a superar para a instituição de uma “democracia da cultura”.

## 1.1 CONCEITUANDO CULTURA

A discussão sobre o conceito de cultura sempre foi debatida, sobretudo entre os antropólogos. Ainda que seja uma longa discussão que data antes do século XVIII e que até hoje não tenha alcançado consenso, para esse trabalho se faz necessário visitarmos algumas idéias e concepções sobre o tema, tendo em vista que vamos refletir acerca desse assunto durante toda a pesquisa.

A noção de cultura passou por sensíveis alterações desde o embate Francês e Alemão entre *Civilisation* e *Kultur*. Em 1798 a palavra *Civilisation* entrou para o dicionário da academia francesa e estava relacionada à idéia de progresso, em que GUIZOT (1829 *apud* KUPER, 2002) afirmou que “A idéia de progresso, de desenvolvimento, (...), parece ser a idéia fundamental contida na palavra civilização”.

O linguista Emile Benveniste estudou a origem da palavra “civilização” e encontrou que ela foi pela primeira vez utilizada em 1757, pelo fisiocrata Mirabeau, estando nesse momento associada ao sentido de política, ao passo que em 1760 já estava relacionada ao significado de “processo coletivo original que fez a humanidade emergir da barbárie, e esse uso, até mesmo naquela época, levava à definição de *civilisation* como estado da sociedade civilizada” (BENVENISTE, 1971 *apud* KUPER, 2002). O autor ainda atentou que o neologismo era produto dos *ismos* – pós-revolução francesa.

Nesse sentido, o conceito de Civilização remetia à noção de refinamento, progresso político e intelectual, como ainda hoje observamos de forma corrente com a idéia de cultura associada à uma cultura erudita, requintada, letrada. Em contrapartida, na mesma época nascia na Alemanha a palavra *Kultur* que pretendia dar conta do aspecto espiritual do povo. KUPER (2002:52) afirma que o termo foi utilizado nos tempos modernos por Herder que, extraindo da metáfora de Cícero *cultura animi*, partia do significado de cultura agrícola para aplicá-la ao espírito.

Assim, pode-se observar que os conceitos *Civilisation* e *Kultur* desenvolviam-se em conflito. Se por um lado a França estava preocupada com seu avanço intelectual, político e econômico, para a Alemanha havia uma clara

distinção entre os aspectos do “espírito” e fatos políticos, econômicos e sociais. Acrescenta-se à isso o fato de que na Alemanha a *civilisation* era vista como uma ameaça, uma vez que os alemães repudiavam os príncipes e aristocratas, aos quais diziam não possuir uma cultura “autêntica”. (KUPER, 2002:52).

Para os alemães, contudo, civilização era algo exterior e utilitário, e, em muitos aspectos, alheio aos valores nacionais. A civilização é aprimorada com o tempo e transcende as fronteiras nacionais, em contraste com a Kultur, limitada no tempo e no espaço e contém uma identidade nacional (ELIAS, 1978 apud KUPER, 2002:54).

Tylor na frase de abertura do seu livro *“Primitive Culture”* tentou considerar ambos os aspectos de Civilisation e Kultur, ao dizer que *“Cultura e Civilização (...) em seu sentido etnográfico amplo, é um todo complexo que abrange conhecimento, crença, arte, princípios morais, leis costumes e quaisquer outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade”* (TYLOR, 1871 apud KUPER, 2002). Entre as décadas de 1920 e 1950 muitas definições de cultura haviam sido formuladas, partindo da idéia de Tylor.

Entretanto, KUPER(2002) aponta que:

O problema com a definição de Tylor era que ela reunia uma grande quantidade de elementos díspares. Tylor afirmara que uma cultura formava um todo, mas sua idéia de todo era uma lista de traços, de modo que uma cultura podia ser descrita, mas jamais analisada. Kroeber e Kluckhohn acreditavam que a cultura tinha de ser tratada como um todo integrado e estruturado, formado de partes conectadas. Tylor, todavia, incluía elementos demais na cultura e, sobretudo, não fazia distinção entre cultura e organização social. Era preferível restringir a definição, diferenciar cultura de sociedade e definir cultura como uma questão de idéias, e não de atos ou instituições (KUPER, 2002: 82)

Assim, KUPER identifica em Kroeber e Kluckhohn uma definição: *“cultura consiste de padrões explícitos e implícitos, de comportamento adquirido e transmitido por símbolos (...) o núcleo essencial da cultura consiste em idéias tradicionais (...) e, especificamente, dos valores a elas vinculados”*.

Outro autor que questionou os aspectos da cultura sob a perspectiva da antropologia interpretativa foi Clifford Geertz. Desse autor, Adam Kuper extraiu uma série de definições, entre elas a que vê “cultura” como sendo sistemas

simbólicos transmitidos historicamente e através dos quais os homens se perpetuam e desenvolvem seus conhecimentos e atitudes sobre a vida.

Acreditando, assim como Max Weber, que o homem é um animal suspenso por teias de significado que ele mesmo teceu, considero a cultura essas teias, e sua análise, portanto, não uma ciência experimental em busca de significados. São explicações que procuro, analisando expressões sociais em sua enigmática superfície (GEERTZ, 1973 apud KUPER, 2002: 130)

O entendimento de Geertz de cultura como uma teia de significados e da necessidade de se “distinguir de forma análitica entre os aspectos culturais e sociais da vida humana, e tratá-los como variáveis independentes, porém fatores mutuamente interdependentes” será a noção de cultura adotada nesse trabalho, por ser a que mais se aproxima das discussões sobre cultura, patrimônio cultural e políticas públicas de cultura.

Outro aspecto da cultura que deve ser compreendido para a análise das políticas culturais é o conceito de “diferença cultural”. A partir de um estudo feito por Eliot no pós-guerra, Kuper identifica nele a necessidade de valorização da diversidade das culturas.

Podemos também aprender a respeitar qualquer outra cultura como um todo, por mais inferior que ela pareça em relação à nossa, ou por mais que possamos desaprovar com razão algumas de suas características; a destruição deliberada de outra cultura como um todo é um erro irreparável, praticamente tão perverso quanto tratar seres humanos como animais. (...) Uma cultura mundial que fosse simplesmente uniforme não seria cultura. Teríamos uma humanidade des-humanizada. (...) Devemos aspirar sim, a uma cultura mundial comum mas que não diminua a particularidade das partes que a compõem.

Em outras palavras, são nesses “interstícios” da diferença proveniente do mundo pós-colonial, como sugere BHABHA(1998), que são negociados os diversos interesses, sejam elas da nação, da comunidade e dos valores culturais.

O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses ‘entre-lugares’ fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetividade – singular ou coletiva – que dão início a novos

signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria idéia de sociedade (BHABHA, 1998:20)

A sociedade entra, fervorosamente, numa busca por espaços sociais que possam representar e legitimar suas “verdadeiras” identidades. Ainda em BHABHA (1988), a cultura é colocada na esfera do “além”, em que o “passado-presente” tornam-se necessários para viver. Isso porque o trabalho da cultura não apenas retoma o passado, mas também renova-o ao passo que interrompe a atuação do presente.

Nesse sentido, outros campos disciplinares passam a compreender a cultura não apenas como um valor agregado e sim como um aspecto essencial a ser considerado no planejamento de projetos e ações. A cultura dessa forma é ponto essencial para atividade turística, uma vez que é através dela que se desenvolvem os encontros entre turista e autóctone.

Dentro do Plano Nacional de Turismo – PNT 2007/2010, a cultura é vista como parte integrante do produto turístico brasileiro, não podendo ser desconsiderada nos processos estratégicos de desenvolvimento do Turismo.

## **1.2 TURISMO E APROPRIAÇÃO DO FOLCLORE E PATRIMÔNIO CULTURAL**

De acordo com a OMT – Organização Mundial do Turismo, turismo é o deslocamento de pessoas de seu local de residência a outro lugar, por no mínimo 24 horas. Esse deslocamento é ocasionado por alguma motivação, seja ela negócios, descanso, entretenimento ou lazer. A partir da análise dessas motivações é comum no turismo a segmentação de mercado, em que são denominados diversos tipos de turismo: turismo de aventura, lazer, negócios ou ainda o turismo cultural.

Tendo em vista que o deslocamento de pessoas implica em contatos com as pessoas do destino, seus costumes, gosto musical, gastronomia e religiosidade, podemos dizer, como afirma FUNARI (2007:07) que todo turismo é cultural. Entretanto, a cultura no Turismo também sofreu algumas sensíveis mudanças em sua concepção ao longo do tempo, seguindo em boa parte a discussão sobre as alterações no seu entendimento, questão já discutida neste capítulo.

No relatório *The Travel & Tourism Competitiveness Report 2011*, realizado pelo WEF – World Economic Forum, em que são avaliados 139 países sobre sua relação com o Turismo, a cultura aparece dentro dos 14 pilares para análise do relatório. Esses pilares são divididos em 3 grupos, na qual ‘Cultural Resources’ figura no terceiro que trata dos recursos humanos, naturais e culturais. São eles:

1. Policy rules and regulations
2. Environmental sustainability
3. Safety and security
4. Health and hygiene
5. Prioritization of Travel & Tourism
6. Air transport infrastructure
7. Ground transport infrastructure
8. Tourism infrastructure
9. ICT infrastructure
10. Price competitiveness in the T&T industry
11. Human resources
12. Attraction for Travel & Tourism
13. Natural resources
14. Cultural resources<sup>3</sup>

Analisando o terceiro grupo, o Brasil aparece no 11º lugar dentre os 139 países pesquisados, ficando a frente de países como Portugal, Egito e Índia, reconhecimentos mundialmente por seu patrimônio cultural.

Nesse sentido, a apropriação da cultura pelo turismo se dá a partir do que Eliot (apud KUPER, 2002:59) identifica como ‘cultura’ não somente o majestoso, a elite e o sagrado, “inclui todas as atividades e interesses característicos de um povo”. Assim, outros aspectos e termos começam a surgir no campo das discussões acerca da cultura e na sua estreita relação com o turismo, como o folclore, a cultura popular e o patrimônio cultural.

Os estudos sobre o folclore pertencem a uma corrente de pensamento mundial e remontam a segunda metade do século XIX na Europa. No Brasil a trajetória desses estudos está relacionada também às discussões do contexto europeu e surgem no final do século XIX com os trabalhos sobre poesia popular de Silvio Romero (1851-1914). Logo após esse período Amadeu Amaral (1875 - 1929) e Mário de Andrade (1893 - 1945) se destacam trazendo

---

<sup>3</sup> O pilar *Cultural resources* é calculado de acordo com o número de World Heritage cultural sites; Sports stadiums; international fairs and exhibitions e Creative industries exports – visto em [http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_TravelTourismCompetitiveness\\_Report\\_2011.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_TravelTourismCompetitiveness_Report_2011.pdf)

para o palco a discussão sobre a necessidade de uma atuação organizada nessa área, por observarem a falta de “cientificidade” sobre o assunto.

Em 1936, Mário de Andrade é convidado para elaboração de um documento para o desenvolvimento de uma instituição para proteção do patrimônio nacional. Esse documento serviu de base para criação do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1937, mais uma ação na qual reverberava a necessidade da retomada do passado e de elementos para o processo de construção de uma identidade nacional.

Após a Segunda Guerra Mundial o mundo está voltado para a reconstrução das nações atingidas, o combate à intolerância e a busca da paz mundial eram questões na ordem do dia. O folclore surge nesse contexto como um instrumento de compreensão entre os povos por meio da ênfase no particular e da construção de identidades diferentes entre eles.

A UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*), criada em 1945 como órgão mundial responsável por assuntos referentes à Educação, Ciência e Cultura, sugere aos países membros a criação de órgãos para o conhecimento das culturas populares. O Brasil foi um dos primeiros países a aceitar a recomendação da UNESCO e cria, em 1947, a Comissão Nacional de Folclore, ligada ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura – IBECC – do Ministério das Relações Exteriores.

Observamos também que Folclore, Sociologia e Antropologia no Brasil são estudos muito próximos nessa época. Podemos considerar a década de 50 como auge das realizações e iniciativas referentes ao tema, com a criação da Comissão Nacional de Folclore (1947) e da Campanha Nacional de Defesa do Folclore Brasileiro (1958). É na mesma década que ocorrem os primeiros congressos de Antropologia e Sociologia. Como por exemplo, a I e II Reuniões Brasileira de Antropologia, que acontecem, respectivamente em 1953 e 1955, ou ainda o I Congresso Brasileiro de Sociologia que acontece em 1954, na Universidade de São Paulo (Cavalcanti e Vilhena, 1990:77).

O chamado Movimento Folclórico é desenvolvido por um grupo de intelectuais em torno da Comissão Nacional de Folclore, criada em 1947 com o objetivo de registrar e proteger as manifestações folclóricas, além de tentar

inserir os estudos de folclore enquanto disciplina acadêmica autônoma no Brasil.

Nesse momento podemos observar que os estudos e militância a favor da cultura popular estavam concentrados nas mãos de intelectuais e não com os sujeitos fazedores da cultura popular. Isso é justificado por Renato Almeida, diplomata e estudioso da música popular e um dos principais articuladores do Movimento Folclórico, quando questionado sobre o porquê da criação da CNF junto a órgãos de prestígio e poder como Itamaraty e UNESCO<sup>4</sup>:

(...) os estudos de folclore eram apenas de alguns raros e não se levava bastante a sério o folclore. Amadeu Amaral fez tudo pra fundar uma sociedade de folclore em São Paulo. Fundou uma, mas essa sociedade só teve a sessão de instalação. Mário de Andrade depois se esforçou também, mas a coisa não vingou. Joaquim Ribeiro, aqui, Cascudo, em Natal, tentaram... a coisa não ia. (...) eu era membro da diretoria do IBECC e senti que era possível, talvez, com o guarda-chuva do IBECC, a sede, Palácio do Itamaraty, atrair aí um pouco de atenção e conseguir algum prestígio. (...) Não havia crença nenhuma, não havia fé nenhuma, se se fazia, se não se podia fazer. (...) Eu consegui, então, que se levasse a sério a instituição que pertencia a um grande órgão de caráter internacional, que era o IBECC. (...) E começamos um trabalho, que, no começo, eu confesso, eu não sabia bem como ia ser. Eu estava um pouco tateando. (...) Porque não era possível só com boa vontade, e o trabalho de boa vontade foi imenso. (...) Foi essa a razão; se eu ficasse em pequenos meios, eu não teria conseguido coisa alguma. Então é a hora das classes altas servirem nas classes baixas (ALMEIDA, 2008).

Todos os esforços empreendidos para criação da CNF e a aproximação com organismos que pudessem viabilizar os projetos e ações para a cultura popular possibilitaram a realização de diversos eventos como as semanas e congressos nacionais e internacionais de folclore. Os que mais se destacaram foram o I Congresso Brasileiro de Folclore, realizado em 1951 no Rio de Janeiro e o I Congresso Internacional de Folclore, realizado em 1954 na cidade de São Paulo.

Tabela 1 – Cronologia dos eventos

| Evento                        | Data                    | Local          |
|-------------------------------|-------------------------|----------------|
| I Semana Nacional de Folclore | 22 a 28 de ago. de 1948 | Rio de Janeiro |

<sup>4</sup> Informações retiradas do encarte do DVD Em Busca da Tradição Nacional (1947-1964), desenvolvido pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular em 2008. Disponível em [WWW.cnfcp.gov.br](http://WWW.cnfcp.gov.br).

|                                       |                         |                |
|---------------------------------------|-------------------------|----------------|
| II Semana Nacional de Folclore        | 16 a 22 de ago. de 1949 | São Paulo      |
| III Semana Nacional de Folclore       | 22 a 29 de ago. de 1950 | Porto Alegre   |
| Congresso Brasileiro de Folclore      | 22 a 31 de ago. de 1951 | Rio de Janeiro |
| IV Semana Nacional de Folclore        | 03 a 10 de jan. de 1952 | Maceió         |
| II Congresso Brasileiro de Folclore   | 22 a 29 de ago. de 1953 | Curitiba       |
| I Congresso Internacional de Folclore | 16 a 22 de ago. de 1954 | São Paulo      |
| III Congresso Brasileiro de Folclore  | 01 a 07 de ago. de 1959 | Salvador       |
| IV Congresso Brasileiro de Folclore   | 19 a 26 de jul. de 1959 | Porto Alegre   |
| V Congresso Brasileiro de Folclore    | 21 a 26 de jun. de 1963 | Fortaleza      |
| VIII Congresso Brasileiro de Folclore | 12 a 16 de dez. de 1995 | Salvador       |

**Fonte:** Cavalcanti e Vilhena, 1990:76

No I Congresso Brasileiro de Folclore é produzida a Carta do Folclore Brasileiro que buscou estabelecer bases conceituais para a definição do que é folclore, além de traçar o Plano Nacional de Pesquisa Folclórica com a idéia de se criar um mapa folclórico do país. A carta estabelece entre outras especificações que:

Constituem o fato folclórico as maneiras de pensar, sentir, agir de um povo, preservadas pela tradição popular e pela imitação, e que não sejam diretamente influenciadas pelos círculos eruditos e instituições que se dedicam ou à renovação e conservação do patrimônio científico e artístico humano ou à fixação de uma orientação religiosa e filosófica. (CAVALCANTI e VILHENA, 1990:79)

É também nesse congresso que o então presidente Getúlio Vargas recomenda a estruturação de um organismo nacional para preservação do patrimônio folclórico e das artes populares. Mas é somente em 5 de fevereiro de 1958, por meio do Decreto-Lei nº 43.178, sob o governo de Juscelino Kubitschek, que é criada a Campanha Brasileira de Defesa do Folclore (CBDF), ligada ao Ministério da Educação e Cultura. A Campanha foi uma maneira de contornar dificuldades burocráticas em fundar qualquer tipo de repartição na época, mas, como afirmou Renato Almeida, a Campanha seria realmente o Instituto de Folclore<sup>5</sup>.

A estruturação da CBDF possibilitou trabalhar com recursos próprios, ainda que em pequena quantidade, além da publicação de 41 volumes da

<sup>5</sup> Idem 4

Revista do Folclore Brasileiro que foram distribuídas no período de 1961 a 1976. Como afirma Cavalcanti (2002), a Campanha é um organismo que busca "defender o patrimônio folclórico do Brasil e a proteger as artes populares". Além disso, ela traz uma preocupação em relação à "extinção" do folclore. Os intelectuais da época acreditavam que com o avanço da industrialização e modernização da sociedade os elementos culturais autênticos da nação estariam fadados ao fim. Por esse motivo a cultura *folk* deveria ser preservada e intensamente divulgada.

Ações e propostas anteriores a esse período já demonstravam o interesse em se documentar, registrar e preservar aspectos da cultura da nação. Na carta de 1951 já previa a necessidade de realização de um mapa folclórico do país.

Mas em 1964, com o golpe militar, seu principal articulador Edison Carneiro, foi destituído do cargo de diretor e a CBDF foi fechada por questões políticas. Sob uma ótica institucional, pode-se dizer que em 1964 encerra-se um ciclo da história da Campanha<sup>6</sup>.

### **1.3 PATRIMÔNIO IMATERIAL E SUAS ABORDAGENS**

Como já vimos os estudos sobre folclore e cultura popular são desenvolvidos no Brasil desde a segunda metade do século XIX e ganham força sobretudo no pós-guerra com as recomendações da UNESCO para que os países membros estruturarem organismos compostos de grupos interessados em educação, ciência e cultura. Nesse sentido é criado em 1946 o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC). Em 1947, a Comissão Nacional do Folclore, vinculada ao IBECC. No ano de 1958 aparece a Campanha Nacional do Folclore Brasileiro que se transformará em 1976 em Instituto Nacional do Folclore, vinculado a Fundação Nacional de Arte (Funarte).

Contudo, a denominação Patrimônio Imaterial somente começa aparecer no cenário de discussão no Brasil na década de 1980, período em que é

---

<sup>6</sup> Idem 4

promulgada a Constituição Federal de 1988 e na seção acerca da Cultura, no artigo 216 se estabelece a natureza material e imaterial dos bens culturais<sup>7</sup>:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Parágrafo 1. O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de registros, vigilâncias, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Isso demonstra o início de uma visão mais abrangente das dimensões do patrimônio cultural que repercutirá na ampliação de instituições envolvidas com a gestão e promoção desse patrimônio, além da participação de novos atores na discussão, a exemplo dos antropólogos, e o contínuo crescimento de medidas e ações de políticas públicas culturais tanto de esfera nacional quanto estadual ou regional.

As iniciativas da UNESCO na década de 1990, tais como a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Popular (1989), a criação do programa de Proclamação das Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade (1997) e a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003) contribuem fortemente para o avanço da discussão sobre Patrimônio Imaterial no país.

Outro programa aprovado pela UNESCO em 1993, Tesouros Humanos Vivos, baseado na experiência japonesa desenvolvida no pós-guerra, foi adotado por diversos países signatários da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972, embora no Brasil ainda não tenha sido desenvolvido em nível federal, ficando alguns poucos estados como executores de políticas semelhantes.

---

<sup>7</sup> Disponível em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) – último acesso em 17 de janeiro de 2011

O reconhecimento do denominado “Patrimônio Imaterial” traz à tona a necessidade de se pensar meios e políticas para se considerar as especificidades da diferença cultural, além de buscar a participação de outros personagens até então marginalizados dos processos de reconhecimento e financiamento pelas políticas públicas. Essas diferenças culturais são chamadas por muitos estudiosos e podem ser vistas atualmente em diversos estudos como “sociedade multicultural” ou ainda em propagandas turísticas que apelam para os “destinos multiculturais”.

Stuart Hall em 2003 no seu livro “Da Diáspora: identidades e mediações culturais” apresenta o termo Multicultural como sendo um termo qualitativo que *“descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo que retêm algo de sua identidade ‘original’.*

Outro termo discutido é o Multiculturalismo, que Hall contrapõe ao Multicultural ao afirmar que aquele é o modo como se governa ou administra tais diferenças culturais, seriam, portanto, as estratégias e políticas adotadas (sempre inacabadas) na gestão dessas diferenças na sociedade. HALL ainda aponta para alguns tipos de multiculturalismo:

O multiculturalismo conservador segue Hume (Goldberg, 1994) ao insistir na assimilação da diferença às tradições e costumes da maioria. O multiculturalismo liberal busca integrar os diferentes grupos culturais o mais rápido possível ao *mainstream*, ou sociedade majoritária, baseado em uma cidadania individual universal, tolerando certas práticas culturais particularistas apenas no domínio do privado. O multiculturalismo pluralista, por sua vez avaliza diferenças grupais em termos culturais e concede direitos de grupos distintos a diferentes comunidades dentro de uma ordem política comunitária ou mais comunal. O multiculturalismo comercial pressupõe que, se a diversidade dos indivíduos de distintas comunidades for publicamente reconhecida, então os problemas de diferença cultural serão resolvidos (e dissolvidos) no consumo privado, sem qualquer necessidade de redistribuição do poder e dos recursos. O multiculturalismo corporativo (público ou privado) busca ‘administrar’ as diferenças culturais da minoria, visando os interesses do centro. O multiculturalismo crítico ou “revolucionário” enfoca o poder, o privilégio, a hierarquia das opressões e os movimentos de resistência (McLaren, 1997). Procura ser ‘insurgente, polivocal, heteroglossa e antifundacional’. (HALL, 2003:50-51)

Vale destacar na nossa discussão sobre patrimônio cultural imaterial, o risco das políticas de reconhecimento possuírem um efeito neutralizador, em que basta o reconhecimento público da diferença para a resolução dos problemas de distribuição de recursos e, sobretudo, para a solução do respeito a essas diferenças. Nesse sentido devemos considerar um grande passo a elaboração de leis e políticas de reconhecimento do patrimônio imaterial, entretanto, não devemos nos resignar a elas como estratégias completas, somem-se a elas políticas de salvaguarda e acompanhamento dos processos de reconhecimento.

## **1.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA NO BRASIL**

A relação do Estado com a Cultura também foi se modificando com o tempo. Podemos identificar no início do processo civilizatório a necessidade dos portugueses trazerem para colônia ícones da “cultura” européia, como a criação da Biblioteca Nacional, da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios e do acervo do Museu Nacional de Belas Artes. Nesse momento identificamos a noção de cultura como sendo algo refinado da metrópole européia.

No século XIX, a relação ainda se mantinha muito parecida como a do século anterior, os gostos e preferências internacionais passaram a influenciar a nova elite que se formava no Brasil, enquanto as demais manifestações culturais existentes no país eram consideradas de tipo “inferior”, sendo, portanto, o oposto dos gostos europeus, sobretudo o modelo francês.

Saltando para o próximo século, vale observar uma política voltada para a cultura no período da Ditadura Vargas, em que foi percebido as vantagens de se usar a cultura como plataforma política. De acordo com BRANT (2009) as primeiras iniciativas de Vargas foram o fortalecimento das indústrias culturais, como a radiofônica e a cinematográfica, a fim de construir instrumentos institucionais para o desenvolvimento cultural.

BRANT aponta no estudo de Alexandre Barbalho (2000) “Estado autoritário brasileiro e cultura nacional: entre a tradição e a modernidade”, como o governo Vargas buscava elementos para a valorização do “nacional”

A valorização do trabalhador acabou por influenciar a ação do Estado na área cultural, inclusive a de origem popular, que ganha *status* de cultura nacional. Assim, o regime Vargas se utilizou dos meios de expressão tradicional, como o samba e o carnaval, para, através deles, reproduzir determinada imagem do povo brasileiro propícia aos seus interesses de modernização do capitalismo no país (...) A transformação do popular em nacional e, deste, em típico corresponde a um movimento ideológico, denominado por Marilena Chauí (1986) de mitologia verde-amarela, elaborada e aplicada ao longo da história brasileira. Inicialmente serviu às classes dominantes agrárias como auto-imagem celebrativa do Ser nacional, cordial e pacífico. Num segundo momento, o mito incorporou as classes dominantes urbanas com a idéia do Desenvolvimentismo. Estas duas vertentes se unem para oferecer à sociedade uma mitologia em que é conservado o passado bondoso e prometido o futuro grandioso. A mitologia verde-amarela transveste-se em palavras de ordem adequadas a cada contexto histórico. No Estado Novo, por exemplo, era Construir a Nação, permitindo ao Estado intervir na cultura como elemento dessa construção. (BARBALHO, 2000 *apud* BRANT, 2009)

Aqui podemos identificar o que Marilena Chauí, a partir da sua experiência na Secretaria de Cultura de São Paulo na década de 1980, pontuou como sendo as quatro formas de o Estado se relacionar com a cultura no Brasil.

- A Liberal, que identifica cultura e belas-artes, estas últimas consideradas a partir da diferença clássica entre liberais e servis. Na qualidade de artes liberais, as belas-artes são vistas como privilégio de uma elite escolarizada e consumidora de produtos culturais;
- A do Estado autoritário, no qual o Estado se apresenta como produtor oficial de cultura e censor da produção cultural da sociedade civil;
- A populista, que manipula uma abstração genericamente denominada cultura popular, entendida como produção cultural do povo e identificada com o pequeno artesanato e o folclore, isto é, com a versão popular das belas-artes e da indústria cultural;
- A neoliberal, que identifica a cultura e evento de massa, consagra todas as manifestações do narcisismo desenvolvidas pela mass media, e tende a privatizar as instituições públicas de cultura deixando-as sob responsabilidade de empresários culturais (CHAUÍ, 1994)

No decorrer da História do Brasil podemos identificar as quatro modalidades de relacionamento do Estado com cultura, da mesma maneira como podemos observar que em determinados momentos houve uma sobreposição dessas modalidades, ou ainda discursos de uma visão da cultura dissonantes com a prática política.

Nas décadas de 40 e 50 podemos observar a forte apropriação do setor cultural pela iniciativa privada, com investimentos estrangeiros, sobretudo dos Estados Unidos, na produção de bens de consumo de massa. Nos anos posteriores com o golpe militar, a cultura passou novamente para as mãos do Estado e nesse momento podemos tentar aplicar a forma do Estado autoritário de tratar a cultura, como aponta CHAUÍ (1994).

Assim, as políticas nacionais implantadas pelos militares no intuito de fortalecer a cultura estavam mais preocupadas em criar instrumentos de controle das produções culturais contrárias aos seus objetivos. Conforme relata BRANT (2009)

Ainda em 1973, surgiu o PAC, Programa de Ação Cultural, afirmando a necessidade da presença do Estado no desenvolvimento da cultura. (...) A atuação do governo em assuntos culturais resultou em 1975 na criação da Política Nacional de Cultura (PNC). O governo Geisel, que tinha Ney Braga à frente do MEC, concretizou o reconhecimento oficial da necessidade de incluir a cultura no programa de desenvolvimento e segurança do governo militar.

Na esteira das mudanças na forma de compreender a extensão dos significados que a cultura abrange na sociedade e com a abertura do regime militar, chegamos à criação do Ministério da Cultura em 1985, durante o governo de José Sarney.

De acordo com BRANT (2009), por causa dos diversos problemas econômicos decorrentes do processo histórico de abertura política, a alternativa encontrada foi destinar ao mercado empresarial a responsabilidade de desenvolvimento do setor. Assim, foi criada a Lei de incentivo fiscal nº 7.505 de 02 de junho de 1986, também chamada de “Lei Sarney” que atuou até 1990 e que propunha a intervenção mínima do Estado na Cultura.

Aqui podemos relacionar essa situação com o modo de relação do Estado com a cultura proposto por CHAUÍ, já mencionado anteriormente como neoliberal, que “tende a privatizar as instituições públicas de cultura deixando-as sob responsabilidade de empresários culturais”.

Em 1990 com Fernando Collor assumindo a presidência da República, o Ministério da Cultura foi extinguido, bem como todos os programas, ainda que precários, propostos no governo Sarney. Em contrapartida, Collor criou a

Secretaria de Cultura que acabou também com órgãos como a Embrafilme, Funarte e Fundação do Cinema Brasileiro.

No ano seguinte a Lei Sarney foi substituída pela Lei Rouanet, Lei nº 8.313, que determinava também a criação do Programa Nacional de Financiamento da Cultura a partir de três instrumentos de incentivo, o Fundo Nacional de Cultura (FNC), os Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) e o apoio ao mecenato privado.

Em 1992, durante o governo de Itamar Franco, são reestruturados o Ministério da Cultura, bem como o IPHAN, a Funarte e a Fundação Biblioteca Nacional, assinalando um processo de distanciamento do Ministério em relação à cultura, configurando-se muito mais como um aparato burocrático, o que seria intensificado com a política neoliberal do governo seguinte, de Fernando Henrique Cardoso.

Essas características externas apresentaram as diretrizes que o setor cultural deveria cumprir naquele instante: uma nítida posição mercadológica, que abriu lacunas para a reorganização das produções culturais. O trabalho artístico tornou-se dependente de sua adequação ao padrão cultural de mercado. As empresas, por sua vez, passaram a estabelecer parâmetros e a identificar o que deveria ser entendido, patrocinado e consumido como cultura no país. Esse elemento foi favorecido pelos mecanismos de fomento ao setor que formaram uma espécie de estrutura para o *marketing* cultural das corporações através do patrocínio cultural, possibilitando o fortalecimento das grandes marcas através do incentivo fiscal (BRANT, 2009:66)

O discurso de uma “democracia cultural” parecia estar longe da realidade prática nesse momento, e o que se pretendeu foi dar uma guinada com a atuação do músico e compositor Gilberto Gil no Ministério da Cultura, sob o governo de Luiz Inácio da Silva. O ministro propunha uma visão mais ampla da cultura no desenvolvimento político, sendo um elemento construtor das identidades culturais e da diversidade do país.

Gilberto Gil procurava reposicionar o Estado da sua responsabilidade cultural na sociedade. Ele definiu três dimensões para a ação que seriam até hoje considerados, como veremos a seguir: a cultura como produtora de símbolos, a cultura como direito, a cultura como cidadania e economia. Apesar dos grandes avanços durante seu período de atuação junto ao ministério, podemos observar um aumento significativo, pelo empresariado, na utilização

das leis de incentivo de R\$ 300 milhões para R\$ 1,2 bilhões em 2007, o que demonstra ainda a transferência da responsabilidade do Estado para o mercado. Esses fatores acabaram por culminar na reforma da Lei Rouanet em 2010.

Seguindo a idéia proposta por Gilberto Gil, a concepção de cultura adotada pelo Ministério da Cultura atualmente considera questão da tridimensionalidade. Assim, a cultura seria composta pelas dimensões Simbólica, Cidadã e Econômica, que se intersectam a todo o momento e são definidas pelo ministério como<sup>8</sup>:



**Figura 1 - Tridimensionalidade da Cultura**

Fonte: <http://blogs.cultura.gov.br/snc>

A **dimensão simbólica** fundamenta-se na idéia de que é inerente aos seres humanos a capacidade de simbolizar, que se expressa por meio de diversas línguas, valores, crenças e práticas. Nessa perspectiva, também chamada antropológica, a cultura humana é o conjunto de modos de viver, os quais variam de tal forma que só é possível falar em culturas humanas no plural. Adotar a dimensão simbólica possibilita superar a tradicional separação entre políticas de fomento à cultura (geralmente destinadas às artes) e de proteção ao patrimônio cultural, pois ambas se referem ao conjunto da produção simbólica da sociedade.

A **dimensão cidadã** fundamenta-se no princípio de que os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e devem constituir-se como plataforma de sustentação das políticas culturais. Essa dimensão está garantida na Constituição Brasileira.”

<sup>8</sup> Disponível no site <http://blogs.cultura.gov.br/snc>

A **dimensão econômica** compreende que a cultura, progressivamente, vem se transformando num dos segmentos mais dinâmicos das economias de todos os países, gerando trabalho e riqueza. Mais do que isso, a cultura hoje é considerada elemento estratégico da chamada nova economia ou economia do conhecimento, que se baseia na informação e na criatividade, impulsionadas pelos investimentos em educação e cultura.

Sem desconsiderar a relevância das dimensões Simbólica e Econômica, e considerando que as três indubitavelmente fazem parte do mesmo processo construtivo da cultura, compartilhando dos mesmos signos e personagens que interagem e dialogam constantemente, a dimensão Cidadã é a que será mais aprofundada no decorrer deste trabalho.

Acrescente-se a isso a criação de secretarias novas no Ministério da Cultura do Brasil, como as Secretarias de Economia Criativa e de Cidadania e Diversidade Cultural, que refletem uma preocupação e uma mudança na forma de pensar a cultura como um fator modificador fundamental na democracia da sociedade.

## **1.5 SISTEMA NACIONAL DE CULTURA**

A partir da experiência e do conhecimento adquiridos durante a última década, o Ministério da Cultura desenvolveu a proposta – juntamente com outros órgãos federais, outros da sociedade civil e demais consultores conveniados – de um Sistema Nacional de Cultura – SNC, que foi aprovado em 2009 pelo Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC. Da mesma maneira como outras áreas da sociedade, a exemplo da saúde, com o SUS – Sistema Único de Saúde, o SNC tem entre outros objetivos assegurar a continuidade das políticas públicas de cultura como políticas de Estado. Nesse sentido, encontra-se em tramitação a aprovação da Proposta de Emenda a Constituição, PEC 416/2005, que inclui na Constituição Federal o Sistema Nacional de Cultura através do artigo 216-A<sup>9</sup>.

Cabe ressaltar que o SNC vem na esteira do Plano Nacional de Cultura, instituído a partir da aprovação da Emenda Constitucional nº 48 aprovada em 2005. Essa emenda determinava a realização plurianual do PNC. No mesmo

---

<sup>9</sup> Para acompanhar o processo da Proposta de Emenda a Constituição 416/2005 ver <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=290677>

ano instituiu-se o Decreto 5.520, que determinava a criação do Sistema Federal de Cultura, o que seria o primeiro passo para o Sistema Nacional de Cultura.

Nesse contexto, a Política Nacional de Cultura identifica como responsabilidades do Estado, complementado pela participação da sociedade civil:<sup>10</sup>

- Promover, proteger e valorizar os bens do patrimônio cultural brasileiro (material e imaterial) portadores de referências à identidade, à ação e a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira;
- Apoiar, incentivar e valorizar as manifestações culturais, com plena liberdade de criação e difusão;
- Universalizar o acesso a bens e serviços culturais
- Democratizar e dar transparência aos processos decisórios, assegurando a participação social nas instâncias deliberativas da política cultural;
- Consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;
- Intensificar o intercâmbio cultural, nacional e internacional;
- Promover o diálogo intercultural e contribuir para promoção da paz;
- Articular a política cultural com outras políticas públicas.

O grande desafio atual na área de gestão cultural é assegurar a continuidade das políticas públicas de cultura como políticas de Estado, com participação e controle social. Nesse sentido o SNC se propõe a ser um instrumento capaz de provocar reformulações nos órgãos de cultura e na disponibilização dos recursos financeiros. Então podemos afirmar que o SNC se trata de um “meio”, cuja finalidade consiste da implementação de uma política de cultura que leve em conta o papel do Estado na gestão pública da cultura, considerando os direitos culturais de cada cidadão e as três dimensões do conceito de cultura.

Como todo sistema, o SNC propõe que todos os seus elementos trabalhem de forma articulada e integrada, a fim de garantir êxito no seu desenvolvimento. Assim, o SNC tem por base um modelo de gestão compartilhada, que se constitui da Sociedade Civil, Sistemas Estaduais e Distrital de Cultura, além dos Sistemas Municipais de Cultura.

---

<sup>10</sup> Disponível no site <http://blogs.cultura.gov.br/snc>



**Figura 2 - Modelo de Gestão**  
 Fonte: <http://blogs.cultura.gov.br/snc>

Para orientar as relações provenientes do SNC são estabelecidos 12 princípios, são eles:

- **Diversidade** das expressões culturais;
- **Universalização** do acesso aos bens e serviços culturais;
- **Fomento** à produção, difusão e circulação de conhecimentos e bens culturais;
- **Cooperação** entre os entes federativos, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;
- **Integração e interação** na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
- **Complementaridade** nos papéis dos agentes culturais;
- **Transversalidade** das políticas culturais;
- **Autonomia** dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
- **Transparência** e compartilhamento das informações;
- **Democratização** dos processos decisórios com participação e controle social;
- **Descentralização** articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;

- **Ampliação progressiva dos recursos** contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

Visando a gestão articulada da cultura, o SNC organiza seus componentes em quatro grupos, dispostos da seguinte maneira:



**Figura 3 - Elementos constitutivos do SNC**  
 Fonte: <http://blogs.cultura.gov.br/snc>

### 1. Coordenação

- Órgão Gestor de Cultura

### 2. Instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação

- Conselho de Política Cultural
- Conferência de Cultura
- Comissão Intergestores

### 3. Instrumentos de Gestão

- Plano de Cultura
- Sistema de Financiamento da Cultura
- Sistema de Informações e Indicadores Culturais
- Programa de Formação na Área da Cultura

#### 4. Sistemas Setoriais de Cultura

- Sistema de Patrimônio Cultural
- Sistema de Museus
- Sistema de Bibliotecas

O que nos chama mais atenção no Sistema Nacional de Cultura é a proposta de descentralização, que busca dar mais autonomia as secretarias estaduais e municipais, seguindo a idéia de *do-in* já indicada pelo ex-ministro Gilberto Gil, baseado na tradição milenar chinesa que massageia pontos estratégicos de energia para melhoria de todo o corpo e mente. Assim também Gil propunha o *do-in* antropológico no desenvolvimento das políticas de cultura.

O *do-in* antropológico prepara ambientes favoráveis à interação de agentes culturais; o fomento à pesquisa e aos processos criativos; a atuação e a viabilização das expressões culturais, sua difusão, acesso, participação e articulação entre todas as esferas da sociedade. Esse conjunto de fatores busca gerar um círculo virtuoso que garanta o envolvimento e a participação de toda a população nessa dinâmica (BRANT, 2009)

Podemos observar a importância das discussões acerca da cultura, do folclore e do patrimônio imaterial, mas ainda que se compreenda que a cultura tenha um papel relevante nas novas configurações socioculturais, políticas e econômicas pelas quais a realidade do mundo está passando, é sabido também que as políticas culturais não estão entre as prioridades da pauta do Congresso atualmente.

Isso se deu por diversos motivos, dentre os quais podemos apontar para dois, também reconhecidos pelo Ministério da Cultura<sup>11</sup>. O primeiro trata do distanciamento do Estado de suas obrigações e responsabilidades para o desenvolvimento da cultura.

O segundo motivo trata da dificuldade de compreensão do próprio conceito de cultura já discutido nesse capítulo, que estava relacionado somente

---

<sup>11</sup> Para o ver o posicionamento do ex-ministro da Cultura, Juca Ferreira, ver Anais do II Congresso de Cultura Ibero-Americana: cultura e transformação social, 2010, Brasília: Ministério da Cultura, São Paulo: SESC, 2010.

às artes eruditas, produto de consumo das grandes elites, resquício da concepção Francesa de *Civilisation*, do século XVIII, que entendia a cultura como sinal de desenvolvimento político econômico, ou seja, o que os países de outrora almejavam: a “civilização”.

Entretanto, como já podemos observar, muitos desses aspectos já estão sendo questionados e a valorização das diferenças culturais entra na pauta da discussão tanto na academia quanto no espaço das políticas públicas de cultura. Assim a cultura pode ser vista como um possível instrumento de compreensão entre os povos por meio da ênfase no particular e nas diferentes identidades entre os povos.

Concluimos que a sociedade passou por sensíveis períodos de questionamentos sobre a condição da cultura e que com as mudanças nos processos históricos econômicos e sociais, principalmente no período pós-colonial, produziram sujeitos até então marginalizados dos processos de reconhecimento cultural, que buscam entrar em cena na reivindicação dos seus “direitos culturais”. Em um contexto em que cada vez mais a sociedade de consumo aparece como uma possibilidade aos olhos dos “subalternos”<sup>12</sup>, a necessidade de se pensar os “direitos culturais” surge como condição *sine qua non* para análise da lógica do consumo cultural e da democracia cultural.

---

<sup>12</sup> Referência ao texto de Gayatri Chakravorty SPIVAK. “Pode o subalterno falar”, 2010

## 2 CIDADANIA E TURISMO SOCIAL

### 2.1 O USO DO CONCEITO DE CIDADANIA CULTURAL PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA

Como vimos no capítulo anterior, o patrimônio cultural, no bojo das discussões sobre a própria noção de cultura, passou por sensíveis mudanças, trazendo à tona aspectos para além da sua materialidade, como a valorização e reconhecimento do folclore e do chamado patrimônio cultural imaterial. Assim, podemos observar o início da inserção de pessoas e grupos nos processos de decisão das políticas públicas de cultura.

Esse movimento se desenvolve com a preocupação em respeitar, proteger e reconhecer personagens até então marginalizados da cena político-social, trazendo para o debate o tema da cidadania e dos direitos culturais.

Assim o presente capítulo pretende se aprofundar na discussão sobre como a negociação pela cidadania está presente nas Políticas Públicas de Cultura e de que maneira pragmática ela é efetivamente desenvolvida, com atenção especial para o caso da atividade turística, presente em nosso objeto de estudo.

Quando se discute cidadania remete-se a idéia de direitos e deveres de indivíduos iguais perante a lei em uma sociedade democrática. Jessé Souza em *A Gramática Social da Desigualdade Brasileira* reflete acerca das razões para a “naturalização” da desigualdade social no Brasil a partir da análise da sociologia de Pierre Bourdieu e da noção de “dignidade” que Charles Taylor utiliza para compreender o processo de reconhecimento social. Assim, Souza conclui sobre o fundamento da noção moderna de cidadania:

É essa “dignidade” efetivamente compartilhada por classes que lograram homogeneizar a economia emocional de todos os seus membros numa medida significativa, que me parece ser o fundamento profundo do reconhecimento social infra e ultrajurídico, o qual por sua vez, permite a eficácia social da regra jurídica da igualdade, e, portanto, da noção moderna de cidadania (SOUZA, 2006:37).

Nesse trabalho estamos considerando a questão específica da cidadania para a área cultural, que já na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948<sup>13</sup>, o seu artigo XXVII afirma que *“Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios”*, inserindo aqui o aspecto de participação na vida cultural da sociedade. Entretanto, o termo cidadania cultural tem sido motivo de discussão e reflexão recente.

Gerard Delanty (2002:60) em seu estudo comparativo entre as noções de *Cultural Citizenship* para Nick Stevenson e para Will Kymlicka, afirma que até meados da década de 1980 multiculturalismo e cidadania possuíam interesses distintos. Enquanto cidadania estava relacionada ao estabelecimento de uma política nacional, normalmente definida pelo nascimento ou ainda pela descendência, o multiculturalismo estava interessado em dar conta de grupos imigrantes. Hoje, entretanto, os aspectos culturais e simbólicos estão intrinsecamente relacionados à noção de identidade, dignidade e reconhecimento social, e, portanto, cidadania, conforme vimos na reflexão acima de Souza.

Cabe aqui pontuar as duas noções de Cidadania Cultural propostas por Stevenson e Kymlicka. Em Stevenson temos uma discussão mais sociológica, entendendo a cultura como elemento central para a compreensão da cidadania e preocupada em promover a inclusão na esfera da identidade e do pertencimento. Já em Kymlicka, a reflexão é influenciada por uma teoria política em que o desafio estaria em estender uma estrutura já estabelecida para a inclusão de grupos marginalizados, na tentativa de construção de uma ponte entre cultura e diversidade. (Delanty, 2002:61).

Delanty (2002:66) conclui que a dimensão mais importante da cidadania se preocupa com as formas de linguagem, os modelos de cultura, narrativas e discursos que as pessoas usam para atribuir sentidos a sociedade e espaços, planejar ações e dar início a novas demandas de direitos, que podemos chamar de direitos culturais.

Nesse sentido vemos surgir nas Políticas Públicas de Cultura no Brasil a necessidade de se pensar sobre os direitos culturais. Marilena Chauí a partir da

---

<sup>13</sup> Disponível em [http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm) - último acesso em 15 de outubro de 2011.

sua experiência no início dos anos 80 na Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo descreve em seu livro *Cidadania cultural – O Direito à cultura* as quatro perspectivas adotadas no começo da gestão para o desenvolvimento da cidadania cultural na secretaria. Dentre elas podemos destacar a necessidade de um alargamento do conceito de cultura, a fim de abranger não somente as “belas-artes” mas também uma definição política de cultura como direito de todos os cidadãos e a identificação dos sujeitos sociais como parte integrante do processo de construção da memória social.

Para o Ministério da Cultura os direitos culturais estão previstos na Constituição Brasileira e devem constituir plataforma de sustentação para consolidação de uma prática democrática e da própria noção de cultura. São eles<sup>14</sup>:

- Direito à identidade e a diversidade cultural (ou direito ao patrimônio cultural);
- Direito à participação na vida cultural, que compreende:
  - i) Direito à livre criação
  - ii) Direito ao livre acesso
  - iii) Direito à livre difusão
- Direito à livre participação nas decisões de política cultural;
- Direito autoral;
- Direito ao intercâmbio cultural (nacional e internacional).

Essa noção dos direitos culturais também figura na Conferência Nacional de Cultura, bem como nos Planos Nacionais de Cultura e de Museus. Para ilustrar podemos observar os cinco eixos de atuação definidos pela II Conferência Nacional de Cultura. Eles serviram de base para reflexão e distribuição das 32 propostas prioritárias aprovadas pela II CNC e das 95 propostas setoriais aprovadas pelas pré-conferências setoriais e levadas para a mesma. Aqui queremos destacar o Eixo 2:

Eixo 2 – Cultura, cidade e cidadania  
 Subeixo 2.1 – Cidade como fenômeno cultural  
 Subeixo 2.2 – Memória e transformação social  
 Subeixo 2.3 – Acesso, acessibilidade e direitos culturais

<sup>14</sup> Disponível em: <http://blogs.cultura.gov.br/snc>

Na II CNC foram trabalhados 19 setores culturais, dentre os quais figuraram os museus, para os quais também foram elaboradas propostas para implementação na área museal. Em 2003, o Ministério da Cultura lançou a Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania, com o objetivo de:

promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural do país.

Essa política é composta por sete eixos programáticos, dentre os quais destacamos o eixo que trata da Democratização e Acesso aos Bens Culturais, sinalizando a relevância da discussão acerca dos direitos culturais no que tange a função social dos museus.

O turismo surge aqui como uma atividade complementar à função dos museus. Afinal, o museu sem público – seja o visitante da própria localidade, seja o turista – não tem razão de existir.

Assim entramos propriamente em um dos pontos que a pesquisa pretende discutir, a atividade turística, e também a questão do museu como parte constituinte do cenário de negociação da cidadania cultural, uma vez que contemplam e discutem temas como reconhecimento social, reafirmação de identidades, memória social e narrativas culturais.

Essa compreensão do turismo como instrumento possível de cidadania é expressão no Código Mundial de Ética do Turismo em que:

**Profundamente convencidos** que, pelos contactos directos, espontâneos e não mediatizados que permite entre homens e mulheres de culturas e modos de vida diferentes, o turismo representa uma força viva ao serviço da paz, bem como um factor de amizade e compreensão entre os povos do mundo; (CÓDIGO MUNDIAL DE ÉTICA DO TURISMO,1999:01)

Dessa maneira, o turismo se destaca no cenário mundial muito pela concepção que se tem dele como uma importante ferramenta de contato entre diferentes grupos culturais, relações inter-étnicas, encontro de gêneros e outras tantas relações sociais possíveis que estão no bojo das discussões sobre cidadania.

## 2.2 O TURISMO POSSIBILITANDO A PROMOÇÃO DA CIDADANIA

Para compreender melhor como a atividade turística se desenvolve e como pode ser um importante meio de reafirmação identitária, promoção da diversidade cultural e possibilidade de respeito e preservação de crenças, costumes, saberes e modos de fazer de determinada localidade, faz-se necessário trazer à luz alguns aspectos sistêmicos do Turismo.

A definição mais recente de Turismo consta na Lei Geral do Turismo<sup>15</sup>:

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se turismo as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a 1 (um) ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras.

Parágrafo único. As viagens e estadas de que trata o **caput** deste artigo devem gerar movimentação econômica, trabalho, emprego, renda e receitas públicas, constituindo-se instrumento de desenvolvimento econômico e social, promoção e diversidade cultural e preservação da biodiversidade.

Por essa definição conseguimos deduzir inicialmente que a atividade turística necessita para sua existência de demanda, motivação<sup>16</sup> e oferta, ou seja, é preciso que existam pessoas interessadas em viajar e motivadas, por alguma razão, em conhecer outros lugares “diferentes do seu entorno habitual” e, obviamente, que existam nesses “lugares” serviços e infra-estrutura para atender aos turistas. Em outras palavras, no turismo existem dois grupos significativos: “os que fruem o turismo” e “os que trabalham, direta ou indiretamente, para o turismo”. Essa dedução é de significativa importância para nossa análise posterior, por enquanto vamos nos concentrar nos demais aspectos do turismo.

Nesse sentido, podemos dizer que o turismo é uma atividade que vai além da balança comercial e do seu aspecto econômico e diz respeito as

---

<sup>15</sup> Disponível em [www.turismo.gov.br/](http://www.turismo.gov.br/) - consultado em 10/10/2010

<sup>16</sup> De acordo com ANDRADE (2001), o desejo de evasão justifica os elementos constituintes do Turismo, como o deslocamento e a permanência em locais diferentes da residência do viajante. Esse desejo de evasão é algo inerente à natureza humana, em que a única maneira de satisfação é por meio da fuga, da busca de novos lugares e atividades, assim como a necessidade de evasão, em que as pessoas por natureza sentem necessidades de mudar de espaços ou relações humanas.

relações humanas, que envolve contato entre pessoas, culturas, símbolos, formas de organização social e poder, tudo isso marcado pela construção de imagens e estereótipos. Entretanto, é recente a inserção desse objeto no campo nas Ciências Sociais, especialmente na Antropologia.

De acordo com BARRETO, pouco são os estudos de turismo que contemplam as especificidades geradas pela relação interpessoal que a atividade proporciona:

A maior parte dos estudos do turismo, tanto no Brasil quanto no exterior, tem focalizado, principalmente, os impactos na cultura, os processos de aculturação e a questão da autenticidade. Menos atenção têm recebido temas como: alteridade, constituição da diferença, relações de gênero, relações inter-étnicas no trabalho, modos de produção e representações sociais, por exemplo. (BARRETO, 2003:20)

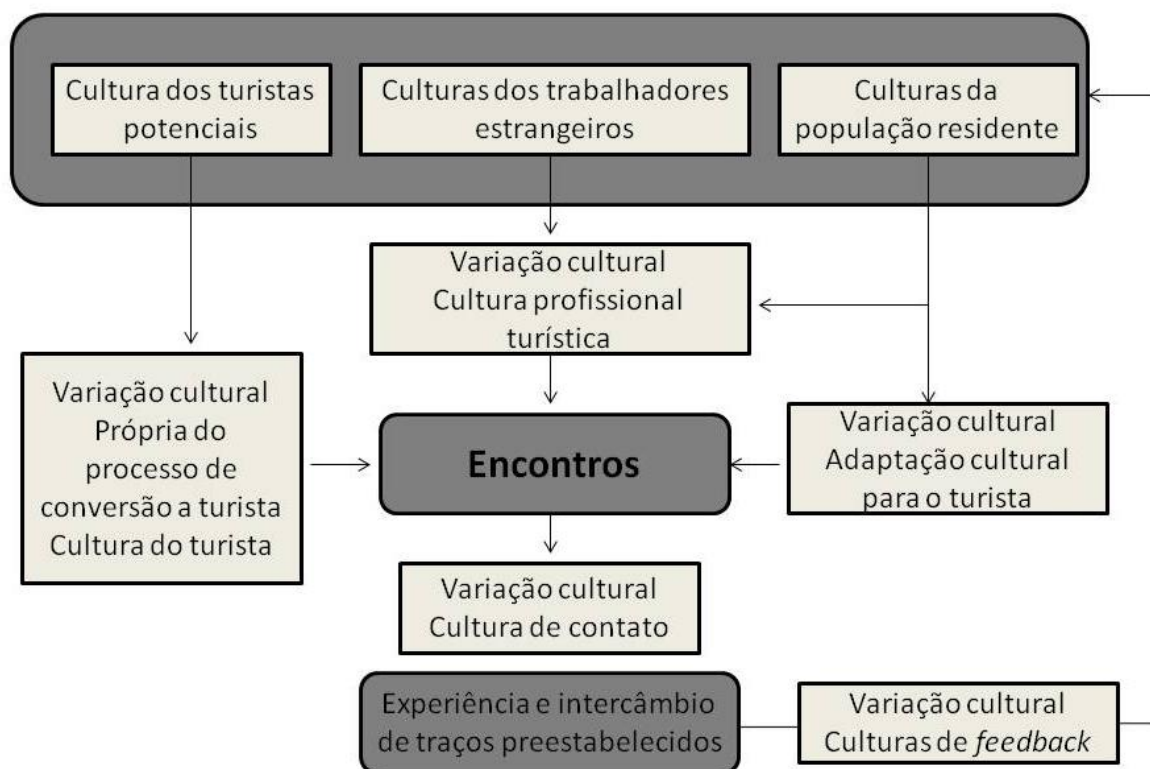
Segundo SANTANA (2009) em seu livro *Antropologia do Turismo – Analogias, encontros e relações*, o estudo sobre o fenômeno do turismo de massa só começou a chamar a atenção dos antropólogos na década de 1960, com a publicação em 1963 do artigo *Tourism, tradition and acculturation: weekendism in mexican village* do autor Theron Núñez, fundando o que se pode chamar hoje de Antropologia do Turismo.

Outro marco importante que podemos citar foi em 1974, no congresso que reuniu antropólogos na Cidade do México para se discutir os impactos sociais causados pelo turismo (SMITH, 1977b apud SANTANA, 2009:19). O resultado foi um tanto pessimista, resultando na publicação no livro *Host and guest: the anthropology of tourism*.

Dessa maneira, ainda que de forma incipiente, o turismo passa a fazer parte de alguns estudos antropológicos e sociológicos. Isso porque:

O turismo é, como a mágica, uma arte nas encenações; e a cultura, como significação de utensílios, características, normas e valores, auge da magia. Nos três casos (mágica, turismo e cultura), os participantes do ato são cúmplices, criam o que querem ver e alteram o que é visto com sua criativa presença. Constroem-no e reconstróem-no a partir de suas múltiplas e socioculturalmente filtradas interpretações de forma que o “autêntico” é o resultado de uma interação múltipla, variada e complexa do conjunto de elementos que constituíram a enculturação e a própria experiência, mantendo poucas conexões com o “real”, se é que devemos aludir a tal conceito. (SANTANA, 2009:15)

Da mesma maneira como a cultura, para Stevenson, é o ponto central para discussão sobre Cidadania Cultural, também no turismo esse elemento é essencial para o entendimento da atividade turística e das relações que ela proporciona. Podemos observar na figura abaixo, elaborada por SANTANA (2009), as diversas variações culturais que convergem para os encontros.



**Figura 4** - Relações existentes entre as diversas culturas e variações culturais. Os encontros como eixo do sistema (SANTANA, 2009:74)

KRIPPENDORF levanta ainda outra lacuna nos estudos sobre turismo, que é a ausência de pesquisas sobre a população que recebe os visitantes, parcela essa que ele denomina de “viajados”, ou seja, os que sofrem a ação das viagens, análogos ao que chamamos anteriormente de “os que trabalham, direta ou indiretamente para o turismo”. Na academia existem poucas informações e dados sobre os visitados se comparado ao número de publicações e pesquisas sobre o turista:

No entanto, se os viajados são negligenciados, isso também se deve a eles próprios. Até o momento, praticamente não

manifestaram a soberania do seu poder sobre o mercado. Como poderiam aliás! (KRIPPENDORF, 1987:90)

A partir dessa afirmação do autor sobre a relação entre os “viajados” e o mercado é que se estabelecem diversas discussões acerca dos impactos, sejam eles positivos ou negativos, que o turismo pode causar em determinada localidade ou sobre esses dois grandes grupos que fazem parte do turismo, os “viajantes” e os “viajados”.

É na análise dos impactos sociais, econômicos e, sobretudo, culturais do turismo que podemos identificar a presença de uma silenciosa e lenta negociação de cidadania, seja na luta por direitos de acesso, criação e fruição cultural, seja na reivindicação dos “viajados” pela participação nas tomadas de decisão das políticas públicas ou ainda no momento em que a população autóctone se reconhece como detentora das rédeas de sua própria representação sociocultural, em outras palavras, quando ela passa a decidir sobre de que maneira ela gostaria de ser representada para o turista.

A Declaração de Manila, convocada pela OMT em 1980, reuniu 107 delegações de Estado, e é bem enfática ao afirmar que *o “turismo, em condições apropriadas, pode desempenhar um papel positivo de equilíbrio, de cooperação, de compreensão mútua e de solidariedade entre todos os países”*.

Nessa afirmação encontramos uma ressalva que é fundamental, a declaração deixa claro que **“em condições apropriadas”**, o turismo pode ter um impacto positivo na relação entre os países. Que condições são essas? E o que pode acarretar a ausência dessas condições? São nesses interstícios de ausência e presença que podemos observar as reverberações que a atividade turística proporciona. E nesse sentido, BARRETO (2002) concorda que os conceitos de cidadania e turismo estão muito próximos na análise dos impactos do turismo:

Para relativizar os impactos culturais e descriminar o que é desejável em termos de aculturação, é necessário entender o conceito de cidadania. É preciso ter claro que, em primeiro lugar, o turismo não é o único fator de aculturação, muito menos no atual estágio de globalização da cultura propiciado pelas tecnologias da comunicação. Em segundo lugar, é preciso verificar quais os valores que devem ser preservados e quais são de duvidoso valor para o bem-estar do ser humano. Será que é correto manter uma população sem direito ao

conforto contemporâneo propiciado pela tecnologia para perpetuar uma “autêntica cultura caiçara ou rural”? Será que é eticamente correto manter práticas vexatórias da condição humana para perpetuar uma “autêntica cultura aborígine”? (BARRETO, 2002:24)

Para se aprofundar nessa discussão BARRETO traz à tona o conceito de autenticidade, e que apesar de controverso merece destaque neste trabalho, uma vez que estamos tentando compreender como o turismo é capaz de promover alterações no desenvolvimento da sociedade.

Nesse momento estamos focalizando a luz sobre o grupo dos “viajados”, de como se desenvolvem mudanças em sua cultura a partir do momento em que ela se tornar uma mercadoria, um objeto de consumo dos turistas, ou ainda de como essas culturas são mantidas intocadas e congeladas sob a égide da autenticidade como condição *sine qua non* para o consumo turístico. Conforme disse BARRETO, não devemos esquecer que o turismo não é a única forma de alteração de uma determinada cultura, existem diversos outros fatores que influenciam essas alterações, tampouco podemos esquecer que a cultura não é um objeto estático e que está sempre em constante metamorfose.

A partir disso, cabe analisarmos se a busca desenfreada pelo autêntico no turismo condiz com a expectativa e desejos da população receptora. Assim questiona YAZIGI(2009):

Quer dizer então que comunidades primitivas não têm direito às mudanças? Se por um lado existem satisfação e desejo turístico de primitivismo (sem energia elétrica, por exemplo), por outra mão cabe tão somente à comunidade local decidir quais atitudes tomar. É ilusão e reacionarismo pretender eternizar o passado. Nessas circunstâncias o grupo social se depara com a necessidade obrigatória e conseqüente de programação da mudança em função do interesse comunitário. Este pode se bem lhe aprover, ouvir consultores para coadjuvá-lo nas decisões a serem tomadas. (YAZIGI, 2009:27)

KRIPPENDORF duas décadas antes já questionava esse modelo de autenticidade, entretanto desmistifica um pouco a noção de vítima dos “viajados”, ao dizer que:

As regiões hospedeiras também não fazem do turismo uma instituição sagrada, mas um negócio comercial. Elas aceitam pagar o preço de forma explícita ou tácita. Entretanto, seria o caso de perguntarmos se este cálculo de fato, é favorável aos viajados, se não o seria mais para os outros, aqueles que se apoderam da parte

do leão, e se o preço que os autóctones pagam não se mostraria mais elevado. E será que realmente não existe um outro meio, a não ser este turismo devastador, para salvar do abismo a economia e sociedade nativa? (KRIPPENDORF, 1987:95)

E para essa pergunta YAZIGI (2009:31) consegue de certa forma uma resposta ao analisar que *“o pensamento fixista, congelado no tempo, deixa entender que a mudança social só é permitida na própria sociedade do observador crítico e vedada aos outros.”*

A partir da afirmação de Turner sobre a definição de cultura em que *“deve ser entendida, essencialmente, como o meio pelo qual um povo define e produz a si mesmo enquanto entidade social em relação à sua situação histórica em transformação”* (Turner 1987:6 *apud* Sahlins, 1997:122). Ora, se a cultura está intimamente ligada ao contexto em que se encontra determinado povo e se esse cenário está em constante transformação, por que esperamos encontrar os destinos turísticos engessados no tempo? Para o bel prazer de contemplação dos turistas? Ou seria então para o reforço contínuo da alteridade, aqui posta como um abismo entre “civilização” e “primitivismo”?

KRIPPENDORF(1987), ao discutir os impactos negativos que o turismo pode desencadear na sociedade autóctone, relaciona algumas mudanças como:

Desejo de adotar hábitos de consumo e comportamento dos turistas, o mal estar, a insatisfação, e até mesmo a resignação face à própria sorte, quando o habitante se apercebe de que não pode atingir o nível de vida dos turistas, os complexos de inferioridade, o servilismo, a urbanização e a ocidentalização do modo de vida, o aumento da prostituição, da mendicância infantil e da criminalidade em inúmeras regiões turísticas do terceiro mundo, a atração que exercem o dinheiro e a riqueza dos turistas. (KRIPPENDORF, 1987:98)

Moradores de um destino turístico nas montanhas suíças realizaram uma pesquisa para saber o que o turismo havia proporcionado a localidade. Os saldos positivos e negativos tiveram percentuais parecidos. Dentre os aspectos negativos apontados estavam:

79% - as pessoas só pensam em dinheiro  
 53% - o espírito comunitário desapareceu  
 46% - há muitos estrangeiros  
 45% - o aspecto da localidade foi desfigurado  
 44% - a coesão familiar se degradou

43% - a paisagem foi desfigurada  
 26% - apenas a minoria se beneficiou do turismo  
 (E.MEYRATH-SCHLEE, 1983 *apud* KRIPPENDORF, 1987:97).

Acreditamos que o primeiro passo para um entendimento mais aprofundado sobre os impactos do turismo é relativizar a noção que se tem da população local como vítima passiva dos turistas. Como vimos, a atividade turística é um complexo emaranhado de relações que envolvem diversos interesses de diferentes grupos, sejam os que trabalham como o turismo, direta e indiretamente, sejam os próprios turistas, o poder público, instituições privadas ou ONGs. Nesse sentido, YAZIGI enfatiza que:

É preciso acabar com a generalização de ver a aldeia como eterna vítima e o turista com cara de monstro sorridente: ambos ganham e perdem. Os estudos sobre impacto mostram deteriorações a serem corrigidas, mas indicam também que muitas comunidades ganham, e que algumas vivem quase que só do turismo. (YAZIGI, 2009:19)

No intuito de minimizar os impactos negativos e proporcionar “condições apropriadas” para o desenvolvimento do turismo, vimos surgir nas últimas quatro décadas movimentos e iniciativas que buscam a sustentabilidade da atividade. É nesse momento em que o direito ao turismo é reivindicado, que a população receptora começa a contestar sua participação no planejamento, nas tomadas de decisão e nos lucros do turismo, que surge a necessidade de pensar uma nova forma mais “social” e “comunitária” de desenvolver o turismo.

De acordo com a Organização Internacional do Turismo Social (OITS) a origem do turismo social está associada às modificações ocorridas nas relações de trabalho, em quem são instituídos direitos a férias e horas livres de descanso, possibilitando dessa maneira a inserção de trabalhadores de poder aquisitivo mais reduzido no campo das viagens e lazer.

Assim, para OITS, o ponto de partida para início do desenvolvimento do turismo social se dá a partir de 1936, com a adoção de 52 convênios de férias remuneradas, instituídos pela Organização Mundial do Trabalho (OMT)<sup>17</sup>. Essa ação estava vinculada a Declaração Universal dos Direitos Humanos em seu artigo XXIV que afirma que *“Toda pessoa tem direito a repouso e lazer,*

---

<sup>17</sup> Disponível em <http://www.bits-int.org>, último acesso em 21 janeiro de 2012.

*inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas”.*

Conforme já foi visto no pós-guerra, instituições como a UNESCO estavam preocupadas com a reconstrução das nações, daí o incentivo à valorização das diversas facetas culturais da sociedade. Aqui podemos dizer que o movimento por direitos de um alcance maior do turismo se inseria em uma política de reconhecimento de culturas, paisagens e destinos ainda não experimentados antes.

Entretanto, o que é interessante observar nesse momento é que o Turismo Social nascia voltado para uma ampliação do grupo dos “que fruem o turismo”, ou seja, inclusão de classes sociais na condição de turistas, conforme a Declaração de Manila de 1980, que afirma que:

O turismo moderno nasce da aplicação dessa política social que conduziu à obtenção pelos trabalhadores de férias anuais remuneradas, a qual equivale por sua vez ao reconhecimento de um direito fundamental do ser humano ao descanso e ao ócio (...) (Declaração de Manila, 1980:03)

Na Declaração ainda continua *“O turismo social é um objetivo que a sociedade deve alcançar para os cidadãos menos favorecidos no exercício de seu direito ao descanso”*. Como também consta no Código Mundial de Ética do Turismo em seu artigo 7º que trata do Direito ao turismo: *“O turismo social, e nomeadamente o turismo associativo, que permite o acesso do maior número de cidadãos aos tempos livres, às viagens e às férias, deve ser desenvolvido com o apoio das autoridades públicas”*.

A OITS, em seu estatuto entende por turismo social:

Par tourisme social, l'O.I.T.S. entend l'ensemble des rapports et des phénomènes concernant la participation, tant au sein des populations des pays visités qu'au sein de celles qui partent en vacances, des couches sociales aux revenus modestes ou présentant certaines caractéristiques pouvant restreindre leur accessibilité au tourisme, aux vacances et à leurs bénéfices.

Nessa definição de turismo social podemos observar a inserção também da participação da população visitada, mas o enfoque ainda é dado para o

direito ao acesso ao turismo pelas camadas sociais com recursos modestos em suas férias ou feriados.

Nessa perspectiva o SESC-SP (Serviço Social do Comércio), pioneiro nas atividades de Turismo Social, e focado em oferecer oportunidades de fruição do turismo para a classe de trabalhadores do comércio com direito a férias remuneradas, encontra um meio de satisfazer essa demanda oferecendo oportunidades de viagens a custos reduzidos.

De acordo com Flávia Costa, Coordenadora do Turismo Social do SESC-SP, a atuação dessa instituição se inicia em 1948, com a inauguração do Centro de Férias SESC Bertioga, ampliado em 1951. Com o Programa de Turismo Social, a instituição pretende desenvolver um tipo de turismo diferente do convencional, preocupado em disponibilizar atividades que promovam o desenvolvimento de habilidades físicas e intelectuais.

O programa é baseado em quatro princípios:

1. Democratização do acesso ao Turismo
2. Desenvolvimento social dos participantes
3. Educação através do Turismo
4. Educação para o Turismo

Dessa maneira, o SESC-SP acredita que mudanças na forma de lidar com o turismo devam ser capazes de tornar cada participante um cidadão completo, com educação, informação e múltiplo envolvimento na construção da cultura, segurança, lugares e tempos comuns. (COSTA, 2004:03)

Em 1996, a Declaração de Montreal – *Por uma visão humanista e social do turismo*, traz a necessidade de pensar o turismo como um fator de desenvolvimento frente à exclusão e inclusão social. Assim, o turismo social para além de ser um benefício para “os que fruem” deve ser capaz de proporcionar proteção ambiental, respeito pela identidade da população local, desenvolver localidades sem desperdício de recursos e geração de benefícios econômicos, sociais e culturais para a população autóctone.

Por essa declaração começamos a ver uma preocupação com o grupo dos “viajados”, necessidade essa que está presente na visão que o Ministério do Turismo<sup>18</sup> do Brasil tem sobre o turismo social:

Turismo Social é a forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão, orientando suas atividades com vistas a obtenção também de benefícios sociais.

Para o presente trabalho essa parece ser a definição que mais se encaixa com a noção de Turismo Social desenvolvida atualmente, dada a realidade e os desafios sociais e econômicos que os países em desenvolvimento enfrentam. Dessa maneira, surge outro ponto importante de discussão, que é o entendimento do Turismo Social por instituições ou ONGs como uma tipologia de turismo, quando deveria ser compreendido como uma forma de desenvolvimento e prática da atividade turística.

Assim, não é raro encontrarmos agências e grupos que dentre suas opções de vendas de roteiros turísticos estão Turismo de Aventura, Turismo Cultural, Turismo Social, Turismo de Negócios. Ora, qualquer atividade turística não envolve pessoas, serviços e principalmente contato com o destino visitado? Então podemos dizer que todo turismo é de certa forma social. Voltamos então ao ponto em que o Ministério do Turismo pontua ao dizer que o turismo social “é uma *forma* de conduzir e praticar a atividade turística”.

Cabe pontuar que não se pretende emitir juízo de valor sobre as iniciativas de turismo que contemplam a ampliação do acesso ao turismo nem tampouco sobre ações e programas voltados para a população local que trabalha com o turismo, o interessante é entender como existem diversas compreensões acerca do tema Turismo Social, e que de acordo com esses diferentes entendimentos se desenvolvem projetos e formas de construção de um turismo mais “social”.

Nesse sentido, toda prática turística tem condição de ser desenvolvida de uma forma “social”, aqui no sentido de equidade de oportunidades e

---

<sup>18</sup> Disponível em <http://www.turismo.gov.br> último acesso em 23 janeiro de 2012.

sustentabilidade cultural e ambiental. Entretanto, conforme CORIOLANO (2006):

(...) essas utopias só se concretizam quando essa parcela da população, mantendo relações de poder, possa fazer valer seus direitos para se impor diante dos conflitos e das contradições geradas pelo capitalismo em suas novas formas expressas nos artefatos modernos, dentre eles os de lazer e turismo. (CORIOLANO, 2006:377)

Assim, vemos nas últimas décadas um movimento significativo no que tange a inserção de destinos turísticos diferentes dos antigos modelos de *glamour*, cenários idílicos e o famoso “*sun, sand and sex*”. Começamos a observar o interesse por regiões marcadas pelo horror de guerras ou catástrofes naturais, chamado de “*dark tourism*”, ou ainda por regiões de miséria e pobreza, marcadas por estereótipos e preconceitos sociais. Sobre este último iremos nos debruçar um pouco para entender melhor como se dá essa motivação por visitar, por exemplo, guetos e favelas.

## 2.3 TURISMO NA FAVELA

Podemos iniciar uma discussão esclarecendo as colocações feitas por Eduardo Yazigi “*O mais curioso é ver que o feio sempre se parece em qualquer lugar do mundo e que muitos intelectuais tem predileção por seu cultivo. Cruz Credo!*” YAZIGI (2009:30), ou ainda sobre a famosa frase do carnavalesco Joaozinho Trinta “*Quem gosta de miséria é intelectual, o povo adora luxo*”, que não temos apreço pela cultura da pobreza e tampouco incetivamos o cultivo do feio. O que está em jogo aqui não é o incentivo ao cultivo do feio e sim a necessidade de pensar o desenvolvimento e a movimentação pela busca da venda e consumo desse tipo de realidade. Daí a importância da análise antropológica sobre os movimentos que o turismo vem realizando na busca pelo original e pelo autêntico.

CORIOLANO (2006:375) ao falar da apropriação e uso do território turístico reflete que é do processo de globalização homogeneizante e hegemônico que surge a necessidade da população local de criação de

estratégias em defesa do seu patrimônio cultural, das especificidades de sua história e região. E ainda afirma que:

Do conflito, porém, surge o turismo alternativo, aquele desenvolvido a partir das comunidades e pelas comunidades, bem como os das favelas, dos índios, dos acampamentos dos *sem-terra*, ou seja, de diversos grupos de excluídos. Todos incluídos na mesma sociedade, no modo de produzir, mudando na forma como cada classe ou grupo se inclui, e como os níveis de conflitos produzem resistências. (CORIOLANO, 2006:374)

Conforme a autora é das situações de conflito que surgem formas alternativas de turismo. Uma delas é a visitação a favelas e localidades de pobreza e discrepância social. Entretanto, como demonstra MEDEIROS e MENEZES (2009) no artigo “*Fotografando a pobreza turística*”, essa prática era já realizada no final do século XIX, denominada *slumming*, em que o propósito estava em visitar instituições de filantropia localizadas nessas áreas. Naquela época alguns críticos já ponderavam sobre a balização da pobreza por trás da máscara do altruísmo social.

Mais tarde essa prática, que antes era intermediada pela filantropia, passa a ter como seu vetor principal o turismo, como podemos ver na citação abaixo:

Foi preciso esperar a virada de outro século para que os pobres e seus espaços de moradia retornassem como objetos do olhar curioso de um número expressivo de atores sociais das camadas médias e altas, com quem passam novamente a compartilhar uma proximidade indiscreta. Mas, se antes esta proximidade foi garantida pela via da filantropia e do humanitarismo, hoje o é pela via do turismo (MEDEIROS e MENEZES, 2009:181 - 182)

Atualmente são vendidos destinos conhecidos como *dark tourism* acontecimentos históricos de terror, tais como os campos de extermínios da Europa, a fábrica de Chernobil na Ucrânia, *bunkers* de guerra na Escócia, a casa de Anne Frank, os campos de prisioneiros do regime stalinista na Sibéria ou visitas a cemitérios.



**Figura 5** - Mapa de visita  o ao Campo de Concentra  o de Aushwitz na Pol  nia. (foto: Abel de Castro, 2008)

Nessa perspectiva, MEDEIROS (2006) divide o chamado “reality tour” em dois grupos: os “*tours sociais*” e os “*tours sombrios*”, nos quais estariam inseridos os roteiros mencionados acima. A autora afirma que:

Animados pela possibilidade de atender às demandas dos indivíduos desejosos por localizar o seu papel nos problemas mundiais, os idealizadores da *Global Exchange*, ONG sediada em San Francisco, realizaram o primeiro *reality tour* social. Há mais de uma década, esta ONG leva turistas das nações desenvolvidas - particularmente norteamericanos - aos países onde imperam conflitos sociais e instabilidade política. Através da *Global Exchange*    possível, por exemplo, passar uma semana no Brasil vivendo em um dos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra ou freqüentando as salas de aula do projeto Viva Beb   no Presídio Talavera Bruce. (MEDEIROS, 2006:04)

Dentre os “*tours sociais*” podemos incluir os roteiros turísticos nas favelas do Rio Janeiro. Atualmente podemos localizar diversas favelas cariocas que possibilitam roteiros turísticos em seus territórios, podemos citar, a Rocinha, o Morro da Providência, o Morro dos Prazeres, a Maré, Dona Marta, Santa

Tereza, Cantagalo-Pavão-Pavãozinho. Guardada suas devidas especificidades de gestão e organização, esses são alguns exemplos do aumento significativo de inserção dessas localidades no turismo. Segundo MEDEIROS (2006) em entrevistas<sup>19</sup> realizadas em algumas dessas favelas, os gestores desses roteiros apontam a Eco-92 como um marco na inclusão das favelas como destinos turísticos.

Em seu estudo, MEDEIROS (2006) analisa quatro favelas cariocas: Rocinha, Morro da Previdência, Morro dos Prazeres e Morro da Babilônia, a partir da perspectiva dos gestores do turismo nessas localidades.

Algumas diferenças são apontadas, como por exemplo, os atores que desenvolvem a atividade turística nessas favelas. Na Rocinha, sete agências de turismo desenvolvem os roteiros na região e os moradores não fazem parte desse desenvolvimento. As agências são: *“Be a Local, Don’t Be a Gringo”*, *“Exotic Tours”*, *“Favela Tour”*, *“Jeep Tour”*, *“Indiana Jungle Tour”*, *“Private Tours”* e *“Rio Adventures”*. Os nomes já evidenciam a proposta que essas agências possuem sobre a forma de gerir a atividade turística na favela.

Apesar de terem por objetivos romper com a ideia associativa entre favela e violência, *“Algumas agências, contudo, encorajam sim uma relação “de zoológico” com a localidade na medida em que seu foco direciona-se aos favelados – incentivando, inclusive, que os turistas fotografem o interior das casas – e não aos aspectos sociais, culturais e políticos da favela (MEDEIROS, 2006:11)”*.

---

<sup>19</sup> Para mais informações ver o trabalho de MEDEIROS, Bianca. A Construção da Favela Carioca como Destino Turístico. Rio de Janeiro:CPDOC, 2006.



**Figura 6** - Frota de jeeps da agência Jeep Tours  
Fonte: <http://www.jeeptour.com.br/>

Essa discussão acerca do “zoológico cultural” é significativa, pois revela importantes aspectos sobre as diferentes representações sociais que estão envolvidas no turismo nas favelas, mas ela será analisada com mais profundidade no próximo capítulo.

Todavia, voltemos às diferenças encontradas por MEDEIROS nas favelas pesquisadas. Enquanto na Rocinha, majoritariamente, a organização dos roteiros está nas mãos de agências privadas de turismo, no Morro da Babilônia quem organiza as atividades e o que o turista verá são os próprios moradores da favela. O morro ficou conhecido depois do lançamento do filme “Orfeu Negro” de Marcel Camus, que trata de conceitos como negritude, carnaval, favela e brasilidade.

O Morro dos Prazeres é uma experiência que combina parceria entre agentes externos e população local. O que não significa dizer que não existam divergências quanto aos objetivos das ações e das visões sobre o turismo na favela. Enquanto que no Morro da Providência o desenvolvimento do local como um destino turístico carioca fica a cargo do poder público, na figura da Prefeitura do Rio de Janeiro. “O Morro foi idealizado como atração turística no

*contexto do Favela-Bairro e do projeto de desenvolvimento e revitalização da área portuária que, além do Museu a Céu Aberto, inclui a Cidade do Samba inaugurada em fevereiro de 2006". (MEDEIROS, 2006:17).*

A partir desses exemplos podemos agora seguir para o objeto de estudo dessa pesquisa, a iniciativa da ONG MUF – Museu de Favela, localizada nos morros do Cantagalo, Pavão-Pavãozinho. A ONG pretende a partir das premissas da Museologia Social transformar a favela num monumento turístico carioca ao entender que todo o morro pode ser compreendido como um grande “museu a céu aberto”. Assim, as casas, os moradores, as práticas culturais e arquitetônicas são tidas como acervo dinâmico desse “museu”, e para visitá-lo são desenvolvidos roteiros turísticos por entre os becos e vielas da região.

Através de convênio entre MUF, PAC e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro é desenvolvido, em 2009, um curso de extensão em Turismologia para as comunidades dos morros do Cantagalo, Pavão-Pavãozinho, nomeado por Projeto Turismo no MUF, ou TURISMUF. De acordo com Camila Moraes, pesquisadora da UNIRIO e participante do projeto, os objetivos eram capacitar a população dos morros para elaboração de roteiros e visitas guiadas pelos morros, no intuito de possibilitar a geração de renda para a comunidade local.

A experiência do MUF com o turismo torna-se referencial para o entendimento tanto do novo paradigma de turismo como também sobre as novas perspectivas sobre a museologia. Além disso, combina gestão local com gestão pública. Isso porque a ONG é ao mesmo tempo um Ponto de Memória e seus participantes são majoritariamente moradores dos morros Cantagalo-Pavão-Pavãozinho.

No próximo capítulo vamos analisar como se dá a fusão de dois novos paradigmas: aquele que toca à museologia e aquele que diz respeito ao turismo social. Além disso, veremos com mais profundidade como se dão as relações de representação social, poder e interesses sociais e econômicos que decorrem da iniciativa do MUF, transformando-o num espaço em que, constantemente, a cidadania é negociada - seja através da luta por direitos à identidade e diversidade cultural, seja na participação das tomadas de decisões das políticas de cultura e turismo.

### 3 MUSEU: INSTRUMENTO DE NEGOCIAÇÃO DE CIDADANIA? A EXPERIÊNCIA DO MUF - MUSEU DE FAVELA

*“Portas abertas. O turista vai entrando como em terra de ninguém,  
indiferente a uns tantos princípios”.*  
(A cidade e seus turistas - Cora Coralina, 1983)

#### 3.1 MUSEUS E FUNÇÃO SOCIAL

O museu é um espaço de representatividade da cultura do homem em suas três dimensões temporais: passado, presente e futuro. Dessa maneira é fácil entender a estreita relação dos museus com os processos de representação social, de construção de identidades e, atualmente, como espaços de reivindicação de direitos e inscrição na vida cultural da sociedade.

Vemos crescer o número de museus de folclore, que contemplam justamente os aspectos da cultura de grupos que até então não tinham suas histórias representadas nos museus “tradicionais”, como por exemplo o caso do Museu de Favela - MUF

Para compreender um pouco a atuação do MUF faz-se necessário um rápido giro panorâmico da atuação dos museus desde seu surgimento até as alterações quanto sua função social pelas quais vem passando nos dias de hoje.

Durante a primeira metade do século XIX um grande número de museus com foco antropológico foi estabelecido - como poderemos perceber na revisão bibliográfica que se segue - sobre a temática das “curiosidades” ou “*institutional homeland*” da Antropologia. Os museus eram vistos como arquivos da cultura material dos povos estudados.

Stocking (1985) afirma que o *Museum Period* é definido entre os anos 1840 e 1890. Pode-se afirmar que embora alguns museus nacionais tenham sido criados no começo dos anos 1840 é apenas em 1866 que é fundado um dos maiores museus antropológicos, o *Peabody Museum of Archeology and Ethnology*, na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. Todavia, do ponto de vista profissional antropológico e como suporte em pesquisas de

campo, é a partir de 1890 que as fundações alcançam sua maturidade institucional.

No início desse período a aquisição de objetos etnográficos se dava pelo processo de expropriação ou em troca de riqueza (Stocking, 1985:05). Os objetos, retirados das mais diversas regiões do mundo, eram reclassificados e agrupados de forma a indicar os diferentes estágios de evolução em que a humanidade se apresentava, baseado em uma visão eurocêntrica que considerava a Europa como sendo o ponto mais evoluído dessa escala.

Isso estava intimamente ligado a uma época em que estavam em campo os paradigmas evolucionistas e difusionistas, que, apesar das suas diferenças, entendiam a cultura como um agregado de objetos e traços culturais, o que também possibilitou criar uma nova área de pesquisa, os denominados estudos de “cultura material” (Gonçalves, 2007:17).

O antropólogo alemão Franz Boas é um dos primeiros a criticar esse modo de expor objetos em um museu de acordo com uma perspectiva evolucionista. Em 1887, fez uma visita ao museu Smithsonian para estudar o acervo da Costa Noroeste dos Estados Unidos e se deparou com um arranjo de objetos, criado por Mason para demonstrar uma evolução tecnológica.

“Partindo desse ponto de vista, o professor Mason arranhou as coleções etnológicas do Museu Nacional de acordo com os objetos (e não de acordo com as tribos a que pertencem) para mostrar as diferentes espécies de lanças, cestos, arcos etc.” (Boas, 1887c apud Stocking, 2004:86)

Para Boas, o objetivo da investigação etnológica é o significado, e não a função dos objetos. Isso só pode ser entendido no contexto histórico e geográfico. Nesse caso, o método utilizado por Mason era dedutivo: comparar fenômenos e delinear conclusões por analogia. A alternativa proposta seria o método indutivo, que traça a história completa de um só fenômeno.

Assim inicia-se um momento de reflexão acerca da concepção dos objetos. Após a II Guerra Mundial, os antropólogos britânicos, de orientação estrutural-funcionalista, passam a interpretar os objetos materiais como sinais diacríticos. Dessa maneira:

“Os objetos vão ser interpretados com base num esquema teórico onde eles existiam não em função de estarem respondendo a necessidades práticas universais, nem como indicadores de processos evolutivos e de difusão, mas como meios de demarcação de identidades e posições na vida social” (Gonçalves, 2007:19)

É nesse contexto de reflexão sobre os objetos, que o modo de conceber o museu como um espaço de representação vai sofrer sensíveis mudanças, dando espaço para a chamada Nova Museologia, que buscará reformular os objetivos e missões dos museus, bem como as mudanças da sua função na sociedade e da participação desta no desenvolvimento das instituições museológicas.

### 3.2 NOVAS FORMAS DE VER A MUSEOLOGIA

Em um dos textos referenciados para a Nova Museologia, “*Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*”, Desvallees (1992) aponta para alguns possíveis marcos iniciais para essa nova forma de atuar dos museus. Dentre eles vale citar o livro de Freeman Tilden, em 1957, sobre a interpretação do patrimônio, que renovou com a Museologia nos centros de interpretação, principalmente nos Parques Nacionais dos Estados Unidos. Tilden buscava ampliar a interação do público com a exposição, entendendo a importância na maneira como o acervo é apresentado no processo de interpretação do patrimônio. (Tilden, 2008).

As Jornadas de Lurs<sup>20</sup>, em 1966 tiveram importante papel nessa discussão, bem como a 9ª Conferência Geral do ICOM, realizada em 1971 entre Paris, Dijon e Grenoble, e tinha como tema o “Museu a serviço do homem, hoje e amanhã”, expressando a função social dos museus.

No ano seguinte acontece a Mesa Redonda de Santiago do Chile, com o tema “O desenvolvimento e o papel dos museus no mundo contemporâneo”. A mesa lança a ideia de um museu integral, destacando a importância da participação de especialistas em Ciências Sociais, assim como sugere Hugues de Varine (2006) de que a Museologia esteja articulada com a Antropologia

---

<sup>20</sup> As Jornadas de Lurs originaram a criação de vários museus de sítio nos anos seguintes e a gestação do conceito de ecomuseu, mais tarde formulado por Georges Henri Rivière e Hugues de Varine

Social e Cultural, Sociologia e Economia, aplicadas aos problemas nacionais e locais de desenvolvimento.

Finalmente, em 1982, Évelyne Lehalle, Chantal Lombard, Alain Nicolas e William Saadé criam o M.N.E.S (*Muséologie nouvelle et expérimentation sociale*), apontado como outro possível marco de origem da Nova Museologia<sup>21</sup>.

Podemos dizer que um dos grandes motivos que provocaram o surgimento da Nova Museologia foi o deslocamento do foco, dado inicialmente ao caráter físico dos objetos, para a necessidade de pensar as relações sociais e simbólicas que eles possuem e revelam sobre a sociedade.

A coleção nesse sentido não possui a mesma importância dada pela museologia tradicional, porque é feita a partir do patrimônio cultural que a população reconhece como tal. Dessa maneira, os acervos desses museus são dinâmicos, vivos e em constante mudança.

Aqui também observamos a inserção do denominado “patrimônio imaterial”. Ao se dizer que os acervos são vivos e em contínua mutação, estamos nos referindo ao complexo universo do patrimônio cultural que envolve as técnicas e modos de fazer de determinados objetos, ou ainda bandeiras, objetos sacros, alimentos que possuem importante papel em celebrações, ritos religiosos, formas de expressão, dentre outros aspectos do “patrimônio intangível” que se encontram, de certa forma, materializados nas exposições.

Gonçalves afirma que durante uma visita ao museu é difícil identificarmos a complexidade das relações sociais e simbólicas e do processo de produção dos objetos ali expostos. *“Os agentes e as relações que tornam possíveis esses processos ficam na penumbra, em favor do enquadramento institucional dos objetos numa determinada posição (GONÇALVES, 2007:82)”* Por esse motivo a Nova Museologia propõe a intensa participação das pessoas que possuem relações com esses objetos, ou ainda, seguindo a linha de raciocínio de Apparadurai (1986), as pessoas que fazem, ou já fizeram parte da “vida social” daqueles objetos.

---

<sup>21</sup> Para informações detalhadas sobre análise dos documentos e declarações que constituem o processo de construção da Nova Museologia ver CANDIDO, Manuelina Maria Duarte. Ondas do pensamento museológico brasileiro. Cadernos de Sociomuseologia, v. 20, n. 20, 2003.

Nesse sentido, os museus devem contribuir para o desenvolvimento sustentável da comunidade a partir do seu próprio patrimônio cultural, possibilitando a participação da população no processo de criação e elaboração das atividades museais (Varine, 2006:05). A Nova Museologia vem então buscando a participação da sociedade no desenvolvimento dos museus e, principalmente, a devida contextualização de seus acervos e coleções como já havia ponderado Franz Boas.

Outro aspecto importante levantado pela Nova Museologia e que se insere, como veremos mais adiante, no contexto do surgimento dos estudos sobre cultura popular e patrimônio imaterial, é a necessidade de dar voz a grupos e minorias até então marginalizados do processo de representação dos museus, e também duma valorização e participação nas políticas públicas de cultura.

Os objetos e acervos passam a servir como sinais diacríticos de identidade dos grupos detentores desses bens, bem como uma forma de reivindicação do seu posicionamento na vida social. Para ilustrar, podemos citar o exemplo dos grupos indígenas, que descobrem no espaço dos museus a possibilidade de reafirmarem, perante a sociedade e ao poder público, sua identidade, e dessa forma conseguem reivindicar a posse de terra<sup>22</sup>.

Assim também podemos identificar algumas iniciativas como o Programa Pontos de Memória, uma parceria entre o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram/Minc), o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci/Ministério da Justiça) e a Organização dos Estados Iberoamericanos (OEI), que prevê a criação de 12 museus em regiões metropolitanas com índices de vulnerabilidade social. Um deles, que servirá como objeto de estudo nesse trabalho, é o MUF - Museu de Favela no morro Cantagalo-Pavão-Pavãozinho no Rio de Janeiro. Essas iniciativas, sobretudo o MUF e as demais ações que o compõe, revelam os caracteres diacríticos dos grupos em busca de identificação e reconhecimento social.

---

<sup>22</sup> Para maiores informações procurar o texto de José Ribamar Bessa Freire em Os Índios e o Museu. Cadernos de Etnomuseologia, nº1, Rio de Janeiro, UERJ, 1997

### 3.3 MUSEUS DE FAVELA - MUF

Para situar o leitor farei uma breve descrição das minhas primeiras impressões com a inserção no campo de pesquisa, ou seja, o morro do Cantagalo-Pavão-Pavãozinho, na cidade do Rio de Janeiro. Utilizarei os verbos na primeira pessoa do singular para assegurar um caráter pessoal à obra e demonstrar minha perspectiva metodológica ao manter uma sintonia com as idéias que indicam a pesquisa de campo como dado, inclusive, pela originalidade individual do olhar do pesquisador.

As favelas do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo se localizam entre as praias de Ipanema e Copacabana - Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Dizem os moradores mais antigos que o nome Cantagalo foi dado porque haviam, no início da sua ocupação no começo do século XX, quintais com terreiros em que os moradores criavam diversos animais: patos, galinhas e galos que cantavam todos os dias. Já o nome Pavão-Pavãozinho deve-se a um morador que possuía uma criação de pavões nesse morro, isso também no início da ocupação do morro, que remonta nesse caso a década de 1930.

Vale à pena destacar a forte presença de imigrantes do Estado de Minas Gerais do lado do Cantagalo e de nordestinos do lado de Pavão-Pavãozinho. Isso revelará uma significativa diferença entre os dois lados do morro, desde a maneira como foram sendo ocupados até rivalidades sociais e culturais entre as duas populações.

Essas duas favelas ou comunidades somam aproximadamente 20 mil moradores<sup>23</sup> e estão localizadas na parte nobre do Rio de Janeiro. Isso confere um caráter específico para os interesses do Governo, de projetos e empresas privadas nessa área, bem como de especulação imobiliária como veremos mais adiante.

Dessa maneira, vemos surgir, em 2007, os projetos do Governo Federal do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, que tinha como objetivo o crescimento acelerado e sustentado do País. Nesse contexto surgiu também o PAC Urbanização de Favelas na tentativa de um processo de reurbanização

---

<sup>23</sup> Número de acordo com o website da ONG MUF – disponível em <http://www.museudefavela.org/>

das favelas do Rio de Janeiro, sendo um dos pontos visados o morro por mim pesquisado.

De acordo com a trabalho de MBA em Responsabilidade Social e Terceiro Setor, da pesquisadora da UFRJ e moradora do Cantagalo, Marcia Pinto:

Foi com a participação comunitária, que em fevereiro de 2008, num grande fórum de moradores, surgiu o conceito do MUF, e em novembro do mesmo ano o grupo de trabalho pró-Museu de Favela conquistaria seu status legal como uma associação privada de interesse comunitário, com 16 sócios fundadores, atraindo com sua proposta inovadora um Conselho Comunitário de 35 entidades atuantes nesse território, à época ainda sob domínio do tráfico armado. Em fevereiro de 2009 o MUF foi fundado, com o apoio do PAC e de sua Base de Inserção Social Urbana, mais conhecida como BISU. (PINTO, 2011)

Assim, baseado nas premissas da Museologia Social, surge a proposta de musealizar o morro do Cantagalo-Pavão-Pavãozinho e a tentativa de transformá-lo em “um monumento turístico carioca”, conforme descrito no *website* da ONG MUF.

Nessa tentativa é desenvolvida uma parceria entre o MUF e o curso de Turismo da UNIRIO em que a professora Tania Omena apresenta o Projeto Turismo no MUF (TURISMUF). O projeto tinha por objetivo incentivar o turismo no morro, por meio de elaboração de roteiros, capacitação de moradores para a atividade turística e inclusão da comunidade no planejamento do turismo.

### **3.4 CAMPOS DE OBSERVAÇÃO**

Cheguei ao Rio de Janeiro no dia 9 de agosto de 2011 pela manhã. Ficaria na casa de uma colega de um amigo do Recife. Tudo era desconhecido: o local onde ficaria e como me locomover, como seria minha inserção na comunidade, etc. Estava aflita, mas confiante.

Ao desembarcar no aeroporto do Galeão tomei um ônibus interno para o aeroporto de Santos Dummont. Tentando me equilibrar com duas grandes malas desembarquei no aeroporto de SDU e peguei um táxi até o bairro do Catete, onde me hospedaria.

Assim que me acomodei liguei para o celular de Renato<sup>24</sup> - Diretor de captação de recursos da ONG MUF. Meu orientador havia me dado seus contatos telefônicos e de e-mail antes da viagem para o Rio. Caixa postal. Liguei para a base da ONG MUF e quem atendeu foi Joana, Diretora Social e de Memórias da ONG e líder comunitária também já conhecida, para saber se poderia auxiliar-me nos contatos com os moradores.

Ela foi muito receptiva e já marcou um encontro comigo para o dia seguinte, no elevador, o Mirante da Paz. Joana explicou-me detalhadamente em qual estação de metrô eu desceria, bem como chegar até o elevador e detalhes sobre a proximidade de sua residência com meu campo e como nos encontraríamos. No restante do dia saí com as meninas que estavam me hospedando para conhecer o entorno do bairro do Catete e me localizar um pouco na cidade.

No dia seguinte resolvi acordar cedo e ir até o centro da cidade. Meu encontro com Joana estava marcado para depois do almoço. Peguei meu material: câmera, gravador, bloco de anotações e telefones dos contatos que tinha da ONG e fui encontrar-me com Joana.

Saindo da estação Catete há algumas estações de metrô, cheguei a estação General Osório em Ipanema e entrada para o Morro do Cantagalo através do acesso ao Mirante da Paz. O que confunde um pouco é que antes dessa estação há uma estação chamada Cantagalo, que leva a crer que seria a parada certa para o morro. Mas isso Joana já havia me alertado por telefone.

Na estação General Osório existem pelo menos três saídas para pontos distintos da cidade. Seguindo as orientações de Joana, tomei a saída Ipanema: Mirante da Paz – Rua Teixeira de Melo – Rua Barão da Torre.

O percurso tem aproximadamente uns 30 metros até a saída, que são facilitados por esteiras rolantes para pedestres. Após as catracas de saída tem-se a possibilidade de seguir pela rua sentido à praia de Ipanema ou virar à direita e tomar os dois elevadores que darão acesso a vista panorâmica do Mirante da Paz. Várias pessoas circulando, turistas estrangeiros, moradores do morro e de Ipanema.

---

<sup>24</sup> Informo que utilizarei durante todo esse capítulo nomes fictícios para as pessoas com as quais conversei em campo.

O dia estava nublado, o que impossibilitou uma visão mais clara da vista do Mirante. Subi e fiquei observando um suporte com fotos sobre a construção do elevador, algumas fotos do morro e de projetos sociais.



**Figura 7 - Mirante da Paz**



**Figura 8 - Paineis no Mirante da Paz**

Não havia ninguém no Mirante. Vejo subindo pelas escadas uma mulher que logo identifico como Joana. Apresentamos-nos, ela me mostrou um pouco da vista, identificando os bairros de Ipanema, Copacabana além das comunidades do Cantagalo, Pavão e Pavãozinho.

Saímos do elevador para o acesso ao morro do Cantagalo, rumo à base da ONG MUF. A primeira parada de Joana foi em casa. Entramos. Ela me levou até a sua laje com uma vista privilegiada do Rio de Janeiro. A laje possuía dois níveis, cada um dividido em três partes.

Seguimos em direção a ONG e no meio do caminho paramos num comércio para comprar um doce e descansar um pouco. Conversamos trivialidades com o dono do estabelecimento.

Saindo dali fomos direto à ONG. Lá encontramos alguns membros do MUF, como: Renato, Mary (Secretária), Isaac (Zelador) e Maria (Diretora da Rede de Negócios Criativos). Todos estavam sabendo da minha visita. Maria lembrou-se do meu primeiro contato com ela via e-mail em 2010.

Eles me apresentaram o espaço da ONG, que é composto por algumas salas onde são ministradas oficinas e a administração onde ficam os sócios e voluntários da ONG. Mostraram-me uma sala que estava sendo organizada para ser uma sala de venda de *souvenirs* e peças produzidas pelo núcleo de produtos do MUF, chamado Rede MUF. Fomos para outra sala onde pude entrevistar em conjunto Renato, Maria e Joana.

Após a entrevista subimos até a laje, também chamada pelos integrantes do MUF por terraço, espaço destinado para realização dos eventos produzidos pela ONG. Nesse local há também uma caixa d'água em cima duma torre com cerca de uns seis metros. Na ocasião da visita haviam pintado uma tela de projeção na parede da torre para exibição de filmes de temáticas variadas proporcionados pela ONG. Encima da torre, percebi um alto-falante que transmite a programação de uma rádio comunitária.



**Figura 9** - Tela de Projeção no terraço da ONG. Fonte: autora, 2011

Eu e Joana saímos da ONG e continuamos o percurso de reconhecimento do Cantagalo. Já estava quase anoitecendo. No caminho Joana conversava com muitos moradores e nos apresentava. Isso proporcionou contatos com alguns deles para realização de futuras entrevistas.

Dentre elas, Carolina, dona de uma Pousada na favela do Cantagalo, que poderia me dar mais informações sobre como o turismo é visto e praticado na favela, e Ester, uma “Mãe de Santo”, que a princípio pensei que poderia ser apenas uma representante da condição de moradora do morro, porém, como veremos mais adiante, revelou-me outros aspectos da heterogeneidade social da favela.

Seguimos caminhando para o a base do Projeto Criança Esperança, onde está localizada também, em um prédio anexo, a base da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora). Visitamos algumas instalações do Projeto da Rede Globo de Televisão Criança Esperança. Descemos em direção à passagem que dá acesso do Cantagalo para o Pavão-Pavãozinho, uma passagem estreita cheia de comércios como mercados e lanchonetes. Paramos e lanchamos. Joana mostrou-me uma pequena parte do morro e como já era noite ela sugeriu que fossemos embora por motivos de segurança. Durante o percurso pude observar uma agência do Banco Bradesco que atende a comunidade próximo ao Projeto Criança Esperança.



**Figura 10** - Passagem Cantagalo - Pavão Pavãozinho

Fonte: autora, 2011

No caminho de volta para o elevador, onde ela me deixaria, pude observar muitas pessoas transitando, grupo de jovens conversando, lugares de culto evangélico onde havia um dirigente na porta falando ao microfone e convocando seus fiéis, quatro ou cinco pessoas ouvindo enquanto um rapaz escorado na porta acompanhava a prédica do pastor tocando um pandeiro.

Passado um dia, era chegado o momento de subir sozinha ao morro. As pessoas da ONG tinham compromissos e me deixaram livre para percorrer o morro. Esse foi um momento tenso de minha inserção no campo, porque para mim existia uma diferença significativa em andar com uma moradora, como havia acontecido anteriormente, e por minha conta, tentando localizar os caminhos que ainda me eram estranhos e complexos.

Chegando ao elevador, tentei construir um mapa cognitivo do percurso a partir da visita anterior e percorrer mentalmente o percurso até a base da ONG, mas na prática não funcionou. A divisão geográfica é difícil de memorizar. Tentei durante o percurso com Joana selecionar um marco geográfico na tentativa de me localizar. Entretanto, todos eles se confundiram na minha cabeça no momento em que estava sozinha.

Parei na primeira escada e perguntei a um grupo de moças se sabiam onde ficava a base da ONG MUF. Contrariando a ideia que eu tinha que a grande maioria dos moradores conheciam o MUF, elas não sabiam do que se tratava<sup>25</sup>. Lembrei que Joana havia me dito sobre uma “igrejinha” que ficava próxima. Com esse referencial elas pediram para um rapaz que passava para me levar até a “igrejinha”.

Fui conversando com o rapaz e ele me disse que morava do lado do Pavão-Pavãozinho. Perguntei por que ele estava vindo pelo lado do Cantagalo e ele me informou que o plano inclinado do lado do Pavão-Pavãozinho estava desativado e por essa razão estava utilizando o elevador. O plano inclinado é análogo a um bonde que dá acesso as favelas do Pavão-Pavãozinho, ele sai de Copacabana e segue até o alto da comunidade.

---

<sup>25</sup> Gostaria de poder dimensionar a quantidade de população do morro que não está envolvida ou não tem conhecimento do projeto do MUF, mas os dados coletados em campo não me possibilitaram essa mensuração. Mas destaco que a existência de diversos moradores que desconhecem a atividade do MUF no morro.



**Figura 11** – Vista do plano inclinado que dá acesso ao Pavão-Pavãozinho



**Figura 12** - Vista frontal do plano inclinado no Pavão-Pavãozinho

Cheguei à sede da ONG e fiquei aguardando o término da reunião dos membros. Nesse tempo vi chegar um grupo de pessoas que foram recepcionadas por uma das sócias do MUF. O grupo conheceu a base de

apoio<sup>26</sup> da ONG e subiu para o terraço. Tentando não interferir na reunião fui até o terraço também e fiquei tirando fotos da paisagem e pude identificar que o grupo era de uma agência de turismo norte-americana, gerido por uma brasileira. Eles estavam interessados em fechar uma parceria com a ONG a fim de realizar roteiros e visitas à favela.

Desci e fiquei aguardando o término da reunião. Maria saiu dela e cumprimentou-me, aproveitando para me fazer o convite de passar uma noite em sua casa para que eu pudesse conhecer o “anoitecer” e o “amanhecer” do museu, referindo-se ao que ela havia dito em entrevista de que “o museu nunca amanhece da mesma forma que anoiteceu”. Aceitei o convite de muito bom grado.

Eram 12h00 quando a reunião acabou e meu interesse nesse dia era entrevistar Jaqueline (Diretora Administrativo-Financeiro) e colher materiais da ONG como estatutos, contrato de parceria com o IBRAM, fotos dos projetos realizados.

Nesse dia também consegui marcar entrevista com Carolina, dona da Pousada Favela Cantagalo para logo depois da entrevista com Jaqueline. Sai da ONG e pedi auxílio de Issac para me levar até a pousada. Ele me encaminhou até a pousada que estava fechada para almoço, me levando então para conhecer o Conselho dos Moradores que ficava próximo a pousada.

Depois me sugeriu alguns lugares para almoçar e foi embora. Escolhi um restaurante que Joana já havia me recomendado no outro dia. Almocei e fiquei observando o movimento da rua. Passaram grupos de pessoas fardadas que pareciam fazer parte de alguma instituição pública de mapeamento da favela, pois tinham como se fosse uma planta do local e buscavam identificar alguns lugares. Vi também pessoas descendo com geladeiras e fogões em carrinhos de mudança, muitas crianças com uniforme escolar, água escorrendo no chão, botecos e mercadinhos.

Retornei para a pousada para entrevistar Carolina.

Após a entrevista retornei para a ONG no intuito de colher materiais como fotos, jornais etc. O percurso de volta para ONG foi relativamente mais fácil, os

---

<sup>26</sup> Base de apoio é uma denominação nativa para a Sede da ONG. Eles chamam de Base pois reconhecem todo o restante do morro como Museu.

cenários se tornaram mais nítidos para mim dessa vez. Não me pareceu um grande aglomerado homogêneo de casas, escadas e becos.

Chegando a ONG conversei com a secretária e solicitei material impresso de divulgação dos projetos. Entretanto, consegui apenas edições do jornal da ONG. Senti certa dificuldade em ter acesso aos demais materiais. Essa resistência já havia sido percebida durante a entrevista com Jaqueline, que deixara bem claro que não possuíam interesse em ganhar mais visibilidade, uma vez que dezenas de pesquisadores já haviam pesquisado sobre o MUF e nenhum deles havia retornado para ONG, nem ao menos para entregar uma cópia da pesquisa produzida. Assim, assumi o compromisso de voltar para apresentar meu trabalho para os membros da ONG.

Dois dias após essa visita subi novamente ao morro para realizar a entrevista com Ester, a “mãe de santo”, e na seqüência para dormir na casa de Maria.

Subi o elevador e fui direto para casa de Joana, que me acompanharia até a casa da entrevistada. Mesmo de noite consegui chegar sem erros até a casa de Joana. Era Dia dos Pais e a casa de Joana estava em festa. Saímos aproximadamente às 19h30 e seguimos até a casa de Ester.

A casa de Ester fica de frente a um bar que ela administra. A rua estava repleta de gente fazendo churrasco do lado de fora das casas e ouvindo som em alto volume. O bar de Ester estava da mesma maneira.

Muitos aspectos e informações sobre sua religiosidade foram discutidos, mas o que se revelou de suma importância para essa pesquisa foi a questão do preconceito e discriminação sofrido por Ester dentro da comunidade, pelo fato dela e sua família serem do candomblé. Como ela mesmo pontua:

As pessoas discriminam, pelo fato da minha religião, de eu ter meu conhecimento, dizem como qualquer motivo, fazer macumba, fazer o mal, e até mesmo aqui no meu estabelecimento que às vezes as pessoas não frequentam devido a minha religião (...) As próprias pessoas mesmo comentam, que não vem na minha casa porque eu sou ialorixá, mãe de santo, o que as outras pessoas vão dizer quando virem eles entrando na minha casa.

Quando questionada sobre a possibilidade do MUF musealizar e criar roteiros que incluíssem a apresentação de sua religião para turistas, e de que maneira isso poderia repercutir na comunidade que a discrimina, ela se

mostrou interessada e reforçou a importância de atividades como essa para minimizar o preconceito e discriminação e aumentar o respeito à sua religião:

Ah muito (bom) porque a nossa comunidade é muito gananciosa e interesseira. Eu acho que se eles verem o meu progresso (...) Mas acho que vai ser mais uma forma deles desmistificarem o preconceito porque é uma questão cultural.

A entrevista com Ester ainda possibilitou entender como a favela se organiza numa trama complexa de grupos, crenças e valores heterogêneos, e ainda como os projetos e atividades do MUF possuem um grande trabalho em identificar e trabalhar com essas diferenças a fim de desenvolverem o que eles chamam de museu “integral”.

Saímos da casa de Ester e Joana me pediu para que alguém da família de Maria fosse ao meu encontro até a passagem do Cantagalo para o Pavão-Pavãozinho onde Maria morava, isso porque Joana não se sentia segura de atravessarmos sozinhas para o outro lado naquela hora da noite, aproximadamente 21h40, o que me revelou a insegurança com relação a violência e com as diferenças existentes entre os dois lados do morro.

Entretanto Joana pediu para que eu dissesse a Maria que o motivo não era insegurança e sim que ela estava com parentes em casa para receber e por essa razão não possuía tempo para me levar até o outro lado.

Aqui pude observar, de certa forma, que ainda existem diferenças que impedem a integração das comunidades do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, resquício de um sentimento de rivalidade do período do tráfico armado, em que existiam facções diferentes de um lado e de outro.

A filha de Maria, uma mulher de aproximadamente 30 anos, foi ao meu encontro na passagem. Passamos por um beco onde havia diversas pessoas em festa num bar. Chegamos a casa de Maria, onde ela estava com o marido, um neto de 3 anos e a neta adolescente de aproximadamente 14 anos com seu namorado.

A casa de Maria possui 4 pavimentos, contando com a laje. O pavimento ao nível da rua (segundo) era composto por uma sala e dois quartos. Descendo uma escada estávamos no primeiro pavimento que era composto por uma cozinha, um banheiro e uma área de serviço. No terceiro pavimento havia outra

casa, com dois quartos, cozinha, banheiro e varanda. Maria me disse que aquele pavimento havia sido construído para fins de aluguel.

Subindo para o último pavimento encontra-se a laje. Pude observar vasos de plantas e flores, bem como temperos verdes, brinquedos de seu neto e uma caixa d'água. Tanto da laje quanto da varanda do terceiro pavimento era possível ver a praia de Copacabana, parte do morro Cantagalo, e o plano inclinado de Pavão Pavãozinho que fica bem do lado direito da casa.

Aqui observei a lógica sobre a construção dos pavimentos nas casas do morro e o potencial construtivo que as lajes possuem para geração de renda. Isso havia sido descrito durante a entrevista realizada com Jaqueline, em que ela diz:

A lógica da construção da laje é o seguinte. O cara constrói o andar térreo, a primeira construção aí ele tem uma laje, aí a laje ele constrói outro andar e aluga ou vende, o segundo andar é de alguém mas a laje que está acima do segundo andar permanece sendo da propriedade do cara do térreo. Então todo mundo quer ter a propriedade e a laje. Ela pode tá do quarto andar, você pode ter três proprietários novos para quem você vendeu e a sua laje vai para o quarto andar. Porque a laje ela é sempre uma possibilidade de negócio imobiliário. É como se você tivesse um potencial de terreno para construir mais um imóvel e lá na frente vender outro e vender outro. (Jaqueline, 2011)

Essa lógica pode ser observada na imagem a seguir:



**Figura 13** - Lógica da Construção das lajes  
Fonte: Sidney, 2010

Na casa de Maria conversamos um pouco e ela sugeriu que fossemos até a cozinha para jantar. Por causa da entrevista com Ester acabei chegando mais tarde do que o previsto na casa de Maria. Todos da família já haviam jantado, e soube que eles haviam preparado um jantar especial para minha visita. Jantei no quarto de Maria assistindo televisão, com seu neto e sua filha mais velha.

Depois de tomar banho Maria me disse que eu dormiria no terceiro pavimento para me acomodar melhor porque era um espaço novo da casa, o qual depois eu e Maria chamaríamos de “minha suíte”. Em um dos quartos desse pavimento havia o material de artesanato que Maria utilizava para trabalhar, nesse momento ela me presenteou com duas peças do seu trabalho.

O terceiro pavimento havia sido reformado há pouco tempo e estava com uma aparência bem mais nova que a própria casa. No quarto onde estava o material de trabalho havia também uma televisão. No outro quarto uma cômoda com fotos de família, uma mesinha de computador, um roteador de internet.

Um dos motivos pelo qual Maria havia me convidado para dormir essa noite na sua casa era para poder observar como o museu amanhecia

diferentemente de como ele adormecia. A partir da concepção adotada pela ONG de que o morro por completo é o museu, assim, observei a noite pela varanda e acordei antes do sol nascer para observar também da varanda a paisagem. Pude observar que nesse sentido o espaço museal é de fato dinâmico, os sons dos bares da noite anterior deram lugar ao cenário do ir e vir da população se organizando para um novo dia.

Tomamos café e fomos ver o plano inclinado do Pavão Pavãozinho que fica ao lado de sua casa, conforme a foto mostrada anteriormente nesse capítulo.

Esse era o dia que se iniciaram as primeiras atividades do *stand* da Rede MUF na estação de metrô General Osório – Ipanema. A iniciativa é uma ação conjunta entre o Instituto Invepar, uma empresa do setor de infraestrutura rodoviária e de transporte e o MUF. Chamado de Quiosque Solidário, o *stand* tem um período de 45 dias para expor os produtos, nesse caso, artesanatos produzidos por integrantes do Grupo de Artesãos e do Grupo de Costureiras do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo.

Como havia todo o material que Maria levaria para o *stand*, 2 malas grandes e um banquinho, Issac nos acompanhou até o metrô. Carregando as duas malas na cabeça, Issac desceu conosco em direção a uma das saídas do morro. Maria fez questão de passarmos pelo portal da ONG que marca o início dos roteiros turísticos desenvolvidos pela ONG.

Chegando ao metrô acomodamos as coisas no *stand* e ficamos aguardando a vinda das demais artesãs. Tendo em vista a demora, Maria começou a falar sobre as dificuldades do núcleo de artesanato da ONG, da falta de comprometimento das artesãs em produzir e levar até o *stand* o material. Algumas apareceram dizendo que estavam muito ocupadas e que tinham que retornar ao trabalho. Muitas delas trabalhavam em outras atividades e paralelamente produziam artesanato.

Nessa manhã também foi possível identificar algumas dificuldades interpessoais na própria gestão da ONG. Maria fez comentários da dificuldade inicial de se integrar ao projeto da ONG por ser do Pavão-Pavãozinho e não conhecer as demais pessoas da ONG, majoritariamente moradores do Cantagalo. Nesse momento consegui mais uma vez identificar que ainda

existem divergências de integração entre as comunidades de Cantagalo e Pavão-Pavãozinho.

No meu último dia no Rio de Janeiro (aproximadamente três dias após o último relato), resolvi me despedir pessoalmente de Joana e Maria. Com Joana marquei de nos encontrarmos no elevador para que ela pudesse devolver um livro que eu havia emprestado a sua irmã. Agradei a atenção e nos despedimos com votos de que continuássemos em contato. Depois fui até o *stand* onde estava Maria. Despedimos-nos e prometemos continuar nossa relação de amizade e parceria.

\*

Decorridos aproximadamente dois meses da minha última visita, retornei no mês de novembro de 2011 para apresentar parte da minha pesquisa, na época ainda em andamento, para os membros da ONG. Conforme havia observado, os membros do MUF estavam cansados de receber pesquisadores que não lhes davam nenhum retorno do trabalho. Por essa razão achei que era de suma importância meu retorno, para mostrar-lhes a maneira como estava caminhando minha pesquisa e, de alguma maneira, contribuir com minha visão sobre sua iniciativa.

Essa visita também proporcionou a coleta de mais algumas informações. Descreverei apenas o momento mais relevante para o andamento do trabalho, que foi o acompanhamento de um grupo da ONU Habitat – Escritório Regional para América Latina e Caribe<sup>27</sup>, cerca de 40 pessoas que foram para um encontro sobre a atuação das UPPs no Rio, e que incluíram na visita a realização do roteiro promovido pelo MUF.

O grupo era composto por pessoas de diversos países, dentre eles Colômbia, Portugal, Alemanha e Chile. O percurso foi guiado por Joana e por outra pessoa do MUF que fazia a tradução simultânea durante todo o trajeto. Durante essa visita pude observar de perto como se dão as relações entre os visitantes e os moradores da favela.

O roteiro se deu todo dentro do Cantagalo, do elevador Mirante da Paz até a base do MUF, isso porque o grupo dispunha de um horário restrito para

---

<sup>27</sup> O objetivo da ONU – Habitat é "*Promover pueblos y ciudades social y ambientalmente sostenibles con el objetivo de proporcionar una vivienda adecuada para todos.*" De acordo com o website <http://www.onuhabitat.org> – último acesso em 18 de novembro de 2011.

visita. O grupo seguia atento, fotografando e filmando todos os detalhes das casas, becos, escadarias e pessoas que transitavam pela favela. Foi possível ouvir alguns comentários e reflexões por parte do grupo. Como por exemplo, uma mulher que comentava com um colega sobre a diferença que existia entre ir a uma praia turística e fotografar belas paisagens e estar ali fotografando o dia a dia da situação social da favela.

Outros estavam encantados com as Casas Tela, projeto do MUF, que tendo como base a fachada de algumas casas do morro, buscou reconstruir o processo de ocupação que se deu nas comunidades do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, desde a primeira década do século XX, bem como interessados na história contada oralmente, com tradução para inglês e espanhol pelas guias.

O término do percurso se deu com a visita a base do MUF e com uma apresentação de dança de uma dupla chilena no terraço da ONG. Estava um calor forte, eram aproximadamente 12h00 (meio-dia) e o grupo aparentava estar cansado, o que levou uma das visitantes a perguntar para um dos membros do MUF por que é que não haviam colocado uma apresentação de capoeira para finalizar o encontro, enfatizando o gosto dos estrangeiros por ver apresentações tradicionais como a capoeira.

Finalizado a visita o grupo seguiu para a apresentação do Programa UPP-Social, ministrada na base da UPP, próximo ao Projeto Criança Esperança. Perguntei à organizadora do grupo se eu poderia acompanhar a apresentação e ela respondeu positivamente.

Durante a explanação do projeto da UPP-Social para o grupo, pude observar alguns elementos que gostaria de relatar, um deles trata da tentativa da UPP Social de entender as favelas como espaços heterogêneos. Como podemos observar na foto abaixo eles pretendem identificar as especificidades urbano-sociais dos territórios. *“Quebrando El mito de analizar y atender las favelas como asentamientos homogéneos”*



**Figura 14** - Apresentação da UPP-Social  
Fonte: autora, 2011

Essa noção de heterogeneidade “urbano-social” do morro também pôde ser observado durante a entrevista com Jaqueline. Ela afirma que durante um trabalho de mapeamento para compreender a localidade, realizado pelo MUF e com apoio do PAC, foram identificados diversas regiões que são indentificadas pelos moradores com nomes específicos e que remetem à uma noção de pertencimento, como por exemplo o “Quebra”, “Vietnã”, “Caranguejo” ou ainda o “Serafim”. Jaqueline explica o porque dessas expressões:

Por que que chama “Quebra”? Ahh porque lá os meninos quebravam muito braço soltando pipa (...) Ah por que que chama “Vietnã”? Porque na época que foi ocupado esse espaço quem subiu o morro era muito pobre e subia com roupa esparrapada, então o pessoal falava assim “eita esse tá vindo da Guerra do Vietnã” (...) Por que que chama “Caranguejo”, porque onde o pessoal ocupou o Caranguejo era considerado andar para trás, porque era um atraso de vida (...) Por que que é “Serafim”. Ah porque tinha um cara que tinha um hotel que chamava Serafim.

Voltando para apresentação da UPP, outro dado que pode ser observado foi a contextualização da cultura nas ações e projetos que estão sendo

desenvolvidos. De acordo com o palestrante três eixos perpassam as ações, são eles: 1) Estado Democrático, 2) Desenvolvimento Urbano e 3) Desenvolvimento Social. A cidadania e participação social estão dentro do eixo 1, enquanto Cultura, Esporte e Lazer figuram no eixo 3. Já o Turismo Comunitário aparece como uma possibilidade dentro também do eixo 3, porém a atividade não está na agenda prioritária e sim nas ações complementares.

Essa apresentação me fez repensar o papel do MUF dentro das políticas públicas que estão sendo desenvolvidas para o morro, e me fez ver que a preocupação com a cultura existe. Contudo, como vimos no capítulo 1, o trabalho com a cultura, memória e turismo não figura como ponto chave para o desenvolvimento de outras ações no panorama nacional de desenvolvimento social. Assim, identifico a atuação do MUF dentro de um todo muito mais complexo que diz respeito a interesses políticos, econômicos e sociais que se produzem concomitantemente por diferentes personagens e grupos. Aqui termino minha breve descrição do campo e dou continuidade a minha análise adiante.

### **3.5 PERCEPÇÕES DO CAMPO**

Ao reivindicar espaços para o futuro e ao mesmo tempo reconstruir discursos do passado, os grupos buscam “referências” e meios para representar sua identidade. Como sugere LONDRES ao afirmar que:

Ao identificarem determinados elementos como particularmente significativos, os grupos sociais operam uma ressemantização desses elementos, relacionando-os a uma representação coletiva a que cada membro do grupo de algum modo se identifica (LONDRES, 2001)

Isso pode ser observado, por exemplo, no Roteiro Casas Tela do MUF que tendo como base a fachada de algumas casas do morro, buscou reconstruir o processo de ocupação que se deu nas comunidades do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, desde a primeira década do século XX, com vistas à “inclusão funcional urbana e sócio-econômica no contexto de Ipanema e Copacabana, destinos turísticos internacionais do Rio de Janeiro”, conforme pontuado pelo próprio projeto como um dos seus objetivos.



**Figura 15 - Roteiro Casas Tela MUF**  
 Fonte: autora, 2011

Parece-me que ao reivindicar espaços para o futuro e reconstruir o passado, os projetos desenvolvidos no Museu de Favela podem revelar a necessidade de se reconstruir espaços do passado como forma de legitimar a reivindicação de espaços para o futuro. Assim as propostas da Museologia Social convergem para o desenvolvimento dos direitos e deveres culturais, quando propõe condições para que sujeitos, até então marginalizados do processo de representação e reconhecimento, empoderem-se do seu patrimônio cultural e façam parte da invenção da nova sociedade que se configura.

Outro ponto que pode ser observado até o momento é a face perversa que a atividade turística pode adquirir se for mal gerida. O desejo de “inclusão” da favela nos “destinos turísticos internacionais do Rio de Janeiro” tem de ser muito bem elaborado e administrado para não cair em uma atividade de “zoológico cultural”, conforme foi pontuado por Margarita Barreto em seu artigo *Os museus e a autenticidade no turismo*:

Esta analogia com o zoológico também foi utilizada por Krippendorf (2001, p. 86) em relação ao que se observa na maior parte das viagens dos europeus para os países do Terceiro Mundo. De acordo com o autor, “o que deveria ser um encontro sucumbe a síndrome do zoológico [onde] o autóctone torna-se um espetáculo e um tema de fotografias. Isto pode acontecer mesmo que as fotos sejam motivo de orgulho para os visitados (BARRETO, 2008:07)

Isso pode ser ilustrado na foto abaixo que registra o exato momento em que um rapaz vendedor de gás de cozinha passou por entre o grupo de visitante da ONU Habitat gritando “olha o gás!”, o que gerou em alguns risos e em outros espanto, como podemos observar a reação da mulher, de aproximadamente 50 anos à frente na foto a seguir:



**Figura 16** - Visita do grupo ONU - Habitat  
Fonte: autora, 2011

Ainda que eu tenha observado que os membros da ONG MUF tenham consciência do perigo que reside na “exotização” proporcionado pelo turismo, ainda destaco que é necessário atentar para que o orgulho de pertencimento a uma comunidade de favela não se transforme num processo de “glorificação da pobreza” aos olhos do visitante. Dessa maneira o que gostaria de questionar é até que ponto o turismo pode ser uma ferramenta de projeção social para os moradores<sup>28</sup>. Se, a partir disso, poderemos verificar se os moradores se identificam ou não com a imagem projetada pelo turismo no morro ou se a identificação pode ser mais a partir da forma como eles gostariam de ser reconhecidos, por meio do “empoderamento”, no sentido de eles próprios limitarem o que acham pertinente mostrar ao turista. Ou até que ponto a atividade turística pode contribuir para uma visão ainda mais estereotipada do “outro” como um “exótico” passível de venda como um produto turístico, exaltando ainda mais a ausência de respeito à diferença cultural.

Em entrevista, Mário Chagas, Diretor do Departamento de Processos Museias - DEPMUS do IBRAM, concorda com os riscos que uma atividade como o MUF pode gerar à longo prazo, mas que isso não deve paralisar a iniciativa. É aqui onde acredito que possa residir a contribuição dessa trabalho, no sentido de tentar trazer à tona alguns dados para a ampliação da discussão acerca deste tema.

Tema este que está inserido, por sua vez, numa dinâmica muito maior de interesses políticos e econômicos quando tratamos de regiões urbanas, complexas em si, evidenciadas na mídia como marginalizadas e marcadas pela violência.

Dessa maneira posso concluir esse capítulo dizendo que são três olhos tentando olhar através do mesmo monóculo ideológico que compõe o pensamento museológico contemporâneo, ao focarem projetos de museus comunitários, políticas de pacificação em favela e políticas de cultura. Um deles é a ONG Museu de Favela, que baseada nas premissas da Museologia Social acredita no poder de transformação social através da cultura e do turismo. O outro olho seria a população que não está envolvida com o projeto mas que

---

<sup>28</sup> Me refiro aqui, a possível mudança de status quo que a transformação da “laje” em “vista panorâmica” pode interferir na auto-representação da comunidade.

que possui interesses nas ações desenvolvidas pela ONG e pelo poder público para o melhoramento de sua condição de vida. E por fim, o terceiro olho seria o próprio poder público, aqui subdividido nas representações do PAC, UPP e IBRAM.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pudemos ver nesse trabalho, o conceito de cultura sofreu sensíveis mudanças no decorrer da história e, concomitantemente a isso, a maneira do Estado lidar com essa noção de cultura foi se transformando e se inserindo nas Políticas Públicas de Cultura também de formas diferentes.

Se por um momento a cultura era vista como propriedade apenas de intelectuais e de uma classe mais abastada da sociedade, vimos surgir depois da Segunda Guerra Mundial uma preocupação e inserção de grupos e indivíduos que traziam consigo outros aspectos da cultura que até então não eram valorizados.

A cultura popular, o folclore e o patrimônio imaterial começaram a ganhar espaço nas Políticas Públicas de cultura, sendo considerados fundamentais para o entendimento e constituição da sociedade. Planos e programas estatais passaram a contemplar e reconhecer nuances culturais que eram relegadas à segundo plano e consideradas marginais.

O museu como lugar de representatividade da cultura do homem em suas três dimensões temporais (passado, presente e futuro) ganhou força e ampliou sua função social. Assim, o museu tornou-se espaço também de desenvolvimento de processos de representação social, de construção de identidades e atualmente como espaço de reivindicação de direitos e inscrição na vida cultural da sociedade.

O caráter que dá especificidade a essa nova forma de pensar o museu decorre de o patrimônio cultural exposto no museu passar a ter legitimidade quando é reconhecido pela própria população. Não mais um escolha arbitrária pela história oficial dos “vencedores”, agora ele passa a ser palco das narrativas dos “vencidos”, inserindo em cena suas “referências culturais”:

Falar em referências culturais nesse caso significa, pois, dirigir o olhar para representações que configuram uma identidade da região para seus habitantes, e que remetem à paisagem, às edificações e objetos, aos fazeres e saberes, às crenças, hábitos, etc. (LONDRES, 2001)

LONDRES ainda continua:

Ao identificarem determinados elementos como particularmente significativos, os grupos sociais operam uma ressemantização desses elementos, relacionando-os a uma representação coletiva a que cada membro do grupo de algum modo se identifica.

No caso do MUF, vemos isso claramente nas atividades que busca desenvolver, colocando sempre em primeiro lugar o olhar do próprio morador, a sua visão de constituição da história. O MUF pretende visibilizar a maneira como os autóctones se vêem ou gostariam de serem vistos. Podemos observar isso no projeto Casas Tela, que buscou, pela mãos de grafiteiros do morro reconstruir o processo de ocupação do Cantagalo-Pavão-Pavãozinho.

Entretanto, vimos também que esse processo de inserção da população nas tomadas de decisão e gestão da iniciativa não se dá de forma descomplicada. Muitos são os entraves que foram levantados pelos sócios-fundadores do MUF, como por exemplo a própria heterogeneidade das favelas. Nas minhas andanças pelo morro pude observar que a abrangência do MUF ainda está em expansão. Conversando com alguns moradores percebi que uma boa parte não tem noção do que era o MUF nem tampouco sabiam informar onde estava localizada a base administrativa do museu.

Outro acontecimento que me deu base para pensar essa gama de diferenças existentes no morro foi a entrevista com a “mãe de santo” que me contou sobre o preconceito e discriminação que vivia no morro por ser adepta do candomblé e de que maneira ela via na iniciativa do MUF a possibilidade de se mostrar a importância de sua religiosidade aos turistas e com isso ganhar o respeito da comunidade.

Nesse momento concordo com a visão da UPP, em afirmar que as ações e atividades a serem desenvolvidas nas favelas do Rio de Janeiro devem considerar que nenhuma favela é igual a outra, demandando planejamento distintos na atuação do programa. No próprio morro do Cantagalo-Pavão-Pavãozinho pude observar ainda um resquício de rivalidade que interfere na atuação do próprio MUF.

As atividades museais do MUF e o desejo de transformar o morro num “monumento turístico” carioca, devem levar em conta essas diferenças, com

atenção especial para o turismo que *“é uma prática social que causa divisão interna nas comunidades, mas que demanda tempo para se transformar e obter resultados mais genéricos e sustentados (CORIOLANO, 2006:374)”*.

Foi importante observar nesse estudo como a articulação de duas atividades, como a museal e a turística, pode gerar diversos sentimentos na população, desde auto-estima à constrangimento perante os turistas. Entretanto, pude identificar o quão mais forte é a visibilidade do turismo para a população se comparada com a atividade museal. O que pode nos levar a pensar que isso se deva a noção de retorno financeiro que os moradores tem do turismo.

Todavia, essa visão mercadológica do turismo pode ser extremamente perniciosa. Como vimos, destinos tidos como marginalizados passam a compor pacotes e roteiros turísticos, como por exemplo as favelas. Assim, pude perceber a preocupação dos membros do MUF em não deixar o turismo no morro seguir o mesmo modelo que vem adotando outras favelas do Rio de Janeiro, em que *“jeeps”* sobem os morros mostrando os moradores e a dinâmica da favela como um grande safari.

Dessa maneira, a atividade turística, ao mesmo tempo que pode contribuir para a elevação da auto-estima dos *“viajados”* também pode ser um instrumento de exaltação da pobreza e glorificação da miséria na sociedade, desviando o foco e os objetivos dessa atividade.

O que pretendeu-se com esse trabalho foi apresentar a trama em que dois novos paradigmas, o museal e o turístico, estão colocados em prática em uma região, como a favela, marcada por desigualdades sociais, culturais, políticas e econômicas. Além disso, procurou-se explicitar como museu e turismo – tendo por elemento comum a discussão e interpretação do patrimônio cultural de grupos e pessoas que possuem espaços rarefeitos na sociedade para se verem representados – inserem-se nas Políticas Públicas de Cultura como arenas para reivindicação de direitos e cidadania. E LONDRES confirma quando diz que:

Só muito recentemente a defesa de valores como a qualidade de vida, a proteção do meio ambiente e a preservação de referências culturais que não apenas as de valor excepcional (leia-se, do ponto de vista daqueles que detêm o poder de assim defini-las) passou a

ser entendida como direito do cidadão, que pressiona o poder público no sentido de assegurar para si o gozo desses direitos. As referências culturais de grupos antes sem voz própria (as chamadas minorias) começam a ser reconhecidas nos textos legais como objetos de direitos.

A dimensão cidadã da cultura como plataforma para as políticas culturais, adotada pelo Ministério da Cultura, evidencia a crescente preocupação do Estado em reconhecer a importância do direito à cultura em seus programas e ações. Ainda que o desenvolvimento dessas ações estatais encontrem inúmeras dificuldades no que toca, por exemplo, a descentralização de recursos para a cultura na Lei Rouanet.

Não pretendeu-se com essa pesquisa “demonizar” a atividade turística, nem exaltar a função “salvadora” que os museus passam a adquirir após a década de 1960. Tampouco foi intuito do trabalho “vitimizar” os moradores da favela. O que buscou-se foi apresentar as tramas em que estão inseridos o museu e o turismo, em um momento de efervescência de reivindicações e lutas dos “subalternos”, que, nesse caso, encontram na iniciativa do MUF a possibilidade de se colocarem na sociedade como indivíduos portadores de direitos e deveres.

Ao final do trabalho é importante reconhecer que houveram algumas lacunas que não puderam ser preenchidas em decorrência do tempo hábil para conclusão da dissertação. Mas acredito que com dados colhidos em campo, como, por exemplo, a entrevista com Mário Chagas e a reunião de apresentação das UPPs - Social, pode-se analisar a democracia cultural tanto sob o olhar da instituição federal, IBRAM, quanto da Polícia dentro do projeto de pacificação das favelas do Rio de Janeiro. Deste modo, espero que a pesquisa, em sua medida, possa contribuir para o debate acerca do turismo social, museologia e o exercício da cidadania cultural.

## REFERÊNCIAS

A Antologia da Nova Museologia. **Cadernos de Sociomuseologia**. Lisboa, n. 20, 2003. Disponível em <<http://revistas.ulusofona.pt> > acesso em 31 de jul.2011.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

APPADURAI, Arjun. **La vida social de las cosas: perspectiva de las mercancías**. Argentina: Editorial Grijalbo, 1991.

AYALA, Marcos; AYALA, Maria Ignez Novais. **Cultura Popular no Brasil – Perspectivas de Análise**. São Paulo, editora Ática, 2009.

BARRETO, Margarita. O imprescindível aporte das Ciências Sociais para o planejamento e a compreensão do Turismo. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 15-29, out. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v9n20/v9n20a01.pdf> > Acesso em: 12 fev. 2011

\_\_\_\_\_. Os museus e a autenticidade no turismo. Itinerarium, Rio de Janeiro, v. 1, 2008. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/itinerarium/article/view/135> > Acesso em: 18 mar. 2011

BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BOAS, Franz. **As limitações do método comparativo** in Antropologia Cultural, Rio de Janeiro: Zahar, 2005. Celso Castro (org)

BRANT, Leonardo. **O poder da cultura**. São Paulo: Peirópolis, 2009.

BRANDÃO, Helena H. N. Introdução à análise do discurso. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2004.

Brasil. Constituição (1988). Art. n. 216. Disponível em <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)> acesso em 17 jan. 2011.

BUNZL, Matti. **Boasian Anthropology From Museum Debates to the Cosmographical Critique of the Comparative Method** in Volksgeist as Method and Ethic – Essays on Boasian Ethnography and The German Anthropological, edited by George W. Stocking Jr., England. The University of Wisconsin Press, 1996

CANDIDO, Manuelina Maria Duarte. Ondas do pensamento museológico brasileiro. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 20, n. 20, 2003. Disponível em <<http://revistas.ulusofona.pt> > acesso em 31 de jul.2011.

CAVALCANTI, Maria Laura de Viveiros Castro; VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. **Traçando Fronteiras : Florestan Fernandes e a Marginalização do Folclore**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol 3, n. 5, 1990, p. 75-92.

CHAUI, Marilena. **Cidadania cultural – O direito à cultura**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006

CORIOLOANO, Luzia Neide. Turismo: prática social de apropriação e dominação de territórios. América Latina: cidade, campo e turismo. San Pablo, dic., 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/21coriol.pdf>> Acesso em: 12 fev. 2012

CORIOLOANO, Luzia Neide; LEITÃO, Cláudia. Turismo, cultura e desenvolvimento entre sustentabilidades e (in)sustentabilidade. **Pasos**, Espanha, v. 6. n. 3, p. 467-479, 2008. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/>> Acesso em: 12 out. 2011

COSTA, Flávia R. **Brazil- Tourism for all: Filling Brazilians History**, dec. 2004. Disponível em <<http://www.bits-int.org/fr/index.php?menu=45>> acesso em 15 ago. 2011.

DAGNINO, Evelina. **¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?** IN MATO, Daniel (coord). Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. Declaração de Manila. Conferência Mundial do Turismo, Filipinas, 1980. Disponível em <<http://www.bits-int.org/fr/index.php?menu=45>> acesso em 31 de jul.2011

DELANTY, Gerard. *Two Conceptions of Cultural Citizenship: A Review of Recent Literature on Culture and Citizenship*. The Global Review of Ethnopolitics. Vol 1,nº3, March 2002, p. 60-66.

DESVALLEES, André. Vagues: une anthologie de la nouvelle museologie. Paris: W M. N. E. S., v. 1, p. 15-17, 1992. Disponível em <<http://www.ethnopolitics.org/ethnopolitics/home.htm>>

**Em Busca da Tradição Nacional (1947-1964)**, Rio de Janeiro, Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, 2008, 1 DVD. Disponível em <[www.cnfcp.gov.br/](http://www.cnfcp.gov.br/)> Acesso em 22 set.2011.

FERREIRA, Juca. **Conferência de abertura: Cultura e Transformação Social**. Anais do II Congresso de Cultura Ibero-Americana: cultura e transformação social, 2010, Brasília: Ministério da Cultura, São Paulo: SESC, 2010.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Os Índios e o Museu**. Cadernos de Etnomuseologia, nº1, Rio de Janeiro, UERJ, 1997

FUNARI, Pedro P.; PINSK, Jaime. **Turismo e Patrimônio Cultural**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro, 2007 (Coleção Museu, Memória e Cidadania)

**Guia de Orientações para os Municípios – Perguntas e respostas – SNC**, Brasília, Ministério da Cultura, out.2011. Disponível em <<http://blogs.cultura.gov.br> > acesso em 31 de jul.2011

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

HARD, Michel, NEGRI, Antonio. **A constituição política do presente**. IN Império. Rio de Janeiro: Record, 2006, PP.19-83

HAULOT, Arthur. **Turismo Social**. México: Editorial Trillas, 1997.

JACKNIS, Ira. **Franz Boas and Exhibits – On the Limitation of the Museum Method of Antropology** in Objects and Others: Essays on Museums and Material Culture, edited by George W. Stocking Jr., England. The University of Wisconsin Press, 1985

\_\_\_\_\_. **Ethnographic Object and Object of Ethnology** in Volksgeist as Method and Ethic – Essays on Boasian Ethnography and The German Anthropological, edited by George W. Stocking Jr., England. The University of Wisconsin Press, 1996

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: Para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1989.

KUPER, Adam. **A Reinvenção da Sociedade Primitiva: transformações de um mito**. Recife: UFPE, 2008.

\_\_\_\_\_. **Cultura: A visão dos Antropólogos**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

La Déclaration de Montréal , Pour une vision humaniste et sociale du tourisme, 1996. Disponível em <<http://www.bits-int.org/fr/index.php?menu=45>> acesso em 31 de jul.2011.

LONDRES, Maria C., Referências Culturais: Bases para nova política de patrimônio. Políticas Sociais: acompanhamento e análise, Brasília, n.2,2001. Disponível em <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5764](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5764) > Acesso em 10 nov.2011

MEDEIROS, Bianca F. **A construção da favela carioca como destino turístico**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/>> Acesso em: 22 out. 2011

MEDEIROS, Bianca F.; MENEZES, Palloma. Fotografando a pobreza turística. **Anthropológicas**, Pernambuco, ano 13, v. 20, 2009. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/revistaanthropologicas/index.php/revista/article/view/129> > Acesso em: 29 out. 2011

MORAES, Camila M. S. **Museu de Favela: pensando turismo e patrimônio no Pavão, Pavãozinho e Cantagalo**. Rio de Janeiro: UERJ, 2011. Disponível em:

<http://www.ppcis.uerj.br/site/index.php?secao=dissertacoes> > Acesso em: 15 nov. 2011

O código mundial de ética do turismo, Chile, out. 1999. Disponível em <<http://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/portugal.pdf>> acesso em 25 ago.2011.

PINTO, Marcia Santos. **Os desafios de governança no Museu de Favela: quando o público alvo se transforma em gestor da cultura local**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

**Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania**, Brasília, IBRAM, 2003. Disponível em <<http://museus.gov.br>> acesso em 31 de jul.2011.

SANTANA, Augustín. **Antropologia do Turismo: analogias, encontros e relações**. São Paulo: Aleph, 2009.

**Sistema Nacional de Cultura – SNC**. Disponível em <<http://cultura.gov.br>> acesso em 31 de jul.2011.

SOUZA, Jesse. **A gramática social da desigualdade brasileira**. IN A invisibilidade da desigualdade brasileira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006

SPIVAK, Gayatri Chackravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

STOCKING Jr., George W. **A formação da Antropologia Americana, 1883-1911: Antologia; Franz Boas**. Rio de Janeiro:Editora UFRJ, 2004

STOCKING JR., George W. **Objects and Others: Essays on Museums and Material Culture**. England: The University of Wisconsin Press, 1985.

TILDEN, Freeman. **Interpreting Our Heritage**. North Carolina, EUA: The North Carolina Press, 2008.

URRY, John. **O olhar do Turista: Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Livros Studio Nobel, 1996.

VARINE, Hugues. **O museu comunitário é herético**. Rio de Janeiro: NOPH, p. 12-15, 2006. Disponível em <[www.interactions-online.com](http://www.interactions-online.com)> acesso em 25 de jul.2010.

YAZIGI, Eduardo. To be or not to be: sobre o autêntico e o falsificado nas construções do Turismo. **Cultur Revista de Cultura e Turismo**, Santa Cruz, ano 3, n. 03, jun. 2009.

## **ANEXOS**

A) ATA DA ASSEMBLÉIA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVO DENOMINADA MUSEU DE FAVELA

B) ATA DA 2ª ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS DENOMINADA MUSEU DE FAVELA – MUF



## **ATA DA ASSEMBLÉIA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVO DENOMINADA MUSEU DE FAVELA**

**Aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito, às 10:00 horas, à Estrada do Cantagalo, nº 172,** Copacabana, CEP 22471-060, nesta cidade, reuniram-se os sócios fundadores, todos nomeados e assinados ao final da presente ata, para tratar da fundação de uma Associação sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, assistencial, social e cultural, com período de duração indeterminado, com macro-objetivo de Transformar o morro de Pavão, Pavãozinho e Cantagalo em um MONUMENTO TURÍSTICO CARIOCA da História de Formação de Favelas, das Origens Culturais do Samba, da Cultura do Migrante Nordestino, da Cultura Negra, de Artes Visuais e de Danga e objetivos gerais e específicos descritos no seu Estatuto adiante. A reunião teve início às dez horas, havendo os presentes eleito, por aclamação, para presidir à Assembléia **Alini Santos da Silva**, que, agradecendo sua indicação, convidou para secretariar os trabalhos **Antônia Ferreira Soares**, que de igual forma agradeceu sua indicação. Em seguida a Srta. Presidente esclareceu os motivos da reunião, na qual aprovaram a fundação do **MUSEU DE FAVELA**, concedendo a palavra a quem dela quisesse fazer uso e pondo em discussão um projeto de Estatuto pelo qual se regeria a Associação. Em seguida, após examinado pelos presentes e perguntas esclarecidas pela Sra. Presidente, o Estatuto foi aprovado por unanimidade pela Assembléia do **MUSEU DE FAVELA**, conforme transcrição: **Capítulo I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS.**

**Artigo 1º** - O **Museu de Favela**, constituída em novembro de 2008, sob a forma de associação é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e duração por tempo indeterminado, com sede provisória sito à **Estrada do Cantagalo, nº 172,** Copacabana, CEP 22471-060, nesta cidade e foro no município do Rio de Janeiro - RJ.

**Artigo 2º** - O **Museu de Favela** destina-se às seguintes finalidades gerais e específicas: I - Gerais: a) Promogão e defesa do patrimônio cultural e do meio-ambiente natural e construído em comunidades de interesse social; b) Consideração do patrimônio cultural como processo social afirmativo de identidade coletiva e a sua preservação como direito de cidadania; c) Inserção Turística de acervos de memória ambiental, construída, afetiva e cultural comunitárias, para fortalecer oportunidades de geração de renda e trabalho para população residente em comunidades de interesse social; d) Educação cultural, artística e ambiental-urbana de interesse comunitário e para governança social; e) Gestão compartilhada de ações com órgãos públicos e privados de educação e cultura, turismo, meio-ambiente e urbanismo; f) Estimulo à realização de fóruns comunitários para discussão de questões relativas à memória, ao patrimônio cultural e à condição ambiental-urbana da comunidade; g) Promogão de intercâmbios de experiências com territórios e organizações afins, nacionais e internacionais. II - Específicas: a) Valorização da memória cultural e da identidade coletiva de Pavão-Pavãozinho-Cantagalo; b) Treinamento e capacitação de recursos humanos da comunidade para desempenho de atividades de museologia comunitária; c) Fomento à integração dos modos de vida e negócios da comunidade de Pavão-Pavãozinho-Cantagalo com aqueles dos bairros de Ipanema e Copacabana, aos quais pertence;

d) Consideração da vegetação remanescente no topo dos morros e das visadas panorâmicas notáveis de Pavão-Pavãozinho-Cantagalo, como acervo de



patrimônio paisagístico e de interesse turístico-econômico da comunidade; e) Promogão da memória quilombola, da cultura indígena, de migrantes nordestinos, da danga de salão, do samba de terreiro, da capoeira, da arte grafitti e da estética construída típica de favela como atrativos turísticos de referência da comunidade de Pavão-Pavãozinho-Cantagalo; f) Publicação de guias informativos para turistas e cidadãos com roteiros de visitação guiada de Pavão-Pavãozinho-Cantagalo; g) Promogão de ações para a transformação do morro e dos territórios de Pavão-Pavãozinho-Cantagalo no principal circuito turístico dos bairros de Ipanema, Copacabana e adjacências; h) Apoio à formação de uma rede local de negócios de conveniência turística e de arte popular e artesanato, a partir de resíduos recicláveis. **Parágrafo Único** – O **Museu de Favela** não distribui entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social. **Artigo 3º** - No desenvolvimento de suas atividades, o **Museu de Favela** atenderá a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo ou religião. **Parágrafo Único** – A Associação se dedica às suas atividades por meio de execução direta de projetos, programas ou planos de ação e prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins. **Artigo 4º** - A associação disciplinar seu funcionamento por meio de Ordens Normativas, emitidas pela Assembleia Geral, e Ordens Executivas, emitidas pela Diretoria. **Artigo 5º** - A fim de cumprir suas finalidades a Organização se organizará em tantas unidades de prestação de serviços quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelas disposições estatutárias. **Parágrafo Único** – Os serviços de educação a que a entidade eventualmente se dedique, serão prestados de forma inteiramente gratuita para a comunidade e com recursos próprios, vedado o seu condicionamento a qualquer doação, contrapartida ou equivalente, conforme estabelece o art. 3º, inciso III da Lei 9790/99. **Capítulo II - DOS SÓCIOS. Artigo 6º** - O **Museu de Favela** é constituída por número ilimitado de sócios, distribuídos nas seguintes categorias: I - Sócios Fundadores: os que participaram da Assembleia de Constituição da Associação; II - Sócios Efetivos: pessoas físicas ou jurídicas, admitidas ao quadro social da associação mediante proposta aprovada pela Assembleia Geral; III - Sócios Benfeitores: pessoas físicas ou jurídicas que fizerem doativos apreciáveis ou prestarem serviços excepcionais, a critério da Assembleia Geral; IV - Sócios Colaboradores, os que se propõem a colaborar regularmente para a Associação. **Artigo 7º** - São direitos dos sócios quites com suas obrigações sociais: I - votar e ser votado para os cargos eletivos; II - tomar parte nas Assembleias Gerais; e, III - convocar, na forma do artigo 16 deste Estatuto, a Assembleia Geral. **Parágrafo Único** - Somente os Sócios Fundadores e os Sócios Efetivos poderão votar e ser votados para cargos de direção da Associação. **Artigo 8º** - São deveres dos sócios: I - cumprir disposições estatutárias e regimentais; II - acatar decisões da Diretoria; e, III -

contribuir para o desenvolvimento e alcance dos objetivos sociais da Associação, inclusive atraindo recursos, promovendo a ampliação do quadro social e participando dos eventos por ele promovidos. **Artigo 9º** - Os sócios não



respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos da Associação. **Artigo 10** - O desligamento dos filiados e dos membros efetivos se dá nas seguintes circunstâncias: I - Desligamento voluntário; II - Grave violação deste Estatuto, outras normas regulamentadoras da Associação ou decisão da Associação; e, III - Comportamento incompatível com as finalidades da Associação. **Capítulo III - DA ADMINISTRAÇÃO.**

**Artigo 11** - A Associação será administrada (o) por: I-Assembleia Geral; II -Diretoria; III - Conselho Comunitário e, IV - Conselho Fiscal. **Parágrafo Único** - A Organização não remunera, sob qualquer forma, os cargos da Diretoria, do Conselho Comunitário e do Conselho Fiscal, bem como as atividades de seus sócios, cujas atuações são inteiramente gratuitas. **Artigo 12** - A Assembleia Geral, órgão soberano da Associação, se constituirá dos sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários. **Artigo 13** - Compete à Assembleia Geral: I - eleger a Diretoria, o Conselho Comunitário e o Conselho Fiscal; II - decidir sobre reformas do Estatuto, na forma do art. 40 deste Estatuto; III - decidir sobre a extinção da entidade, nos termos do art. 39 deste Estatuto; IV - decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais; V - apreciar o relatório e balanço anual, após parecer do Conselho Fiscal; VI-propor e aprovar a admissão de novos sócios; VII - recomendar a adoção de providências que julgar conveniente para que sejam alcançados os objetivos sociais da Associação; e, VIII - emitir Ordens Normativas para funcionamento interno da Associação. **Artigo 14** - A Assembleia Geral se realizará, ordinariamente, uma vez por ano para: I - aprovar a proposta de programação anual da Associação, submetida pela Diretoria; I - apreciar o relatório anual da Diretoria; e, III - discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal. **Artigo 15** - A Assembleia Geral se realizará extraordinariamente, quando convocada: I - pela Diretoria; II - pelo Conselho Fiscal; ou, III - por requerimento de pelo menos 1/5 de seus sócios quites com as obrigações sociais. **Artigo 16** - A convocação da Assembleia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da Associação e/ou mediante carta, fax ou qualquer outro meio de comunicação com aviso de recebimento, enviada a todos os sócios, com antecedência mínima de 7 (sete) dias. **Parágrafo Único** - Qualquer Assembleia se instalará em primeira convocação com a maioria dos sócios e, em segunda convocação, com qualquer número e aprovação de 51% (cinquenta e um por cento) dos sócios presentes, devendo as respectivas deliberações serem registradas em Ata assinada pelos associados presentes. **Artigo 17** - A Assembleia será instalada por um dos membros da Diretoria da Associação eleito por aclamação dos presentes. **Artigo 18** - A Associação adotará práticas de gestão administrativas, necessárias e suficientes, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais na participação nos processos decisórios. **Artigo 19** - A Diretoria será eleita pela Assembleia Geral com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo Primeiro** - É de competência exclusiva da Assembleia Geral, destituir os membros da Diretoria quando estes não estiverem agindo de acordo com os princípios da Entidade. **Parágrafo Segundo** - Para deliberação mencionada no parágrafo anterior deste artigo será exigida maioria 51% dos sócios presentes. **Parágrafo Terceiro** - Não poderão ser eleitos para os cargos de diretoria da entidade os sócios que exerçam cargos, empregos ou funções públicas junto aos órgãos do Poder Público. **Artigo 20** - A Diretoria é o órgão de coordenação executiva e normativa da entidade, sendo composto por 6 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral entre os sócios fundadores e efetivos.



**Parágrafo Único** – A Diretoria é composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um Diretor Administrativo-Financeiro, um Diretor Cultural, um Diretor Executivo e um Diretor de Patrimônio. **Artigo 21** – É de competência do Presidente: I- representar a Entidade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele; II – convocar a Diretoria e dar execução as resoluções desta; III – representar e fazer representar a Entidade junto à outras entidades; IV – presidir as reuniões das Assembléias e da Diretoria, dando seu voto de qualidade quando necessário; V – convocar e desconvocar as reuniões, estabelecendo a pauta dos trabalhos; VI – convidar para participar das reuniões, ouvindo a Diretoria, pessoas interessadas nas questões em debates; VII – Designar um dos Diretores para secretário Ad Hoc na ausência do Diretor Executivo; VIII submeter à apreciação dos membros o relatório anual da entidade, em reunião da Diretoria; IX – decidir sobre as questões de ordem; X – proclamar os resultados das reuniões da Diretoria; XI – resolver as dúvidas relativas ao regimento, surgidas durante as reuniões; XII – ordenar as despesas da Entidade; XIII – assinar todas as ações judiciais, representações, convênios e documentos da Entidade; e, XIV – executar outras tarefas que lhes são atribuídas por lei ou preceitos regimental. **Artigo 22** – É de competência do Vice-Presidente: I – manter atualizado o cadastro de sócios; II – fornecer os elementos necessários à convocação de todos os órgãos da Entidade; III – manter permanentemente contato com organismos estaduais, federais, municipais e quando necessário, organismos internacionais para obter informações relevantes; IV - substituir o Presidente, nos seus impedimentos e faltas, V - Movimentar as contas bancárias, assinar a documentação financeira e autorizar as despesas de eventos aprovados em reuniões de Diretoria, em conjunto com o Diretor Administrativo-Financeiro, quando dos impedimentos ou afastamento do Presidente; e, VI – representar a Entidade quando designado pelo Presidente. **Artigo 23** – É de competência do Diretor Administrativo-Financeiro: I – apoiar administrativa e financeiramente a Entidade; II – participar das reuniões; III – elaborar o Relatório Anual de Atividade da Entidade; IV – guardar e administrar os recursos financeiros da Entidade; V – manter o registro das contribuições, cobrando-as quando necessárias; VI – registrar e manter toda documentação relativas as atividades econômicas da associação, de modo a demonstrar e comprovar a qualquer momento a origem e destino de seus recursos financeiros e patrimoniais; VII – elaborar periodicamente as demonstrações financeira e contábeis requeridas pela legislação ou órgãos ou por órgãos competentes da associação; VIII - fiscalizar e ordenar as compras de acordo com as requisições dos respectivos diretores e departamentos, após autorização do Presidente, procedendo à concorrência, quando necessária; IX -Fiscalizar a execução dos contratos de obras e serviços celebrados pela Entidade, bem como a manutenção das instalações, maquinários e equipamentos; e, X – representar a Entidade quando designado pelo Presidente. **Artigo 24** – É de competência do Diretor Cultural: I – manter constante pesquisa sobre as reivindicações comunitárias em relação às atividades culturais, com vistas a viabilizar o seu atendimento; II – definir prioridades de ações a serem desenvolvidos na área cultural; III – preparar convênios e programas e projetos culturais; IV – preparar planos e cronogramas de ação cultural; e, VII - representar a Entidade quando designado pelo Presidente. **Artigo 25** – É de competência do Diretor Executivo: I – formular e implementar a política de comunicação e informação da Entidade, de acordo com as diretrizes emanadas da Assembléia Geral; II – coordenar as atividades de captação de



recursos da Entidade; III – elaborar pareceres técnicos, em conjunto ou isoladamente, sobre projetos e atividades da Entidade e de terceiros; IV – secretariar as reuniões dos Diretores, elaborando sua atas em conjuntos com o Presidente, mantendo-as em arquivo; V – fornecer apoio organizacional e administrativos às atividade do Presidente, bem como dos Diretores; VI – Expedir avisos das reuniões aos Diretores e sócios da Entidade; VII – elaborar a pauta de reuniões, conforme indicação e deliberação do Presidente e, distribuir aos membros da Entidade, na forma deste Regimento; VIII – dar ciência aos sócios de todas as resoluções e mogões aprovadas pelos Diretores, assim como outras deliberações da Entidade; IX – receber, despachar e encaminhar correspondências, papéis e expedientes enderegados à entidade ou deste emanados, arquivando-os; X – proceder o arquivamento das atas e outros registros depois de aprovadas e assinadas pelos componente da Entidades em seus respectivos livros; e, XI - representar a Entidade quando designado pelo Presidente. **Artigo 26** – É de competência do Diretor de Patrimônio: I -zelar pelo patrimônio material e imaterial comunitário; II – zelar pelo patrimônio do museu integral; III - manter constante pesquisa sobre a memória comunitária, com vistas a atualizar o acervo do museu; e, IV – representar a Entidade quando designado pelo Presidente. **Artigo 27** - A Diretoria se reunirá ordinariamente a cada 3 (três) meses e extraordinariamente, sempre que necessário mediante convocação de qualquer um de seus Membros. **Parágrafo Primeiro** - As deliberações da Diretoria, registradas por Atas, serão tomadas por maioria de votos, assegurando ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade. **Parágrafo Segundo** - Toda emissão e aceite de títulos de créditos e documentos que envolvam obrigações ou responsabilidade para a Associação, tais como, emissão de cheques e ordens de pagamento ou qualquer outra movimentação bancária, bem como poderes para assinar convênios e contratos relativos a programas e projetos a serem desenvolvidos pela Associação, serão obrigatoriamente assinados por 2 (dois) membros da Diretoria, designados para tal. **Artigo 28** - O Conselho Fiscal será constituído por 3 (três) membros e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembléia Geral, podendo seus integrantes pertencer ou não ao Quadro de Sócios da Associação. **Parágrafo Primeiro** - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria; **Parágrafo Segundo** - Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até o seu término. **Artigo 29** - Compete ao Conselho Fiscal: I - examinar os livros de escrituração da Associação; II - fiscalizar e dar parecer sobre os balangos e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade; III - requisitar à Diretoria, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Associação; IV - acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes; V - convocar extraordinariamente a Assembléia Geral; VI - comparecer às reuniões da Assembléia Geral em que forem apresentados relatórios de balago; e, VII -apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados. **Parágrafo Único** - O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente a cada 6 (seis) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário. **Artigo 30** - O Conselho Comunitário será constituído de moradores, representantes de instituigões atuantes na comunidade de Pavão-Pavãozinho-Cantagalo e seus respectivos suplentes, em numero ilimitado, eleitos pela Assembléia Geral. **Parágrafo Primeiro** - O mandato do Conselho Comunitário



será coincidente com o mandato da Diretoria; **Parágrafo Segundo** - Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até o seu término. **Artigo 31** - Compete ao Conselho Comunitário: I - avaliar e opinar sobre a programação anual e metas estratégicas e sobre os programas desenvolvidos pela Associação a cada ano; II - apoiar na divulgação e na promoção de ações visando a participação da comunidade de Pavão-Pavãozinho-Cantagalo dos programas desenvolvidos pela Associação; III - promover ações para consolidação de um pacto social consistente e estratégico para o desenvolvimento sustentado da comunidade; e, IV- receber recomendações e contribuições da comunidade de Pavão-Pavãozinho-Cantagalo pertinentes ao trabalho da Associação, encaminhando-as à Diretoria. **Capítulo IV - DO PATRIMÔNIO. Artigo 32** - O patrimônio da Associação **Museu de Favela** será constituído por: I - doação, legado, auxílio, subvensão, contribuição de bens móveis ou imóveis, direitos ou créditos e outras aquisições proporcionais por seus associados ou quaisquer outras pessoas físicas, jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras; II - rendimentos provenientes de seus investimentos, atividades e administração de seus bens em geral; e, III - quaisquer outras receitas decorrente de suas atividades e demais atos lícitos e compatíveis com este Estatuto. **Artigo 33** - O patrimônio da Associação será inteiramente destinado a atender aos seus objetivos sociais ou a auferir receitas com a mesma finalidade. **Artigo 34** - No caso de dissolução da Associação, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social. **Artigo 35** - Na hipótese da Associação obter e, posteriormente, perder a qualificação instituída pela Lei 9.790/99, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social. **Capítulo V - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E DO EXERCÍCIO SOCIAL. Artigo 36** - A prestação de contas da Associação observará as seguintes normas: I - os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade; II - a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão; III - a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento; e, IV- a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Artigo 70 da Constituição Federal. **Artigo 37** - O exercício social terminará no dia 31 de Dezembro de cada ano. **Artigo 38** - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras da Associação com observância das prescrições legais. **Capítulo VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. Artigo 39** - A Associação **Museu de Favela** será dissolvida por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, com a aprovação de 51% (cinquenta e um por cento) dos sócios presentes, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades. **Artigo 40** - O presente Estatuto poderá sofrer alteração parcial ou geral, a qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos sócios, em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na



data de seu registro em Cartório. **Artigo 41** - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembléia Geral. Dando continuidade aos trabalhos, a Srta Presidente propôs que fosse eleita a Diretoria da Associação em sua primeira investidura, na forma do Estatuto recém aprovado, a fim de que fossem tomadas as providências necessárias à implantação e ao adequado funcionamento da entidade. Foi então sugerido a seguinte Diretoria, sendo aprovado, por unanimidade, após as declarações e comentários das pessoas indicadas, sobre suas possibilidades de exercerem com sucesso as suas funções, levando em conta seus compromissos e impedimentos, ficando assim constituída: Presidente – **CARLOS ESQUIVEL GOMES DA SILVA**, brasileiro, casado, artista plástico grafite, portador da Carteira de Identidade nº 11261968-9 DETRAN/RJ, CPF nº 079.493.787-00, residente e domiciliado na Rua Azevedo Lima, nº 209, Apto. 203 – Rio Comprido – Rio de Janeiro/RJ – Cep: 20250-500; Vice Presidente – **SIDNEY SILVA**, brasileiro, casado, professor e contramestre de Capoeira e terapeuta de medicina oriental, portador da Carteira de Identidade nº 095050829 IFP/RJ , CPF nº 018.445.877-38 residente e domiciliado na Rua Pedro Hernesto, 12 A – Cantagalo, Copacabana – Rio de Janeiro/RJ – Cep: 22071-060; Diretor Administrativo-Financeiro – **VALDETE VIANA DOS SANTOS**, brasileira, solteira, bacharel em letras, portadora da Carteira de Identidade nº 05199105-7 IFP/RJ, CPF nº 753.774.897-72, residente e domiciliada na Rua Saint Roman, 46 – Pavão-Pavãozinho – Copacabana – Rio de Janeiro/RJ – Cep: 22071-060; Diretor Cultural – **SILVIA DE ARRUDA PERRONE**, brasileira, solteira, produtora cultural, portadora da Carteira de Identidade nº 08545739-8 IFP/RJ, CPF nº 001.855.617/56 residente e domiciliada na Rua Farme de Amoedo, 171 / aptº 302 – Ipanema – Rio de Janeiro/RJ – Cep: 22420-020; Diretor Executivo - **MÁRCIA CRISTINA DE SOUZA E SILVA**, brasileira, solteira, engenheira eletricista, portadora da Carteira de Identidade nº 05061156-5 IFP/RJ, CPF nº 846.323.137-34, residente e domiciliada na R. Valdemar de Abreu, 13B, Casa – Cantagalo – Copacabana – Rio de Janeiro/RJ – Cep: 22071-060; Diretor de Patrimônio – **rita de CÁSSIA SANTOS PINTO**, brasileira, solteira, jornalista, portadora da Carteira de Identidade nº 09650618-3 IFP/RJ, CPF nº 952.750.10753, residente e domiciliada na R. Saint Roman, 200 – Cantagalo – Copacabana – Rio de Janeiro/RJ – Cep: 22071-060. A Srta Presidente declarou empossados em seus respectivos cargos os membros da Diretoria recém eleitos, oferecendo a palavra a quem dele quisesse fazer uso. A seguir a Srta Presidente manteve livre a palavra e como ninguém mais quisesse fazer uso da mesma, a Srta Presidente agradeceu a presença de todos. Após o que declarou encerrados os trabalhos às treze horas. Nada mais havendo a acrescentar, a Srta Presidente suspendeu a reunião pelo tempo necessário à assinatura da presente Ata, que, após lida, discutida, posta em votação, foi aprovada por unanimidade, e vai por mim assinada e pela Srta Presidente da Assembléia, bem como pelos demais presentes, que passam a formar o quadro de sócios fundadores da Associação. Rio de Janeiro, 05 de novembro de 2008. Presidente **Alini Santos da Silva**, Secretária **Antônia Ferreira Soares**.

---

**Presidente**

---

**Secretária**

**Diretoria:**

Carlos Esquivel Gomes da  
SilvaSidney Silva



Valdete Viana dos Santos

Silvia de Arruda Perrone

Márcia Cristina de Souza e Silva

Rita de Cássia Santos Pinto.

**Rio de Janeiro, 5 de novembro de 2008**

---

**Alini Santos da Silva** - Presidente

---

**Antônia Ferreira Soares** – Secretaria

Visto:

**Jacir Corrêa Lemos**  
Advogado

OAB RJ 35.742

**Relação Nominal dos Sócios Fundadores da Associação Denominada MUSEU DE FAVELA**

**Alini Santos da Silva**, brasileira, solteira, cantora, compositora e rapper, portadora da Carteira de Identidade nº 12.972.911-7 DETRAN/RJ, CPF nº 092.616.687-55, residente e

**Antônia Ferreira Soares**, brasileira, casada, biblioteconomista, portadora da Carteira de Identidade nº 23815160-9 DETRAN/RJ, CPF nº 371.625.277-87,

domiciliada à Rua Custódio de Mesquita, nº 34 – Cantagalo – Rio de Janeiro/RJ – Cep:  
22071-060



residente e domiciliada na R. Curió, Casa 26 – Pavão-Pavãozinho – Copacabana – Rio de Janeiro/RJ – Cep: 22071-060

**Carlos Esquivel Gomes da Silva**, brasileiro, casado, artista plástico grafite, portador da Carteira de Identidade nº 11261968-9 DETRAN/RJ, CPF nº 079.493.787-00, residente e domiciliado na Rua Azevedo Lima, nº 209, Apto. 203 – Rio Comprido – Rio de Janeiro/RJ – Cep: 20250-500.

**Deusdete Silva Ribeiro**, brasileira, em processo de divórcio, artista plástica, portadora da Carteira de Identidade nº 11.050.414-9 IFP, CPF nº 085.209.99751, residente e domiciliada na Rua Saint Roman, nº 200 – Cantagalo – Copacabana – Rio de Janeiro/RJ – Cep: 22071-060.

**Jacir Correa Lemos**, brasileiro, viúvo, contador, portador da Carteira de Identidade nº 016.634/O-4 emitida pelo CRC-RJ, CPF nº 056.067.217-91, residente e domiciliado a R. Orestes Barbosa, nº 102, Jardim Guanabara – Ilha do Governador – Rio de Janeiro/RJ – Cep 21940-370

**Jonathan Rodrigues**, brasileiro, casado, ator e artista circense, portador na Carteira de Identidade nº 20713255-6 Detran-RJ, CPF 110.975.657-77, residente e domiciliado à Rua Candido das Neves, 6A – Cantagalo – Copacabana – Rio de Janeiro/RJ – CEP 22071-060

**Kátia Afonso Silva Loureiro**, brasileira, casada, engenheira-arquiteta, portadora da Carteira de Identidade nº 3.136.395-SSPBA, CPF nº 372.587.53672, residente e domiciliada na R. Barão da Torre, 455, Apto.401 – Ipanema – Rio de Janeiro/RJ – Cep 22411-003

**Márcia Cristina Silva**, brasileira, solteira, engenheira eletricista, portadora da Carteira de Identidade nº 05061156-5 IFP/RJ, CPF nº 846.323.137-34, residente e domiciliada na R. Valdemar de Abreu, 13B, Casa – Cantagalo – Copacabana – Rio de Janeiro/RJ – Cep: 22071-060

**Marli de Oliveira Melo**, brasileira, divorciada, artesã e artista plástica, portadora da Carteira de Identidade nº 02.609.651.-1 Detran-RJ, CPF nº 263.296.207-25, residente e domiciliada na Av. Pavão, Casa 23 – Pavão-Pavãozinho – Copacabana – Rio de Janeiro/RJ – Cep:22071-060.

**Paulo Rodrigues Martins**, brasileiro, casado, fotógrafo, portadora da Carteira de Identidade nº 3588005 IFP-SSP-Estado da Guanabara(RJ), CPF nº 382.187.637-91

residente e domiciliado na Av. Pavãozinho, nº 41 – Pavão-Pavãozinho – Copacabana – Rio de Janeiro/RJ – Cep: 22071-060



**Rita de Cássia Oliveira da Silva**, brasileira, solteira, professora de música, portador da Carteira de Identidade nº 1376281 IFP, CPF nº 420.898.917-34, residente e domiciliado na Rua Custódio Mesquita, 39 – Cantagalo – Copacabana – Rio de Janeiro-RJ – Cep: 22071-060

**Rita de Cássia Santos Pinto**, brasileira, solteira, jornalista, portadora da Carteira de Identidade nº 09650618-3 IFP/RJ, CPF nº 952.750.107-53, residente e domiciliada na R. Saint Roman, 200 – Cantagalo – Copacabana – Rio de Janeiro/RJ – Cep: 22071-060

**Sidney Silva**, brasileiro, casado, professor e contramestre de Capoeira e terapeuta de medicina oriental, portador da Carteira de Identidade nº 095050829 IFP/RJ , CPF nº 018.445.877-38 residente e domiciliado na Rua Pedro Hernesto, 12 A – Cantagalo – Ipanema – Rio de Janeiro/RJ – Cep: 22071-060

**Silvia de Arruda Perrone**, brasileira, solteira, produtora cultural, portadora da Carteira de Identidade nº 08545739-8 IFP/RJ, CPF nº 001.855.617/56, residente e domiciliada na Rua Farme de Amoedo, 171 / aptº 302 – Ipanema – Rio de Janeiro/RJ – Cep: 22420-020

**Sergio Eduardo de Almeida**, brasileiro, casado, dirigente de agremiação de samba e instrutor de auto-escola, portadora da Carteira de Identidade nº 1566149 IFP-RJ, CPF nº 405.926.007-00 residente e domiciliado na Rua das Garças, nº 14, Pavão-Pavãozinho – Copacabana – Rio de Janeiro/RJ – Cep: 22071-060

**Valdete Viana dos Santos**, brasileira, solteira, bacharel em letras, portadora da Carteira de Identidade nº 05199105-7 IFP/RJ, CPF nº 753.774.897-72, residente e domiciliada na Rua Saint Roman, nº 46 – Pavão-Pavãozinho – Copacabana – Rio de Janeiro/RJ – Cep: 22071-060

**Rio de Janeiro, 5 de novembro de 2008**

---

**Alini Santos da Silva** - Presidente

---

**Antônia Ferreira Soares** – Secretaria



Visto:

**Jacir Corrêa Lemos**  
Advogado

OAB RJ 35.742

### **DECLARAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

**Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da associação, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a**

**propriedade, conforme o artigo 1.011 parágrafo 1º da Lei 10.406/2002. (art. 1.011, § 1º, CC/2002)**



**Rio de Janeiro, 5 de novembro de 2008**

---

---

Carlos Esquivel Gomes da Silva

---

---

Sidney Silva

---

---

Valdete Viana dos Santos

---

---

Silvia de Arruda Perrone

---

---

Márcia Cristina de Souza e Silva

---

---

Rita de Cássia Santos Pinto.



## ATA DA 2ª ASSEMBLEIA GERAL

### DA ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS DENOMINADA MUSEU DE FAVELA - MUF

Aos 11 dias do mês de novembro do ano de dois mil e onze, na Base 1 do Museu de Favela, à Travessa da Igrejinha n. 7 Cantagalo, Ipanema CEP 22471-060, nesta cidade, reuniram-se às 10:30 horas, em segunda convocação, os diretores, os sócios fundadores, os sócios efetivos e os membros do Conselho Comunitário do Museu de Favela para a 2ª Assembleia Geral do Museu de Favela. Seguindo as diretrizes estabelecidas em seu Estatuto, verificou-se o quórum e foi iniciada a Assembleia. O Presidente Carlos Esquivel Gomes da Silva declarou aberta a Assembleia, fez sua mensagem de abertura e de saudação aos presentes, expondo os seus motivos para não continuar na diretoria da Associação no próximo mandato, optando por se dedicar ao exercício de sua arte. Afirmou que dirigir uma organização demandava muita dedicação, que a ONG do MUF estava crescendo e que ele não teria condições de assumir as responsabilidades de maneira satisfatória. Destacou a relação de amizade com os demais sócio-fundadores, agradeceu a todos e afirmou que continuaria apoiando o MUF com a sua arte e como sócio-fundador, desejando sucesso a todos. Em seguida o senhor Presidente, Carlos Esquivel Gomes da Silva, indagou do plenário acerca da indicação de um de seus componentes para presidir a presente sessão, tendo sido apontados o senhor Sidney Silva e a senhora Antonia Soares, ambos sócio-fundadores da Associação, para presidir e secretariar os trabalhos da Assembleia, respectivamente. A seguir o Sr. Presidente, neste ato, para exame e aprovação dos sócios presentes, apresenta as justificativas para o adiamento da convocação dessa 2ª Assembleia Geral do Museu de Favela, e informa aos senhores sócios presentes que a diretoria eleita na 1ª Assembleia permaneceu até a presente data administrando a Associação. As justificativas são as seguintes: 1) Os diretores do Museu de Favela são em sua maioria absoluta moradores da favela. De público alvo, decidiram ser gestores de um projeto social de longo alcance. Ao longo dos dois anos de gestão dessa diretoria pioneira do Museu de Favela, os diretores se surpreenderam com o alcance de resultados positivos e com o fato de que a organização já era reconhecida como um novo paradigma de atuação no campo da museologia social internacional. Em qualquer área de conhecimento, casos inovadores e de vanguarda

MUSEU DE FAVELA  
Rua Nossa Senhora de Fátima, n.º 7 - Igrejinha - 2º. Andar. Morro do Cantagalo, Ipanema - C E  
P 22071-060  
Rio de Janeiro - R J - B r a s i l - Tel-Fax ( + 5 5 2 1 ) 2 2 6 7 6 3 7 4 - C N P J 1 0 . 6 3 2 . 6 4 0 / 0 0 0 1 - 7 8  
[www.museudefavela.org](http://www.museudefavela.org) [info@museudefavela.org](mailto:info@museudefavela.org)



demandam experimentações e novas aprendizagens. Esse notório reconhecimento impôs uma responsabilidade ainda maior aos diretores do MUF, que conduziu à compreensão da necessidade de formar, a médio prazo, novas lideranças para o compartilhamento responsável de poder sobre os destinos do Museu de Favela, conforme a missão e os princípios estabelecidos em seu Estatuto. Foi necessário adiar a convocação da 2ª Assembleia para eleição da segunda diretoria dessa jovem e bem sucedida ONG, justamente porque o grupo gestor reconheceu que, enquanto diretores do Museu de Favela, estavam (e estão), a um só tempo, administrando e aprendendo a administrar, atuando e aprendendo a atuar com uma visão de futuro e missão institucional, implantando seus projetos e aprendendo a sistematizar e a prestar contas de resultados. 2) Num contexto social até recentemente sob o domínio da violência do tráfico armado, de muitas disputas e insegurança social, os dirigentes do MUF cuidaram de garantir a qualidade política e democrática do processo de transição dessa primeira diretoria do Museu de Favela, de pactuar consensos para a formação de uma chapa única de candidatos à diretoria e assim garantir evidenciação do grau de aprendizado dos dirigentes da favela para gestão institucional participativa. Foi necessário aprofundar o debate interno sobre os resultados alcançados, apropriar as dificuldades encontradas, revalidar as metas fundamentais de trabalho para a próxima gestão, avaliar os melhores caminhos para compor o quadro sucessório da ONG, à luz dos princípios e dos valores institucionais estabelecidos conforme o Estatuto. 3) Tais entendimentos justificaram o adiamento da convocação dessa 2ª. assembleia geral. Além desse motivo fundamental para prorrogar as eleições, citam-se ainda: 4) Viagem do Presidente Carlos Esquivel Gomes, morador do Pavão, à França, convidado por artistas franceses, para uma temporada onde participou de evento internacional representando a arte *grafitti* do Museu de Favela e ministrando oficinas de grafite em áreas de conflitos nos subúrbios de cidades francesas. 5) Viagem do Vice Presidente Sidney Silva, morador do Cantagalo, à Polônia, convidado a participar de um encontro internacional de capoeira. As justificativas foram acatadas por unanimidade dos presentes. Em seguida o Sr. Presidente solicitou à Secretária Sra. Antonia Soares que procedesse à leitura do edital de convocação da presente Assembleia e desse prosseguimento aos trabalhos. Feita a leitura do edital, Antonia Soares fez a apresentação do Relatório de

MUSEU DE FAVELA

Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 7 - Igrejinha - 2º. Andar. Morro do Cantagalo, Ipanema - C E  
 P 22071-060  
 Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel-Fax (+ 55 21) 22676374 - CNPJ 10.632.640/0001-78  
[www.museudefavela.org](http://www.museudefavela.org) [info@museudefavela.org](mailto:info@museudefavela.org)



Prestação de Contas das Atividades do Museu de Favela em 2010 até junho de 2011, com apoio de slides com fotos comprobatórias das várias atividades relatadas, destacando-se as seguintes: reuniões semanais de trabalho da diretoria, visitação experimental ao território museal com turistas externos, realização da 1<sup>o</sup> Assembleia de Prestação de Contas ao Conselho e Sócios Efetivos em março de 2010; montagem de um banco de projetos com mais de 20 projetos para disputar recursos em editais e junto a patrocinadores; execução das aquisições previstas com recursos do Programa de Modernização de Museus/MINC que premiou em 2009 a Associação Brasileira de Museologia – ABM que concorreu com um projeto do Museu de Favela intitulado Apoio à Estruturação do Museu de Favela- MUF, elaboração do relatório de prestação de contas do referido projeto, que tratou de aquisições de móveis, equipamentos, instrumentos musicais e obras de arte para o acervo do MUF. Em seguida discorreu sobre o Projeto Arte na Cabeça, patrocinado pelo Metro-Rio, o Festival Experimental de Lajes Culturais – FESTMUF 2010, realizado em maio daquele ano durante a 9<sup>o</sup> Semana Nacional de Museus, sem recursos financeiros, apenas com parcerias, a Instalação do Circuito das Casas Telas, de arte e memórias, com 20 obras de arte e 02 portais, inaugurado em dezembro de 2010; a parceria firmada com o Programa Música no Museu, que já produziu 4 concertos musicais no território do Museu de Favela. Discorreu ainda sobre a recepção de várias visitas técnicas de grupos interessados na experiência do MUF, e visitas culturais cujos rendimentos se destinam aos mediadores-guias treinados pelo MUF e moradores da favela, discorreu ainda sobre o MUF no Quiosque Solidário de Metro-Rio, das repercussões dos trabalhos da ONG na mídia, com o apoio da parceria em assessoria de comunicação firmada com a Agencia Xpress; relatou ainda que o MUF venceu 3 editais, sendo 2 deles para melhorias na Base Operacional e 1 para itinerar com a exposição Despertar de Almas e de Sonhos do MUF em museus de Paraty, Macaé e Cabo Frio; a criação de novo site do MUF na Internet e de uma página no Facebook, entrando no circuito das redes sociais, o que ampliou a visibilidade do museu. Antonia prosseguiu relatando o contrato de comodato firmado pelo MUF com a Mitra Arquiespiscopal do Rio de Janeiro, para uso do imóvel onde está a Base 1 do museu e relatou a realização da agenda do MUF para a Semana Nacional de Museus 2011, em maio de 2011, constando de várias atividades culturais e de memórias desenvolvidas no território de Pavão, Pavãozinho e

MUSEU DE FAVELA  
Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 7 - Igreja - 2<sup>o</sup>. Andar. Morro do Cantagalo, Ipanema – C E  
P 22071-060  
Rio de Janeiro – RJ – Brasil - Tel-Fax (+ 55 21) 22676374 - CNPJ 10.632.640/0001-78  
[www.museudefavela.org](http://www.museudefavela.org) [info@museudefavela.org](mailto:info@museudefavela.org)



Cantagalo. Ao final, o relatório das atividades da diretoria apresentado foi aplaudido e aprovado pelos presentes. Após concluir a prestação de contas, Antonia passou a palavra para o Sr. Paulo Marcelo representante do Contador e sócio fundador do Museu de Favela, Dr. Jacir Lemos, da Lemos Consultoria e Contabilidade Ltda., que apresentou o relatório contábil da ONG em 2010 e demonstrativo de resultado das atividades sociais. Marcelo concluiu falando sobre o desafio de executar aquisições junto a fornecedores da economia informal da favela, como é a diretriz da diretoria, para circular recursos dentro da favela, pois os fornecedores locais não possuem notas fiscais e apenas emitem recibos sem valor contábil e que diante disso o MUF deve apoiar a regularização de seus fornecedores domiciliados no território dessa favela-museu. Em seguida parabenizou a diretoria pela gestão cuidadosa e econômica da aplicação dos recursos que a ONG MUF conquistou durante o período. O relatório contábil foi apreciado e aprovado pelos presentes. Dando seguimento à pauta, Antonia passou a palavra ao vice-presidente Sidney Silva, para apresentar proposta de entrada de novos sócios efetivos. Sidney explicou que por decisão da diretoria, foram convidados moradores jovens da favela, que atuam com cultura, apresentando ao plenário cada um deles, nominalmente, descrevendo e elogiando o seu trabalho em prol da comunidade. Os candidatos foram levantando a mão para demonstrar o aceite ao convite para ser sócio efetivo. Foi dito que a atual diretoria do MUF preocupa-se com a formação de novas lideranças que possam num futuro próximo assumir responsabilidades na direção do museu e que o corpo dos sócios efetivos deveria se aproximar da dinâmica de gestão participativa do MUF, para aprender como dirigir o museu, gerenciar um projeto, prestar contas, etc. Feita a votação, a Assembleia aprovou os seguintes sócios efetivos no Museu de Favela: Joselma Manhães de Oliveira, Vanessa Menezes de Andrade, Lúcio P. de Araujo, Sebastião Vitorino Nunes, Waldecrei Cabral, Raimundo Nazareno Souza da Silva, Celso Alves da Costa, Cleidiane Antunes da Silva, Roger Leocádio, Waldney dos Santos Abreu. Seguindo a ordem do edital de convocação, o Sr. Presidente colocou em discussão e em votação da proposta da alteração do Estatuto face a necessidade de aprimorar o sistema de governança participativa do MUF, extinguindo-se alguns cargos e criando o Colegiado de Diretores de modo a refletir a realidade dos modos de trabalho do MUF, o espírito democrático e colegiado que tem caracterizado a gestão da ONG e favorecido o alcance de

MUSEU DE FAVELA

Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 7 - Igreja - 2º. Andar. Morro do Cantagalo, Ipanema - C E  
 P 22071-060  
 Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel-Fax (+ 55 21) 22676374 - CNPJ 10.632.640/0001-78  
[www.museudefavela.org](http://www.museudefavela.org) [info@museudefavela.org](mailto:info@museudefavela.org)



resultados positivos dessa jovem organização. Após discutido o assunto, foi aprovada por unanimidade dos presentes a alteração dos artigos 11 a 27 integrantes do “Capítulo III - Da Administração”, que passam a ter a seguinte redação:

Capítulo III - DA ADMINISTRAÇÃO. Artigo 11 - A Associação será administrada (o) por: I-Assembleia Geral; II - Colegiado de Diretoria; III - Conselho Comunitário; e, IV - Conselho Fiscal. Parágrafo Único - A Organização não remunera, sob qualquer forma, os cargos da Diretoria, do Conselho Comunitário e do Conselho Fiscal, cujas atuações no estrito exercício de suas funções são inteiramente gratuitas. Artigo 12 - A Assembleia Geral, órgão soberano da Associação, se constituirá dos sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários. Artigo 13 - Compete à Assembleia Geral: I - eleger o Colegiado de Diretores, o Conselho Comunitário e o Conselho Fiscal; II - decidir sobre reformas do Estatuto, na forma do art. 40 deste Estatuto; III - decidir sobre a extinção da Associação, nos termos do art. 39 deste Estatuto; IV - decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais; V - apreciar o relatório e balanço anual, após parecer do Conselho Fiscal; VI-propor e aprovar a admissão de novos sócios; VII - recomendar a adoção de providências que julgar conveniente para o alcance dos objetivos sociais da Associação; e, VIII - emitir Ordens Normativas para funcionamento interno da Associação. Artigo 14 - A Assembleia Geral se realizará, ordinariamente, uma vez por ano para: I - aprovar a proposta de programação anual da Associação, submetida pela Diretoria; II - apreciar o relatório anual da Diretoria; e, III - discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal. Artigo 15 - A Assembleia Geral se realizará extraordinariamente, quando convocada: I – pelo Colegiado de Diretores; II - pelo Conselho Fiscal; ou, III - por requerimento de pelo menos 1/5 de seus sócios quites com as obrigações sociais. Artigo 16 - A convocação da Assembleia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da Associação e/ou mediante carta, fax ou qualquer outro meio de comunicação com aviso de recebimento, enviada a todos os sócios, com antecedência mínima de 7 (sete) dias. Parágrafo Único - Qualquer Assembleia se instalará em primeira convocação com a maioria dos sócios e, em segunda convocação, com qualquer número e aprovação de 51% (cinquenta e um por cento) dos sócios presentes, devendo as respectivas deliberações ser

MUSEU DE FAVELA

Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 7 - Igreja - 2º. Andar. Morro do Cantagalo, Ipanema – C E  
P 22071-060  
Rio de Janeiro – RJ – Brasil - Tel-Fax ( + 55 21 ) 22676374 - CNPJ 10.632.640/0001-78  
[www.museudefavela.org](http://www.museudefavela.org) [info@museudefavela.org](mailto:info@museudefavela.org)



registradas em Ata assinada pelos associados presentes. Artigo 17 - A Assembleia será instalada por um dos membros do Colegiado de Diretoria da Associação eleito por aclamação dos presentes. Artigo 18 - A Associação adotará práticas de gestão administrativas, necessárias e suficientes, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais na participação nos processos decisórios. Artigo 19 – O Colegiado de Diretores será eleito pela Assembleia Geral com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. Parágrafo Primeiro – É de competência exclusiva da Assembleia Geral, destituir os membros do Colegiado de Diretoria quando estes não estiverem agindo de acordo com os princípios da Associação. Parágrafo Segundo – Para deliberação mencionada no parágrafo anterior deste artigo será exigida maioria 51% dos sócios presentes. Artigo 20 - A Diretoria é o órgão de coordenação executiva e normativa da Associação, sendo composto por 6 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral entre os sócios fundadores e efetivos. Parágrafo Único – A Diretoria é composta dos seguintes diretores: Diretoria Administrativo-Financeira, Diretoria de Captação de Recursos, Diretoria Social e de Memórias, Diretoria Cultural, Diretoria de Redes de Negócios Criativos, e Diretoria de Comunicação. Artigo 21 – É de competência do Diretor Administrativo-Financeiro: I – apoiar administrativa e financeiramente a Associação; II – elaborar o Relatório Anual de suas atividades; III – guardar, registrar e administrar os recursos financeiros da Associação; IV – registrar e manter toda documentação relativa às atividades econômicas da Associação, de modo a demonstrar e comprovar a qualquer momento a origem e o destino de seus recursos financeiros e patrimoniais; V – elaborar periodicamente as demonstrações financeiras e contábeis da Associação; VI – fiscalizar e ordenar as compras de acordo com as requisições dos respectivos diretores, procedendo à concorrência, quando necessária; VII – fiscalizar a execução dos contratos de obras e serviços celebrados pela Associação; VIII – fornecer apoio organizacional e administrativos às atividades dos Diretores; IX – movimentar as contas bancárias, assinar a documentação financeira e autorizar as despesas de eventos aprovados em reuniões de Diretoria, em conjunto com o Diretor de Captação de Recursos; X – proceder o arquivamento das atas e outros registros depois de aprovadas e assinadas pelos

MUSEU DE FAVELA  
Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 7 - Igrejinha - 2º. Andar. Morro do Cantagalo, Ipanema - C E  
P 22071-060  
Rio de Janeiro - R J - B r a s i l - Tel-Fax ( + 5 5 2 1 ) 2 2 6 7 6 3 7 4 - C N P J 1 0 . 6 3 2 . 6 4 0 / 0 0 0 1 - 7 8  
[www.museudefavela.org](http://www.museudefavela.org) [info@museudefavela.org](mailto:info@museudefavela.org)



componentes da Associação em seus respectivos livros; XI - representar a Associação ativa e passivamente em juízo juntamente com o Diretor de Captação de Recursos; XII – assinar convênios e documentos da Associação juntamente com o Diretor de Captação de Recursos; XIII – zelar pelo patrimônio material da Associação; e, XIV – representar e fazer representar a Associação perante outras Entidades quando da impossibilidade dos outros diretores. Artigo 22 – É de competência do Diretor de Captação de Recursos: I – promover e coordenar projetos e atividades para captação de recursos da Associação; II - monitorar e propor ao Colegiado de Diretores meios de captação de recursos financiadores das atividades da Associação; III – apoiar relatórios de prestação de contas de projetos da Associação a seus respectivos financiadores; IV – elaborar o Relatório Anual de suas atividades; V – elaborar pareceres técnicos, em conjunto ou isoladamente, sobre projetos e atividades da Associação e de terceiros; VI – representar a Associação ativa e passivamente em juízo juntamente com o Diretor Administrativo-Financeiro; VII – assinar convênios e documentos da Associação juntamente com o Diretor Administrativo-Financeiro; VIII – zelar pelo patrimônio material da Associação; e, IX – representar e fazer representar a Associação perante outras Entidades quando da impossibilidade dos outros diretores. Artigo 23 – É de competência do Diretor Social e de Memórias: I – manter atualizado o cadastro de sócios e conselheiros; II – zelar pelo patrimônio material e imaterial da Associação; III – manter constante pesquisa sobre a memória comunitária, com vistas a enriquecer o acervo do museu; IV – propor ações sociais para a integração comunitária no território do Museu de Favela; V – fornecer os elementos necessários à convocação de todos os órgãos da Associação; VI – elaborar o Relatório Anual de suas atividades; VII – apoiar o Diretor de Comunicação na proclamação dos resultados das reuniões da Diretoria e das atividades da Associação; e, VIII – representar e fazer representar a Associação perante outras Entidades quando da impossibilidade dos outros diretores. Artigo 24 – É de competência do Diretor Cultural: I – manter constante pesquisa sobre as reivindicações comunitárias em relação às atividades e intercâmbios culturais, com vistas a viabilizar o seu atendimento; II – definir prioridades de ações a serem desenvolvidas na área cultural; III – preparar convênios e

MUSEU DE FAVELA  
 Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 7 - Igrejinha - 2º. Andar. Morro do Cantagalo, Ipanema – C E  
 P 22071-060  
 Rio de Janeiro – R J – B r a s i l - Tel-Fax ( + 5 5 2 1 ) 2 2 6 7 6 3 7 4 - C N P J 1 0 . 6 3 2 . 6 4 0 / 0 0 0 1 - 7 8  
[www.museudefavela.org](http://www.museudefavela.org) [info@museudefavela.org](mailto:info@museudefavela.org)



programas de projetos culturais; IV – propor e desenvolver planos de ação cultural; V - promover e supervisionar as atividades de oficinas culturais da Associação; VI – elaborar o Relatório Anual de suas atividades; VII – zelar pelo patrimônio material da Associação; e, VIII – representar e fazer representar a Associação perante outras Entidades quando da impossibilidade dos outros diretores. Artigo 25 – É de competência do Diretor de Redes de Negócios Criativos: I – manter contato permanente com organismos estaduais, federais, municipais, e, quando necessário, organismos internacionais para obter informações e apoios relevantes; II – secretariar as reuniões dos Diretores, elaborando suas atas, mantendo-as em arquivo; III – elaborar a pauta de reuniões, conforme deliberação dos diretores e distribuí-la aos membros da Associação, na forma deste Regimento; IV – promover e supervisionar ações de inventários permanentes de saberes e fazeres no território; V - fomentar a organização e o desenvolvimento de redes de negócios criativos de interesse turístico e cultural, a partir de saberes e fazeres locais; VI – estimular e apoiar a regularização dos negócios criativos informais estabelecidos no território; VII - incentivar a qualificação e a inclusão produtiva de mão de obra local; VIII - responsabilizar-se pelo funcionamento da Lojinha do Museu de Favela; IX - elaborar o Relatório Anual de suas atividades; X – zelar pelo patrimônio material da Associação; e, XI - representar e fazer representar a Associação perante outras Entidades quando da impossibilidade dos outros diretores. Artigo 26 – É de competência do Diretor de Comunicação: I - formular e implementar a política de comunicação e informação da Associação; II – expedir avisos das reuniões aos diretores e sócios da Associação; III – implementar melhorias e ampliação no sistema de comunicação social das atividades da Associação no território do museu; IV - dar ciência aos sócios de todas as resoluções e moções aprovadas pelos Diretores, assim como outras deliberações da Associação; V – receber, despachar e encaminhar correspondências, papéis e expedientes endereçados à Associação ou deste emanados, arquivando-os; VI – elaborar o Relatório Anual de suas atividades; VII – zelar pelo patrimônio material da Associação; e, VIII – representar e fazer representar a Associação perante outras entidades quando da impossibilidade dos outros diretores. Artigo 27 – A Diretoria se reunirá ordinariamente a

MUSEU DE FAVELA

Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 7 - Igreja - 2º. Andar. Morro do Cantagalo, Ipanema – C E  
 P 22071-060  
 Rio de Janeiro – R J – B r a s i l - Tel-Fax ( + 5 5 2 1 ) 2 2 6 7 6 3 7 4 - C N P J 1 0 . 6 3 2 . 6 4 0 / 0 0 0 1 - 7 8  
[www.museudefavela.org](http://www.museudefavela.org) [info@museudefavela.org](mailto:info@museudefavela.org)



cada mês e, extraordinariamente sempre que necessário mediante convocação de qualquer um de seus Membros.

Parágrafo Primeiro - As deliberações da Diretoria, registradas por Atas, serão tomadas por maioria de votos, assegurando a um dos diretores presentes, escolhido por sorteio, em caso de empate, o voto de qualidade.

Parágrafo Segundo - Toda emissão e aceite de títulos de créditos e documentos que envolvam obrigações ou responsabilidades para a Associação, tais como, emissão de cheques e ordens de pagamento ou qualquer outra movimentação bancária, bem como poderes para assinar convênios e contratos relativos a programas e projetos a serem desenvolvidos pela Associação, serão obrigatoriamente assinados por 2 (dois) membros da Diretoria, sendo designados para tal os Diretores Administrativo-Financeiro e o Diretor de Captação de Recursos.

Artigo 28 - O Conselho Fiscal será constituído por 3 (três) membros e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, podendo seus integrantes pertencer ou não ao Quadro de Sócios da Associação.

Parágrafo Primeiro - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria;

Parágrafo Segundo - Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até o seu término.

Em seguida o Sr. Presidente deu início à votação da nova diretoria do Museu de Favela e foram apresentados aos presentes os integrantes da chapa Unica de candidatos ao Colegiado de Diretores para o mandato 2011-2013. Foi dito que a chapa foi composta a partir de um debate democrático, solidário, e comprometido com os ideais do Museu de Favela. Foram distribuídas cartelas aos presentes com direito a voto, que são os sócios fundadores e efetivos presentes. Os nomes dos novos diretores substitutos foram colocados em votação e aprovados pela unanimidade dos presentes votantes, não havendo abstenções. Ficou assim empossada a nova diretoria do Museu de Favela: Diretor de Captação de Recursos SIDNEY SILVA, brasileiro, mestre de capoeira, portador da Carteira de Identidade n° 09505082-9 IFP/RJ e CPF n° 018.445.877-38; Diretora de Redes de Negócios Criativos ANTONIA FERREIRA SOARES, brasileira, bibliotecária, portadora da Carteira de Identidade n° 23815160-9 DETRAN/RJ e CPF n° 371.625.277-87; Diretora Administrativo-Financeira KÁTIA AFONSO SILVA LOUREIRO, brasileira, arquiteta, portadora da Carteira de Identidade n° 3136395-SSP/BA, CPF n° 372.587.536-72; Diretora Cultural MÁRCIA CRISTINA DE SOUZA E SILVA,

MUSEU DE FAVELA  
 Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 7 - Igrejinha - 2º. Andar. Morro do Cantagalo, Ipanema - C E  
 P 22071-060  
 Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel-Fax (+ 55 21) 22676374 - CNPJ 10.632.640/0001-78  
[www.museudefavela.org](http://www.museudefavela.org) [info@museudefavela.org](mailto:info@museudefavela.org)



brasileira, engenheira, portadora da Carteira de Identidade n° 05061156-5 IFP/RJ e CPF n° 846.323.137-34; Diretora Social e de Memórias RITA DE CÁSSIA SANTOS PINTO, brasileira, jornalista, portadora da Carteira de Identidade n° 09650618-3 IFP/RJ e CPF n°. 952.750.107-53; Diretora de Comunicação JOSELMA MANHÃES DE OLIVEIRA, brasileira, fotógrafa, portadora da Carteira de Identidade n° 11964591-9 DETRAN/RJ e CPF n°. 086705767-08. A nova diretoria foi chamada à frente e recebeu aplausos de estímulo da Assembleia. A palavra foi passada para a co-fundadora Marli Silva que apresentou os “Planos e Metas para 2011-2012” da nova diretoria do Museu de Favela, citando entre outros firmar convênios e novas parcerias para a gestão sustentável do MUF, abrir novas oficinas culturais, promover concertos musicais, treinar recursos humanos, instalar a Lojinha do MUF e o CineMuf Caixa d’Água com sessões de cinema para moradores, adquirir mais obras de arte sobre memórias da favela a céu aberto, elaborar novos projetos para captar recursos. Concluiu afirmando que os dirigentes lutavam por cidadania através de um museu no território de Pavão, Pavãozinho e Cantagalo e que a responsabilidade exigida de todos era grande. Destacou que todo o acervo já adquirido pela ONG não pertencia aos sócios-fundadores, mas à organização e que era necessária muita seriedade na guarda desse acervo e na gestão do museu, em favor do desenvolvimento cultural da comunidade. Dando prosseguimento aos trabalhos, foi feito convite à Diretora Social e de Memórias Rita de Cássia para proferir a Palestra de Encerramento: “A Estratégia dos Circuitos de Visitas Culturais ao Museu de Favela”. Discorreu sobre o Circuito Piloto das Casas-Tela, seus benefícios sociais, onde o MUF desenvolve inventário permanente de memórias, de talentos, saberes e fazeres, para geração de trabalho e renda a partir dos visitantes externos nas galerias a céu aberto do MUF. Apresentou fotos do Circuito, narrou a memória de sua instalação, que exigiu pactos com cada morador proprietário da casa-tela e nas vizinhanças dos portais. Findou relacionando os desafios de sustentação do Circuito das Casas-Tela e que o mais importante é respeitar o morador. Passando ao item 4 do edital, o Sr Presidente colocou para apreciação e votação proposta de prorrogação do mandato da última diretoria (2009-2010), até a conclusão dos processos burocráticos de registro dessa ata com novo estatuto e eleição de dirigentes junto aos órgãos competentes, e por unanimidade foi devidamente aprovado, ratificando assim todos os atos praticados pela atual diretoria até esta

MUSEU DE FAVELA

Rua Nossa Senhora de Fátima, n.º 7 - Igrejinha - 2.º. Andar. Morro do Cantagalo, Ipanema – C E  
 P 22071-060  
 Rio de Janeiro – R J – B r a s i l - Tel-Fax ( + 5 5 2 1 ) 2 2 6 7 6 3 7 4 - C N P J 1 0 . 6 3 2 . 6 4 0 / 0 0 0 1 - 7 8  
[www.museudefavela.org](http://www.museudefavela.org) [info@museudefavela.org](mailto:info@museudefavela.org)



data. Para findar os trabalhos dessa 2ª Assembleia foi passada a palavra aos presentes que desejassem se manifestar. O sócio-efetivo Raimundo Nazareno solicitou ao MUF apoiar gestões para a melhoria da situação de lixo na comunidade, em especial na região do Quebra-Braço. A sócia-efetiva Vanessa Menezes e o Sr. José Américo, líder comunitário, elogiaram a seriedade e a transparência do MUF e que era a primeira vez que viam uma organização sediada na favela atuar com transparência na prestação de suas contas como o Museu de Favela, ainda que com poucos recursos. O Tenente Paiva Passos, representante da UPP de Pavão, Pavãozinho e Cantagalo fez um elogio ao trabalho do MUF, dizendo que era um projeto maravilhoso, e que considerava importante trabalhar desenvolvendo a cultura local, agradeceu o convite do MUF e afirmou que a ONG poderia contar com a UPP como parceira, em especial a UPP Social que estava se instalando na comunidade. Nada mais havendo a tratar, a 2ª Assembleia Geral do Museu de Favela foi encerrada às 12:30 horas, tendo sido aprovadas, por unanimidade, as prestações de contas da diretoria do Museu de Favela. Nada mais havendo a acrescentar, os coordenadores da mesa suspenderam a reunião pelo tempo necessário à assinatura da presente Ata, que, após lida, discutida, posta em votação, foi aprovada por unanimidade, e vai por mim assinada e pelos coordenadores da Mesa, assim como pelos demais presentes, conforme consta do Livro de Registros de Assinaturas das Assembleias Gerais do Museu de Favela.

Rio de Janeiro, 11 de Novembro de 2011.

Sidney Silva

~~Presidente da 2ª Assembleia Geral do Museu de Favela - MUF~~

Antonia Ferreira Soares

~~Secretária da 2ª Assembleia Geral do Museu de Favela - MUF~~

Visto:

Jacir Corrêa Lemos

Advogado - OAB RJ 35.742

MUSEU DE FAVELA  
Rua Nossa Senhora de Fátima, n.º 7 - Igrejinha - 2º. Andar. Morro do Cantagalo, Ipanema – C E  
P 22071-060  
Rio de Janeiro – R J – B r a s i l - Tel-Fax ( + 5 5 2 1 ) 2 2 6 7 6 3 7 4 - C N P J 1 0 . 6 3 2 . 6 4 0 / 0 0 0 1 - 7 8  
[www.museudefavela.org](http://www.museudefavela.org) [info@museudefavela.org](mailto:info@museudefavela.org)



## ASSINATURAS DA 2ª. ASSEMBLEIA GERAL DO MUSEU DE FAVELA,

em 11 de Novembro de 2011.

|                                                            |                    |
|------------------------------------------------------------|--------------------|
| <i>Ausente</i> <i>Helena Nascimento Rodrigues</i>          | - sócia - fundador |
| <i>SEBASTIÃO VITÓRIO NUNES</i> →                           | SÓCIO EFETIVO      |
| <i>Aplicação de Plástico</i>                               | SÓCIO FUNDADOR     |
| <i>Prêmios de Queimadas</i>                                | SÓCIO EFETIVO      |
| <i>Josefa de Oliveira</i><br>(JOSELMA MANTOAS DE OLIVEIRA) | SÓCIA EFETIVA      |
| <i>Paulo Rodrigues Neto</i>                                | SÓCIO FUNDADOR     |
| <i>Rita de Cassia Santos Pinto</i>                         | fundadora          |
| <i>Kátia Afonso Silva Pereira</i> Kff.                     | sócia fundadora    |
| <i>Dirceu Gomes do Silveira</i>                            | sócio-fundador     |
| <i>Sidney Silva</i>                                        | " "                |
| <i>Antônia Ferreira Soares</i> -                           | Sócio-fundador     |
| <i>Salgueira de Paula Cabral</i> -                         | sócio - efetivo    |
| <i>Fátima Lins</i>                                         | Sócio fundador     |
| <i>Roberto Gomes</i>                                       | SÓCIO FUNDADOR     |
| <i>Clotilde</i>                                            | Sócia - efetiva    |
| <i>Carmen Oliveira</i>                                     | sócio efetivo      |

## MUSEU D E FAVELA

Rua Nossa Senhora d e F á t i m a , n o . 7 - I g r e j i n h a - 2 º . A n d a r . Morro d o Cantagalo,

Ipanema – C E P 2 2 0 7 1 - 0 6 0

Rio d e Janeiro – R J – B r a s i l - Tel-Fax ( + 5 5 2 1 ) 2 2 6 7 6 3 7 4 - C N P J 1 0 . 6 3 2 . 6 4 0 / 0

0 0 1 - 7 8

[www.museudefavela.org](http://www.museudefavela.org)

---